CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

FLORESTA, CAPITAL SOCIAL E COMUNIDADE: IMIGRAÇÃO E AS PICADAS TEUTO-BRASILEIRAS (1870-1920)

Eduardo Relly

Lajeado, junho de 2013

Eduardo Relly

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

FLORESTA, CAPITAL SOCIAL E COMUNIDADE: IMIGRAÇÃO E AS PICADAS TEUTO-BRASILEIRAS (1870-1920)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário Univates, como parte da exigência para a obtenção do grau de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento na área de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade.

Orientador(a): Profa. Dra. Neli T. Galarce Machado
Co-orientador: Prof. Dr. André Jasper

Lajeado, junho de 2013

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Eduardo Relly

CAPITAL SOCIAL E COMUNIDADES: AS PICADAS TEUTO-BRASILEIRAS (1870-1920)

A Banca examinadora abaixo aprova a Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento, na área de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade:

Profa. Dra. Neli Teresinha Galarce Machado
UNIVATES

Prof. Dr. André Jasper
UNIVATES

Prof. Dr. Eduardo Périco
UNIVATES

Prof. Dr. Marcos Antonio Witt
UNISINOS

Prof. Dr. Silvio Marcus de Souza Correa
UFSC

Lajeado, 21 de junho de 2013

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

AGRADECIMENTOS

Este é um trabalho de muitas mãos, portanto, cooperativo e solidário.

Assim, gostaria de dizer meu muito obrigado para a minha orientadora Dra. Neli Teresinha Galarce Machado por todos os auxílios, incentivos e ideias que permitiram aperfeiçoar as convicções deste pesquisador.

Aos meus pais, Jorge e Gladis, que compartilharam muitas das minhas ideias e entusiasmos sobre o tema da pesquisa. Além disso, devo-lhes o amor que a mim sempre me deram gratuitamente e sem limites.

Ao meu irmão, Pablo, que há muito tempo está pelo mundo atrás de seus objetivos. Devo a ele, em especial, um “socorro” fundamental nos arquivos e museus alemães. Suas fotos também ficaram ótimas! E também não conheço irmãos mais unidos do que nós.

À Kristin Heise pelo afeto, pelas horas de conversas no *Facebook* e no *Skype* e por me ajudar a traduzir textos em alemão. Do outro lado do Atlântico, na Alemanha, ela foi sempre minha inspiração.

Aos meus familiares de Picada Felipe Essig que me ajudaram desde sempre a me informar sobre o passado de sua/nossa comunidade. Agradeço especialmente minha prima Daiana, tia Ieda, à Hedi e à vó, que partiu antes que eu tivesse concluído esse estudo.

Aos amigos Marcos, Sidnei, Jones, Patrícia, Fernanda, Cadu, Antônio Marcos, Diego, entre outros. Ideias, incentivo, piadas, futebol e risadas. Sempre risadas.

Para Cristiano Christillino, que através da Internet me esclareceu muitos pontos duvidosos que pairavam sobre a história da nossa região.

Aos colegas e equipe do IECEG de Teutônia. As horas compartilhadas com vocês são sempre muito agradáveis! Obrigado pela compreensão e apoio.

Ao pessoal do Posto Dom Pedro II pelo apoio e amizade recebida e pela compreensão das minhas freqüentes ausências.

Ao pastor Valdir Franck de Marques de Souza, que abriu as portas de sua residência e me concedeu ampla liberdade de pesquisa. Obrigado!

Quero agradecer ao jovem Jeferson Schaeffer por ter me dado informações precisas sobre os primeiros moradores de Marques de Souza e Picada Felipe Essig, inclusive com dados sobre meus ancestrais familiares.

Meu obrigado à Marli Beck e demais funcionários do Landeshauptarchiv Koblenz pela atenção dispensada nos dias em que lá estive pesquisando a história do Hunsrück.

Ao *staff* do Hunsrück Museum de Simmern pelos auxílios e cordialidade prestadas.

A Wilfried Theiß e esposa por acolherem a mim e ao meu irmão Pablo em sua residência em Simmern. Seus conselhos foram de fundamental importância. Muito obrigado pelo livro!

Aos professores Paul Warde, Stefan Brakensiek e Tine de Moor, pelos materiais disponibilizados via internet, através de um contato sempre muito interessado. Seus textos e conselhos ajudaram muito!

Aos professores Marcos Witt (UNISINOS), Julia Barden (UNIVATES) e André Jasper (UNIVATES) que com seus apontamentos contribuíram para a forma final da dissertação.

Aos colegas, professores e funcionários do PPGAD em Meio Ambiente e Desenvolvimento pelas ótimas aulas e momentos que tivemos.

E a Deus.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

RESUMO

A instalação dos imigrantes alemães no ambiente receptor sul–brasileiro caracterizou um importante trânsito de relações sociais no grupo em deslocamento. As presenças dos maciços florestais e das formas jurídicas de ocupação territorial (propriedade privada) terminaram por gerar uma sociedade que conjugava as experiências sociais da Europa com as imposições sociais e ambientais do Brasil meridional. Habituados a um regime fundiário pautado pela gestão autônoma das terras comunais, reguladas por instituições coletivas e participativas de origem feudal, os teuto-brasileiros criaram rapidamente comunidades que lhes serviram de ponto de apoio no enfrentamento das demandas e riscos públicos mais urgentes. Como resultado desse processo e amparados em antigas e sedimentadas tradições culturais, os teuto-brasileiros fundaram um regime social baseado no modelo da picada, local de estratégias cooperativas, de obrigações comunitárias e de exercício e recriação do capital social. Estas características permitiram às picadas teuto-brasileiras, a despeito do passivo ambiental gerado e das relações internas de poder, superar dificuldades e se viabilizarem social e economicamente. Fundamentado num estudo de caso da comunidade de Picada Felipe Essig (1870-1920), localizada no município de Travesseiro/RS, a pesquisa almeja evidenciar o processo de construção socioambiental da picada a partir dos mecanismos culturais presentes no capital social da vida comunitária teuto-brasileira.

Palavras-Chave: Imigração Alemã. Comunidade. Picada. Capital Social.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

ABSTRACT

The settlement of German immigrants in southern Brazil featured an important transit of social relations over the group on move. The presence of extensive forests and the legal forms of territorial occupation (private property) ended up to generate a society that mixed the social experiences of Europe with social and environmental impositions of Brazil. Accustomed to a land tenure marked by autonomous management of common lands, regulated by collective and participative institutions from feudal origin, the German-Brazilians created promptly communities that served them as a support to face the more urgent public demands. As result of this process and supported by old and sedimented cultural traditions, the German-Brazilians founded a social regime based on the picada model, place of cooperative strategies, communitarian obligations and on the exercise and recreation of social capital. These features allowed the German-Brazilian communities, despite environmental destruction and internal struggle for power, to overcome difficulties and to make them social and economically viable. Based on a case study of Picada Felipe Essig community (1870-1920), located in the municipality of Travesseiro, state of Rio Grande do Sul, Brazil, this research aims at evidencing the process of social and environmental building of the picada as from cultural mechanisms present in the social capital of the German-Brazilian communities.

Key-words: German Immigration; Community; Picada; Social Capital.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Túmulo de Anna Katharina Essig 42
FIGURA 02 - Sorteio das faixas (*gewann*) no *Gehöferschaft*.. 50
FIGURA 03 - *Rosenkranz der Gehöferschaft*. 51
FIGURA 04- *Gehöferschaften* Saarburg e Freudenberg.. 52
FIGURA 05- *Plan de la Forêt de Bretzenheim*.. 56
FIGURA 06 - Representação de Simmern no século XVI. 78
FIGURA 07 - Detalhe da figura 06. 80
FIGURA 08 - Localização do Estado do Rio Grande do Sul e região geopolítica do Vale do Taquari. 87
FIGURA 09 - Caracterização da paisagem em Picada Felipe Essig. 89
FIGURA 10 - Simulação da região intermediária do Vale do Taquari/RS. 92
FIGURA 11 - Demarcação da Picada Felipe Essig (Picada Vinagre) em relação ao rio Forqueta e áreas circundantes. 93
FIGURA 12 - Gravura colorida e ampliada de Simmern em 1550. 97
FIGURA 13 - Panorama contemporâneo de Simmern (2012). 98
FIGURA 14 - Obelisco em Picada Felipe Essig 105
FIGURA 15 - Ruínas da casa de Felipe Essig 105
FIGURA 16 - Auto de Medição 2017 (AHRS) 107
FIGURA 17 - Detalhe do auto de Medição 2017 (AHRS) 108
FIGURA 18 - *Tempora Mutantur*, de Pedro Weingärtner (1853-1929) 124
FIGURA 19 - Mapa da comunidade de Picada Felipe Essig 142
FIGURA 20 - Mutirão de moradores 150
FIGURA 21 - Livro de contabilidade e registro de admissões da *Evangelische Immanuelgemeinde*. 153

FIGURA 22 - Cemitério particular da família Essig. 156
FIGURA 23 - Vilas que atendiam Picada Felipe Essig. 163

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS 7
1 INTRODUÇÃO 11
2 REFLEXÕES PRELIMINARES: BASES TEÓRICAS 17
2.1 Capital social 17
2.2 Comunidade 24
2.3 História ambiental 27
2.4 Território 30
3 DAS ORIGENS SOCIAIS E TERRITORIAIS DOS IMIGRANTES DE PICADA FELIPE ESSIG: TERRAS COMUNAIS, COMUNIDADE E CAPITAL SOCIAL 33
3.1 Origem histórica dos *commons* 37
3.2 Definições de *commons* 41
3.3 Possibilidades de tipos de *commons* na região emigratória preponderante 47
3.4 Capital social e *commons*: a instituição cria a cooperação e a confiança 62
4 CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL, ADAPTAÇÃO E OS RISCOS SOCIAIS DA COLONIZAÇÃO DE PICADA FELIPE ESSIG 85
4.1 Caracterização de Picada Felipe Essig, Travesseiro/RS 86
4.2 As florestas do sudoeste da Alemanha no período da imigração ao Brasil: aspectos gerais 95
4.3 Adaptação e riscos da ocupação germânica no *Urwald* de Picada Felipe Essig: demandas sociais e problemas de ordem pública 104
4.3.1 Os riscos do desmatamento 111
4.3.2 Segurança alimentar: a fome ronda os colonos em instalação 120
4.3.3 A moradia: precariedades iniciais e exposição aos perigos do céu e da mata 122
4.3.4 Riscos ligados à saúde: doenças, ferimentos e mortalidade 126
4.3.5 Riscos comunitários e a fase de instalação 129

5 CONSTRUINDO A PICADA FELIPE ESSIG: CAPITAL SOCIAL, OBRIGAÇÕES COMUNITÁRIAS E RESPOSTAS AOS RISCOS 135
5.1 A picada teuto-brasileira 136
5.2 O capital social em Picada Felipe Essig 147
5.2.1 Fragilidade do poder público: algumas notas 147
5.2.2 O capital social na vida dos moradores de Picada Felipe Essig 149
5.2.3 Relações de poder e disputas em Picada Felipe Essig 154
5. 3 Redução dos riscos da colonização: a picada teuto-brasileira 158
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 168
REFERÊNCIAS 172

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

1 INTRODUÇÃO

O estabelecimento de imigrantes alemães no Brasil a partir do século XIX é um fenômeno que transformou a paisagem cultural e ambiental do país, especialmente em sua porção meridional. Naquele tempo, o Brasil firmava-se enquanto nação independente, suas fronteiras encontravam-se ameaçadas, o interior do país era estranho para grande parte das autoridades, que, por sua vez, o concebiam como “sertão”, e o seu modo de produção predominante (a força de trabalho escrava) era combatido pela então maior potência do planeta, o Império Britânico.

Dentro de um quadro de desafios, a imigração germânica foi uma opção geopolítica e socioeconômica de grande envergadura. Em 1824, oficialmente, teve início a imigração alemã. Navios oriundos de Hamburgo, Bremen, Le Havre, Antuérpia, Rotterdam, entre outros portos europeus, tiveram como destino os portos brasileiros. Transportavam não somente pessoas, mas também conhecimentos, técnicas, sensibilidades e formas de organização cívico-comunitárias que foram gestadas na história de suas regiões e localidades.

O processo de ocupação dos territórios habitados pelos colonos teuto-brasileiros obedeceu a lógicas que marcaram várias gerações de indivíduos. A presença da floresta estacional decidual e da floresta ombrófila mista se constituiu num primeiro agente desestabilizador do grupo - se excluirmos as muitas vezes traumáticas viagens a bordo em navios inseguros. De forma geral, a floresta aparece no centro dos processos imigratórios/migratórios que ocorreram no Brasil meridional, não somente pela perda de grande biodiversidade, mas também por localizar importantes grupos sociais que a habitavam.

Outros aspectos que caracterizam o conjunto do processo imigratório/migratório alemão dizem respeito ao minifúndio, o domínio das culturas agrícolas desconhecidas, pressão demográfica, a adaptação aos ciclos naturais das áreas ocupadas, a religião, a educação, entre outros. De toda forma, a imigração alemã oferece uma pletora de possibilidades de investigação, tornando-se um fenômeno social complexo.

Em uma imagem relativamente feliz da evolução histórica dos imigrantes e de seus descendentes, o geógrafo francês Jean Roche (1969) desenvolveu o entendimento de que a movimentação deste grupo pelo mapa sul-brasileiro se dava através do processo da enxamagem, o qual era concebido pelos fatores do desmatamento, lavoura e criação intensiva, aumento demográfico, padrões jurídicos e culturais de herança, e, por fim, a necessidade de migração das novas gerações que não mais podiam reproduzir o sistema social teuto-brasileiro no local onde nasceram. A sede por terras florestais seria uma necessidade que acompanharia a imigração germânica no Brasil.

Neste contexto, no Rio Grande do Sul, a partir de 1850 as colônias alemãs iniciavam suas “invasões bárbaras” por outras áreas do território gaúcho, pois se distanciavam gradativamente das já “velhas” e exauridas colônias de São Leopoldo e arredores.

O padrão de ocupação das novas colônias tendeu a seguir os mesmos passos dados pelas primeiras gerações de imigrantes, cabendo a responsabilidade do desmatamento em grande parte aos seus moradores (UMANN, 1997, p. 57).

O escopo central desse trabalho diz respeito ao modo como foram formadas as picadas teuto-brasileiras. Nesse sentido, enfatizam-se a presença do capital social e da organização comunitária como fatores inerentes à constituição das mesmas. Desta forma, o presente estudo, no entanto, não tem como foco principal discutir causas, motivos e razões da imigração alemã ao Brasil e, em especial, ao Rio Grande do Sul. Tampouco descrever os fatores geopolíticos, econômicos, demográficos e políticos (no sentido da política partidária) que subjazem o tema, ainda que todas estas dimensões sejam impossíveis de serem apartadas do objetivo central da pesquisa. Elas, antes de tudo, precisam andar junto ao tema central das origens e ação do capital social na construção das picadas (comunidades) teuto-brasileiras.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O capital social é um conceito que admite inúmeros significados, porém está ligado a uma reviravolta do próprio conceito de desenvolvimento. A acepção economicista de desenvolvimento está cedendo espaço às concepções de cunho culturalista, que afirmam a importância da consideração das relações sociais (história, confiança interpessoal, símbolos, etc.) no próprio desenvolvimento. O capital social partilha desta última expressão e encontra/identifica/realça na vida social recursos relativos à superação de problemas comunitários.

Mesmo que aponte dificuldades de operacionalização numa pesquisa de natureza histórica, o capital social comunitário é a peça principal da argumentação sobre a formação das picadas teuto-brasileiras. A nuance conceitual é de Robert Putnam (2006, p. 177) que entende que o "capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade". Trata-se de um bem público, acessível a todos, que contribui para diminuir os custos das transações.

Largamente utilizado por economistas, cientistas políticos, sociólogos e demais especialistas em temas de desenvolvimento, os princípios do capital social ainda não encontraram recepção significativa na Ciência Histórica. No caso do estudo da imigração alemã, com a exceção de Vogt (2006) e, parcialmente, Bender (2007), o autor não conhece outros estudos que trabalhem diretamente com esta perspectiva, tornando esta pesquisa vulnerável em razão do caráter de pioneirismo.

Para que seja possível verificar e avançar os pressupostos da pesquisa ora apresentada, faz-se necessário localizá-la. Em razão disso, para a análise da constituição da picada teuto-brasileira, o estudo tem como objeto a Picada Felipe Essig (1870-1920), situada no interior do município de Travesseiro/RS, região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. A comunidade Felipe Essig é por sua vez banhada pelo rio Forqueta, o principal afluente do rio Taquari, pertencendo assim à Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e está incluída geopoliticamente na região do Vale do Taquari/RS (KREUTZ, 2008, p. 50).

Em termos mais específicos, Picada Felipe Essig situa-se na margem esquerda do Rio Forqueta e dista aproximadamente 25 quilômetros de sua desembocadura no rio Taquari, no atual município de Arroio do Meio/RS. Ao longo da estrada que serpenteia as planícies de inundação do Forqueta desenvolveu-se a comunidade com seus moradores e instituições. Felipe Essig possui uma extensão de aproximadamente oito quilômetros e a estrada geral que a corta faz a ligação do

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

município de Travesseiro com o vizinho Pouso Novo. Além de situar-se próxima à sede de Travesseiro, Picada Felipe Essig confronta-se com o município de Marques de Souza/RS, tendo o rio Forqueta como marco divisor (CONRAD, 2002, p. 4).

O método empregado neste estudo foi o analítico descritivo baseado em pesquisa de fontes primárias em arquivos e museus brasileiros e alemães.

Nesse sentido, no Brasil, as instituições de pesquisa visitadas foram: o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), o Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APRS), ambos em Porto Alegre/RS; e o Arquivo Histórico Municipal de Lajeado, cidade de Lajeado/RS. Além disso, o acervo da Comunidade Evangélica[1] de Marques de Souza, no município de Marques de Souza/RS, também foi pesquisado.

Na Alemanha, as instituições de pesquisa foram o Landeshauptarchiv Koblenz (Koblenz) e o Hunsrück Museum (Simmern). Ambas as cidades se localizam no estado da Renânia-Palatinado.

A pesquisa em solo alemão teve como objetivo caracterizar o fenômeno de terras comunais, entendido como origem histórica dos fenômenos do capital social e comunidade nas picadas teuto-brasileiras. Além disso, buscou-se contextualizar a região em termos ambientais e entender de forma preliminar a dinâmica social daquela instituição com o ambiente em que fazia parte.

No Brasil, no AHRS e no APRS o objetivo foi entender o processo de colonização da área onde hoje se localiza a Picada Felipe Essig, recorte geográfico da pesquisa. Além disso, buscou-se evidenciar de que forma se encontrava a paisagem do local no momento em que os primeiros colonizadores teuto-brasileiros passaram a ocupar o local.

No acervo da Comunidade Evangélica de Marques de Souza, em razão dessa documentação se referir aos aspectos locais e por ser ela a comunidade que atendia e ainda atende os colonos de Picada Felipe Essig, procurou-se evidenciar os mecanismos práticos do capital social no cotidiano da comunidade. Em complemento a isso, a documentação também foi capaz de mostrar até que ponto os indivíduos estavam “obrigados” com a sua localidade de morada. Todos esses elementos demonstraram uma territorialização específica daquele ambiente por parte do grupo teuto-brasileiro.

[1] Pertencente à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Os termos “evangélico”, “luterano” e “protestante” são encarados neste trabalho dentro da perspectiva da Igreja supracitada.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Desta forma, por conseguinte, aliado ao suporte teórico adequado, à bibliografia especializada e ao exame das fontes históricas citadas, a possibilidade de análise se concretizou e os seus resultados e argumentações podem ser visualizados nos capítulos seguintes.

A preponderância de fontes históricas primárias para a evidenciação do comportamento do capital social em Picada Felipe Essig exigiu, entretanto, um esforço adicional. As dificuldades de pesquisa não somente se deram em razão da natureza do objeto a ser pesquisado. O próprio processo de colonização do Vale do Taquari/RS apresenta ao pesquisador problemas de ordem de investigação, pois a região foi colonizada tanto por investidores privados de grande envergadura como por pequenos e médios empreendedores, o que dificulta ao pesquisador o acesso às fontes de Diretores de Colônia e demais autoridades que viviam nas colônias oficializadas ou governamentais (CHRISTILLINO, 2010, p. 155). Esta certa distância do "oficial" pode, entretanto, desvelar com mais nitidez e autonomia, os mecanismos do capital social nas pequenas comunidades interioranas, como Picada Felipe Essig.

Para fins de esquematização do trabalho, resolveu-se dividir o estudo em seis capítulos adicionado de mais um que se refere à descrição da literatura de apoio e referências. Após o capítulo inicial de introdução, as opções teórico-metodológicas do autor para a consecução dos objetivos pretendidos serão apresentadas. O segundo capítulo então explorará com mais profundidade as noções de capital social, comunidade, história ambiental e território. Elas embasam os pontos de vista da pesquisa e serão recorrentes durante todo o desenvolvimento da argumentação.

No terceiro capítulo, aborda-se a origem do capital social de Picada Felipe Essig no período compreendido pela análise. Como Putnam (2006, p. 192) observou, o capital social depende da história de uma coletividade, de suas experiências políticas, econômicas e sociais. Fatores como a autonomia político-administrativa, participação na gestão pública e civismo contam como fatores positivos na formação de capital social quando observados historicamente. Assim, verificou-se que a história do sudoeste da Alemanha – área de origem da maioria dos imigrantes que vieram ao Brasil – foi marcada por um tipo de organização política-econômica que girava em torno da comuna (G*emeinde*), fundamentada no sistema de terras comunais. Esse tipo de organização social é encarado como a origem do capital social vigente nas comunidades teuto-brasileiras, daí residindo a importância da sua compreensão para o avanço da pesquisa.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O quarto capítulo se desenvolve a partir da contextualização da paisagem físico-cultural de Picada Felipe Essig e arredores, do processo de instalação de indivíduos de origem germânica neste espaço, e dos riscos inerentes ao projeto colonizador. A floresta subtropical aparece neste relato da colonização germânica no Rio Grande do Sul como um elemento causador de riscos e desafios a serem superados pelos teuto-brasileiros. Nesse sentido, a pesquisa buscou aprofundar os conhecimentos sobre os riscos que envolviam o grupo teuto-brasileiro e dimensionar os desafios que precisavam ser “vencidos” para que as picadas teuto-brasileiras se viabilizassem.

O capital social e as obrigações comunitárias perfazem o quinto capítulo da dissertação. Nesta seção, a abordagem do capital social e a importância da formação da comunidade agem no sentido de demonstrar que eles são os motores de uma sociedade articulada, pronta a enfrentar os riscos públicos descritos a partir de soluções baseadas na ação coletiva. Centrado no caso específico da Picada Felipe Essig, o capital social e as estruturas comunitárias são observados no sentido de serem capazes de gerar um ambiente de confiança interpessoal, que acarretou atitudes e comportamentos cooperativos e solidários. Por conseqüência, demonstra-se que a presença destes elementos na Picada Felipe Essig foi responsável por rapidamente solucionar os problemas que mais afligiam os indivíduos daquele tempo (1870-1920).

O sexto capítulo por sua vez discutirá o teor das argumentações propostas no decorrer do texto da dissertação, posicionando as opiniões e conclusões do autor sobre o problema de pesquisa ora apresentado.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

2 REFLEXÕES PRELIMINARES: BASES TEÓRICAS

O estudo que segue seria impossível sem o concurso de uma reflexão teórica sólida. As teorias utilizadas possibilitaram ao pesquisador entender dinâmicas e comportamentos que, por vezes, pareciam insignificantes ao problema de pesquisa. Porém, colocadas à prova dos rigores conceituais e de suas perspectivas, adquiriam um significado novo, enriquecendo as abordagens e gerando novos conhecimentos e questionamentos.

Os eixos teóricos que nortearam a concepção, o desenvolvimento e as conclusões acerca da picada teuto-brasileira são representados pelos conceitos de capital social, comunidade, história ambiental e território.

2.1 Capital Social

Durante muito tempo, historiadores e cientistas sociais observaram o desenvolvimento socioeconômico das áreas de imigração européia no Rio Grande do Sul predominantemente a partir da existência de investimentos públicos, de facilidades infra-estruturais preexistentes, da estrutura agrária, etc. Além disso, deve-se acrescentar o fator étnico-cultural.

Desta forma, elementos tanto naturais, artificiais, culturais e sociológicos (rios, estradas, protestantismo, pontes, minifúndio, etnia, a agricultura familiar, etc.) explicariam em grande medida o êxito das áreas de imigração germânica. Porém, ainda que fosse percebida e sublinhada por alguns, os recursos culturais dos teuto-

brasileiros permaneceram em um patamar inferior de explanação histórica, servindo muito mais para diferenciá-los do que integrá-los aos determinantes culturais do desenvolvimento brasileiro. Mesmo assim, as determinações culturais do desenvolvimento das comunidades teuto-brasileiras passavam quase sempre por uma designação de um deliberado isolamento à realidade nacional. Este isolamento intencional teria gerado uma sociedade impermeável e dona de uma cultura própria. No que toca ao desenvolvimento, as escolas, o senso de autonomia, o cooperativismo, entre outros, seriam, portanto, determinantes culturais do progresso observado nessas áreas.

Nesta perspectiva se origina a pertinência de um estudo sobre o capital social e sua influência na constituição do tecido social da picada teuto-brasileira. Pois o capital social pode ser pensado como uma estrutura cultural anterior a todos estes comportamentos “culturais”.

Desta forma, Pierre Bourdieu (1986, p. 51) pode ser considerado um dos precursores das análises a respeito de capital social na contemporaneidade. Neste sentido, o autor compreende o capital social como um conjunto de reais ou potenciais recursos que estão ligados à posse de redes duráveis de relações mais ou menos institucionalizadas de pertencimento e reconhecimento num dado meio social. O conceito de capital social de Bourdieu enfatiza o aspecto de nocividade, pois ele é uma ferramenta que os setores privilegiados da sociedade possuem para manter afastados do protagonismo social as classes que não partilham de suas estruturas e códigos. Nesse sentido, o conceito serve para dividir a sociedade e manter suas estruturas intactas.

Numa perspectiva diferente e não ligada às preocupações da dominação e legitimação social da obra de Pierre Bourdieu, Dallabrida (2006, p. 159) entende que “o desenvolvimento, além da dimensão tangível (material) [...] possui uma dimensão intangível (imaterial). Assim, dentre os fatores causais do desenvolvimento [...] a dimensão intangível refere-se à capacidade coletiva para realizar ações de interesse societário”. O capital social seria para este autor a dimensão intangível do desenvolvimento, visto que os recursos de agregação, coesão e pertencimento são recursos ativos para a consecução dos projetos sociais dos grupos humanos. Em

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

suma, o capital social possui efeitos benéficos e construtivos sobre a sociedade e está ligado às estruturas sociais do grupo.

Fukuyama (2005, p. 48) em seu livro sobre a criação de Estados eficazes argumenta que as normas culturais são importantes para a criação de contextos políticos estáveis e prósperos, cabendo ao capital social um importante papel no desenvolvimento econômico de grandes e pequenas comunidades. O que preocupa Fukuyama é a qualidade das instituições e do serviço do Estado (noção de *estatidade*), que dependem sobremaneira do contexto de organização das relações sociais informais. Para a plena *estatidade* os Estados precisam em última instância da forma pelo qual seus cidadãos entendem o bem público e de como exercitam o capital social. Nesse sentido, o capital social, dependendo de sua natureza, condiciona a efetividade do Estado.

James Coleman (1988, p. 100), um dos pioneiros nas pesquisas em capital social, entende que o capital social é uma forma de baixar “custos” da ação social, tornando possíveis condutas e atividades que não poderiam ser realizadas de outro modo. O autor pretende integrar a perspectiva sociológica que compreende a ação como reflexa das estruturas da sociedade, com o pensamento - predominantemente originário da ciência econômica - da ação da liberdade individual sobre o social. Neste contexto, Coleman entende que o capital social se relaciona com o desenvolvimento e existência de outros tipos de “capital” - o capital físico e o capital humano -, haja vista que eles possibilitam inovações em termos de evolução social. Sob esse ponto de vista,

> […] the most important and most original development in the economics of education in the past 30 years has been the idea that the concept of physical capital as embodied in tools, machines, and other productive equipment can be extended to include human capital as well. Just as physical capital is created by changes in materials to form tools that facilitate production, human capital is created by changes in persons that bring about skills and capabilities that make them able do act in new ways.Social capital, however, comes about through changes in the relations among persons that facilitate action. If physical capital is wholly tangible, being embodied in observable material form, and human capital is less tangible, being embodied in the skills and knowledge acquired by an individual, social capital is less tangible yet, for it exists in the relations among persons. Just as physical capital and human capital facilitate productive activity, social capital does as well. For example, a group within which there is extensive trustworthiness and extensive trust is able to accomplish much more than a comparable group without that trustworthiness and trust

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Paiva (2004, p. 42) em um artigo que procura explicar o surgimento e desenvolvimento do capital social no Rio Grande do Sul, define o capital social como "todo o recurso econômico (no sentido de que alavanca a produção e a produtividade econômica do sistema) que resulta da interação social e que não é apropriável de forma privada". Por conseqüência, o fundamento do capital social é a criação de um universo comum de signos e informações que adquirem sentido para uma dada comunidade e que, por sua vez, geram comportamentos de confiança interpessoal. Na percepção de Paiva sobre o fenômeno, o capital social depende necessariamente de condições sociais (construídas historicamente) em que predomine uma maior igualdade social entre os componentes de uma dada comunidade. Mas, para que o capital social se transforme num recurso ativo da sociedade é preciso igualmente que ele se transforme em "*credere*", ou seja, uma forma de crédito de confiança que pode assumir significados econômicos, comunitários, entre outros.

Riedl e Vogt (2003, p. 151-154) afirmam que a noção de capital social adquiriu rapidamente um status de credibilidade acadêmica por ter incutido a idéia de cultura no pensamento econômico tradicional. Até a crise do pensamento econômico ocorrida no final do século XX, a cultura era encarada, pelo menos na maior parte das vezes, como uma barreira ao processo econômico. Doravante, os mecanismos culturais das comunidades – gestados em perspectiva histórica - se tornaram fatores importantes na balança do desenvolvimento. No entanto, o capital social não surge como uma teoria monocausal do desenvolvimento, pois sua existência não garante o êxito das regiões e comunidades. O capital social está mais próximo de um recurso adaptativo que favorece relações de desenvolvimento, pois este também depende de imperativos logísticos, da capacidade de inovação e dos recursos naturais.

A acentuação das características culturais no pensamento de economistas e cientistas sociais contemporâneos foi apontada por Souza (2006, p. 140) como aspecto necessário para a incorporação ao espaço econômico dos recursos do capital social. O autor compreende que "o capital social está inerentemente ligado à cultura e, por conseguinte, ao sistema social". Na evidência de um ambiente de capital social identificado por um grupo, as instituições se tornam possíveis, criando "regras do jogo", que permitem restringir/permitir as interações humanas.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Borba e Silva (2006, p. 118-119) compreendem o capital social como um processo eminentemente relacional, pois ele se estabelece no exercício das relações de confiança e reciprocidade e pelo grau de cultura cívica. No trabalho dos autores, cujo objetivo era pensar o capital social e o conceito de sociedade civil na realidade sócio-política no Brasil do século XXI, o capital social se destaca na medida que pode descrever a qualidade da inserção e participação política dos atores sociais.

O sucesso no *staff* acadêmico do conceito de capital social pode também ser explicado pelas relações entre o conceito em si e a possibilidade de descrição da qualidade da participação do indivíduo no mundo público que o cerca. Schmidt (2003, p. 213-214) afirma que o conceito de capital social é, em suma, de simples formulação, pois ele pressupõe um espaço de existência de relações de cooperação e sinergia social onde a confiança, a solidariedade e a cooperação surgem como fundamentos da vida em comum. Tais fundamentos explicariam o sucesso das economias de mercado, da solidez das democracias e das diferenças das velocidades de desenvolvimento entre países. O sucesso de um país, de uma comunidade ou de um espaço regional não dependeria única e exclusivamente de fatores econômicos, mas também de características culturais e simbólicas.

Com Cremonese (2006, p. 94) o capital social também pressupõe um espaço onde confiança, cooperação e solidariedade sejam atributos de uma dada coletividade, porém, o autor questiona o seu modo de origem. Cremonese admite que o capital social surge como parte de uma longa história, mas por outro lado ele também pode nascer a partir de instituições fortes que façam a condução do processo em menos tempo. Preocupado com a história brasileira e com o papel que a história exerce sobre o capital social, o autor trabalha com elementos do neo-institucionalismo para a reversão dos quadros históricos adversos.

Em Becker (2003, p. 106), observa-se uma contundente crítica da noção de capital social. Defende o autor que o "capital social não passa de um padrão cultural derivado da economia de mercado". Becker argumenta que falar de capital social é sujeitar a cultura (normas, confiança e sociabilidade) aos interesses do capital transnacionalizado, pois no processo de globalização o interesse pelo "regional" somente pôde surgir a partir da otimização das vantagens regionais em termos de

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

competitividade. Para o autor, o capital social nada mais é do que a transformação das relações de comunidade em mercadoria, na mesma medida em que elas sejam úteis ao modelo de desenvolvimento globalizado.

Ainda que possa ser um posicionamento factível para o mundo contemporâneo, Becker não argumenta sobre a existência do capital social fora do contexto capitalista. Se a terminologia “capital social” foi emprestada da nomenclatura do sistema econômico capitalista, seu significado, entretanto, pode variar de acordo com os efeitos produzidos por esse mesmo “capital social” nas mais diferentes sociedades humanas (Sahlins, 1997, p. 53).

Ogilvie (2004, p. 356) propõe pensar o capital social a partir de estudos de gênero. Nesse sentido, ao pesquisar as guildas de Württenberg na era moderna, o autor observou a seletividade dos efeitos do capital social no sentido da discriminação da mulher naquela sociedade. Ao criarem uma sociedade com fortes conexões sociais e, por conseguinte, com significativos estoques de capital social, os homens de Württenberg usaram de seus sistemas institucionais para barrar o envolvimento de mulheres nessas corporações fechadas. Nesse sentido, a teoria do capital social se enriqueceu por considerar o gênero como um fator de desagregação social, não como um elemento de progresso social como é normalmente entendido.

Com Robert Putnam – autor que consagrou o conceito de capital social - evidenciou-se incisivamente uma compreensão culturalista do capital social, pois nesta perspectiva o contexto histórico-cultural possui caráter de centralidade na criação, produção e reprodução dos laços de confiança social (CREMONESE, 2006, p. 92). Destarte, a história terminaria por definir os contextos em que o capital social se torna mais denso e influente nos caminhos de uma determinada comunidade (PUTNAM, 2006, p. 192).

Putnam (2006, p. 177) afirma, portanto, que o “capital social diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade”. Ao desenvolver com mais profundidade seu ponto de vista, Putnam (2006, p. 180) diz que

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> Uma característica específica do capital social – confiança, normas e cadeias de relações sociais – é o fato de que ele normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado. Por ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam.

Assim, a constituição de uma comunidade cívica – ou seja, aquela munida de densas redes de capital social - se faz através de processos sociais autônomos que não tem uma correlação direta com as estruturas do Estado (PUTNAM, 2006, p. 175). O Estado, portanto, na perspectiva de Putnam, é encarado como um ator secundário na formação das pontes de cooperação entre os indivíduos.

Neste trabalho, optou-se principalmente pelas perspectivas de Putnam (2006) no que se refere ao conceito de capital social. A posição culturalista do capital social, ou seja, o fato dele ser fruto de uma dimensão histórica anterior preside as indagações propostas por este trabalho. Outros autores como Paiva (2004), Riedl e Vogt (2003), Borba e Silva (2006) também embasam esta proposta.

A escolha por esses autores ocorreu em virtude do problema proposto pela pesquisa. Neste sentido, o conceito de capital social adquire operacionalidade no sentido de realçar as dinâmicas históricas presentes no contexto social anterior à imigração - a solidariedade social da aldeia européia, particularmente – e a sua conseqüente projeção no ambiente que recebeu os imigrantes alemães em Picada Felipe Essig. Salienta-se igualmente que a picada teuto-brasileira operou, geralmente, num sistema de *relativa* autonomia/descaso/incapacidade em relação à administração pública e, mesmo assim, foi capaz de criar mecanismos que concerniram a sua própria administração, gerando, por exemplo, aparelhos sociais autônomos e diversificados (escolas, comunidades religiosas, associações, etc.), além de obras de infra-estrutura (estradas, pontes, moinhos, etc.) que contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico das regiões ocupadas pelos teuto-brasileiros.

A partir, portanto, das contribuições do conceito de capital social para a elucidação de processos de desenvolvimento, observar-se-á como a Picada Felipe Essig em Travesseiro/RS obteve vantagens através das redes de cooperação

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

presentes na cultura de origem das populações germânicas que ocuparam esta localidade.

2.2 Comunidade

O conceito de comunidade é um dos pontos nevrálgicos que conduzirão à formulação das argumentações e conclusões desta pesquisa. A noção de comunidade revela-se útil no esforço intelectual de se apreender as dimensões das obrigações comunitárias num ambiente de crise social (fase de instalação e desmatamento). O significado de comunidade, ainda que não seja mais plenamente capaz de explicar a sociedade do século XXI, assume nas populações imigrantes do século XIX um relevante grau de importância.

Alexis de Tocqueville (1998, p. 71), em seu livro clássico *A Democracia na América*, empresta ao conceito de comunidade o papel definidor de uma dada sociedade. Desse modo, Tocqueville procurou as bases racionais que sustentavam o êxito da democracia norte-americana, cujo fundamento era o *self-government* das pequenas comunidades e o princípio da soberania do povo. Neste contexto, a vida comunal "se manifesta a cada dia pelo cumprimento de um dever ou pelo exercício de um direito. Essa existência política imprime à sociedade um movimento contínuo, mas ao mesmo tempo tranqüilo, que a agita sem perturbá-la" (TOCQUEVILLE, 1998, p. 79).

O mesmo pensador francês observa que o habitante de uma comunidade livre está emocionalmente conectado a sua esfera de vida comunitária, pois ele é parte integrante desta. O membro da comunidade livre "interessa-se por ela, porque colabora para dirigi-la; ama-a [...] deposita nela sua ambição e seu futuro; envolve-se em cada incidente da vida comunal" (TOCQUEVILLE, 1998, p. 80). Alexis de Tocqueville é um dos grandes inspiradores da teoria do capital social proposta por Robert Putnam (2006, p. 103), principalmente no que diz respeito à formação dos laços de confiança social e na verificação do peso da história na constituição de comunidades cívicas.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Martin Buber (2008, p. 50) percebe comunidade dentro da tradição de Ferdinand Toennies, pensador alemão que opôs a comunidade pré-industrial (*gemeinschaft*) à sociedade industrial (*gesselschaft*). Neste sentido, a emergência da sociedade enquanto forma social baseado no proveito, no individualismo, na égide do contrato e do Estado, surge como um substituto maléfico das formas anteriores da experiência humana. A comunidade "é a expressão e o desenvolvimento da vontade original, naturalmente homogênea, portadora de vínculo, representando a totalidade do homem". Na perspectiva do autor, a comunidade é um mundo perdido, substituído pela sociedade industrial, mas realizável dentro de um novo projeto social.

Da perspectiva de Amaral Filho (2008, p. 75), a comunidade deve ser pensada a partir de múltiplas realidades, pois "ela possui fronteiras móveis, uma vez que é atravessada por espaços simbólicos intertextuais [...] num fluxo de entrada e saída, de permanência e partida". Nesse sentido, a comunidade é um espaço social em permanente construção, pois ela delimita espaços de pertencimento e estranheza gerados pela dinâmica da vida social. Nesse sentido, não se pode falar em uma comunidade unitária e estática, pois a mobilidade de significados é o que a caracteriza.

DeRienzo (2008, p.222) credita à comunidade o fundamento da ação política. Para este autor, a ação política democrática parte do princípio de ações coletivas realizadas nas localidades. Atribui ao sistema econômico globalizado o declínio do conceito de comunidade e da própria qualidade da democracia. Seu raciocínio parte da ideia de que o controle econômico da comunidade sobre os seus próprios meios produtores de riqueza é fundamental. Pois sem economia local, dificulta-se o processo de comunidade; sem comunidade não existe interação e capacidade coletiva, que, por sua vez, inibe a ação política; por fim, sem ação política não existe possibilidade de efetiva democracia. A comunidade para DeRienzo é o local da ação política por excelência.

O sociólogo polonês Zigmunt Bauman (2003, p. 09) entende a noção de comunidade como um ideal e um refúgio do homem. O autor argumenta que a comunidade é uma forma desaparecida de experiência social, pois

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> [...] em suma, “comunidade” é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance – mas no qual gostaríamos de viver e esperarmos vir a possuir [...] o que é notável sobre a comunidade é que “ela sempre foi”. Podemos acrescentar: que ele sempre esteve no futuro. “Comunidade” é nos dias de hoje outro nome do paraíso perdido – mas a que esperamos ansiosamente retornar, e assim buscamos febrilmente os caminhos que podem levar-nos até lá.

O conceito de comunidade de Bauman adquire significações mais profundas no momento em que a comunidade se relaciona com a liberdade, atributo da sociedade capitalista liberal. Destarte, a vivência comunitária possível é uma equação entre as variáveis liberdade-segurança. Desta forma, “não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade” (BAUMAN, 2003, p. 10). À idéia de comunidade, Bauman entende que existe um preço a se pagar: a liberdade do indivíduo. Logo, a comunidade pode se tornar um local social de estrangulamento das subjetividades e das singularidades dos atores sociais. A comunidade conota mais uma fonte de obrigações do que de liberdades.

Yamamoto (2011) entende que a comunidade, ao contrário da noção consagrada de “rede” para a sociedade contemporânea, é o “ambiente da realização da sociabilidade, gratuidade e doação incondicional [...] a comunidade constitui o ambiente que dá a operacionalidade a uma lógica inversa [não-econômica], voltada à produção de laços sociais”. Yamamoto considera a comunidade como antípoda à sociedade em rede, pois nesta última as relações impessoais e de mercado preponderam, fechando-se em si mesmas. Na comunidade, outras formas de valor que não somente econômicos circulam, num processo de constituição de algum tipo de coesão social. Logo, outras economias “não-econômicas” circulam no ambiente comunitário, onde aspectos simbólicos e culturais adquirem importância para a existência dos laços sociais de uma comunidade.

Frey (2003, p. 179) aborda o trânsito que a concepção de comunidade enfrenta no contexto da sociedade atual. A idéia de comunidade encerra um grupo coeso que partilha de ideais de vida, identidade e crenças comuns. Ainda, a comunidade é caracterizada pelas altas densidades de comprometimento e obrigações presentes nos laços sociais. Nos grupos humanos que vivem problemas extremos de insegurança social – tal como o vivenciado pelos grupos de imigrantes

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

germânicos em Picada Felipe Essig – o sentido tradicional de comunidade revela-se ainda muito importante, a despeito da expansão do conceito de rede na sociologia contemporânea.

A consideração do conceito de comunidade mostra-se mais relevante do que a noção de rede para a análise da interação social de grupos sociais que estavam no limiar da modernidade. A comunidade talvez seja a chave de entendimento destas populações do século XIX. Pois, outras formas de intercâmbio social estavam colocadas em jogo naquela sociedade sitiada por riscos diversos. Como conseqüência, a noção de comunidade também pode dimensionar o papel do indivíduo na Picada Felipe Essig, já que a vivência em comunidade predispõe a liberdade como preço maior a ser pago pela segurança da vida comunitária.

Nesse sentido, as considerações de Bauman (2003), Amaral Filho (2008), Frey (2003) e Yamamoto (2011) serão utilizadas em razão de sua adequação à pesquisa proposta. Ainda que convergentes, no entanto, a perspectiva de Bauman presidirá teoricamente os aspectos relativos à comunidade.

2.3 História Ambiental

De modo genérico, a ciência histórica - assim como as demais ciências sociais - não pautou seus objetivos de pesquisa levando em consideração o relacionamento dos aspectos ambientais e humanos. Neste sentido, a história ambiental surge como um novo fazer histórico, uma tentativa de responder aos enormes desafios que a crise ambiental interpõe à comunidade humana.

No tocante à história da imigração alemã, esta foi e ainda é vista predominantemente a partir de uma tautologia do sucesso econômico (desenvolvimento economicista). A história ambiental reformulou a noção de sucesso apresentando evidências de um grande desastre ecológico nas florestas meridionais do Brasil. A devastação ambiental destas áreas responde em grande parte pelo processo de imigração, haja vista que as populações germânicas desempenharam um papel de protagonismo. Com base nestas perspectivas, as

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

faces mutantes da imigração em Picada Felipe Essig, Travesseiro/RS, serão avaliadas.

Surgida nos anos 70 do século XX, a história ambiental nasce da impossibilidade de se negligenciar a pressão sobre os recursos ecológicos na duração histórica. O fundamento da história ambiental é a inserção do meio ambiente na história humana, fato largamente ignorado pela comunidade de historiadores (WORSTER, 1991, p. 2).

Worster (1991, p. 5) compreende, portanto, a história ambiental a partir de uma perspectiva de que a história humana não se fez sem restrições das forças da natureza e que esta é uma agente da história. A Nova história de Worster conserva o significado da natureza como um elemento de contraste relativo com a idéia de cultura. A oposição Humanos-Natureza adquire para Worster uma acepção que diz respeito ao reconhecimento da existência de forças que operam no mundo sob ordens diferenciadas. É evidente que o mundo natural obedece a processos que não foram criados pelo homem. Dentro desta idéia que se situa a especificidade da história ambiental e a distinção entre “artefato” e “natureza”. A partir destas argumentações, Worster define três modalidades de estudos que podem ser encarados dentro de uma perspectiva central da história ambiental. Em primeiro lugar, uma história baseada na história dos ecossistemas; uma história que tenha em vista o enfrentamento da questão entre a aplicação de tecnologia sobre o ambiente (história socioeconômica) e o poder de decidir sobre o ambiente; e uma história dos significados da natureza pelos seres humanos.

Drummond (1991, p. 179) reclama à história ambiental o estudo sobre o tempo geológico da Terra, mais profundo e incisivo do que o tempo das sociedades (o relógio cultural). Nesta acepção, o autor evidencia que a história ambiental deve se comportar através de uma abordagem interdisciplinar, pois os objetivos da história do meio ambiente são extremamente abrangentes.

Martinez (2006, p. 23) comenta que a história ambiental tem a capacidade de vir a ser um projeto intelectual que termine por erigir a instituição de um projeto agregador, tanto do ponto de vista científico quanto social. Este oferece a possibilidade de recusa à fragmentação do saber científico, pois há uma profunda interpenetração do mundo social com o mundo não-cultural. De acordo com o autor,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

falar de história ambiental é falar no destino e passado comum de todos os seres humanos.

De acordo com Leff (2001, p. 389), a história ambiental se desloca da perspectiva biocêntrica das composições teóricas acima descritas. O autor discorre que

> A história ambiental não é uma história das relações das espécies com seu meio, das culturas com seu entorno [a historia ambiental deve se diferenciar da ecologia humana] [...] Isto levaria a história ambiental a necessidade de repensar o tempo para incorporar em seu campo uma história do ser.

Leff teme a redução dos objetivos programáticos da história ambiental em direção a uma espécie de determinismo do meio ambiente. Para o autor mexicano, a história ambiental deve interrogar o tempo a partir de várias racionalidades. O tempo e seus ritmos, através da diversidade cultural humana, seria a matéria prima da história ambiental.

De acordo com Pádua (2010, p. 97), a história ambiental pode ser compreendida de acordo com a descrição em níveis proposta por Worster. Nesse sentido, cumpre ao pesquisador manter uma postura de abertura à interferência de fatores que não devem ser preconcebidos (como por exemplo a idéia de ambientalismo em perspectiva anacrônica). Eles, contrariamente, devem caminhar de acordo com as investigações do historiador. Por conseguinte, “o desafio analítico [da história ambiental] é o de superar as divisões rígidas e dualistas entre natureza e sociedade, em favor de uma leitura dinâmica e integrativa, fundada na observação do mundo que se constrói no rio do tempo”.

Espíndola (2012, p. 169) por sua vez alerta que a história ambiental é um espaço de saber onde se entrelaçam processos e dinamismos de ordens diferentes tanto em qualidade quanto em quantidade. A relação natureza e sociedade é formada por uma tênue divisória. Porém, no lado da sociedade, encontra-se o homem, parte da natureza, mas “com a diferença de que ele se reproduz com mais velocidade e intensidade do que outras espécies por conta de sua economia, organização social, cultural e política”. A natureza “não é objeto [...] é modificação,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

mudança". Cabe, portanto, ao historiador se munir de ferramentas teórico-metodológicas que extrapolem a disciplinarização do conhecimento, o que revela também a complexidade da práxis em história ambiental.

Portanto, o exame da ocupação das terras do Brasil meridional pela sociedade teuto-brasileira - e, aqui, especialmente pelo processo de instalação de colonos germânicos em Picada Felipe Essig – ganha dimensões que extrapolam a unidimensionalidade da explicação histórica. Com uma nova lente, poder-se-á conhecer aspectos até então impossibilitados de visualização pelos paradigmas teóricos antropocêntricos. A clássica organização social teuto-brasileira no sul do Brasil aparentemente tem um significado ecológico bastante definido: a alteração e perda de biodiversidade.

2.4 Território

A imigração alemã em Picada Felipe Essig aconteceu sobre um meio geográfico particular: as fímbrias da floresta subtropical sul-brasileira. Ao ocuparem a bacia hidrográfica do rio Forqueta, os teuto-brasileiros imprimiram seus padrões de cultura sobre este ambiente, endereçando valores e significações que configuraram um território específico.

Para Saquet (2006, p. 62), o território é uma resultante do processo de territorialização. Em razão da vida social do homem, ele se territorializa através das práticas cotidianas, assim constituindo um "um lugar de vida". "Este processo é condiocionado e gera territorialidades [...] que constituem o território da vida de cada pessoa ou grupo social num determinado espaço geográfico".

Pedon e Souza (2007, p. 127) buscam aproximar a noção de território com a idéia de identidade, concluindo pela inseparabilidade destas duas nomenclaturas. Os autores entendem território "não somente enquanto relações de poder, mas, sobretudo, enquanto apropriação resultante do imaginário e/ou identidade social e cultural".

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Em Claval (2002, p. 23), existe a preocupação de se compreender o território em relação à constituição das paisagens culturais. Enfatiza que a formação de território não pode negligenciar a experiência pessoal, pois esta potencializa a construção de objetos sociais. O território resulta “da ação humana que mudou a realidade natural e criou paisagens humanas e humanizadas”.

Para Santos e Silveira (2008, p. 19), a noção de território transcende a própria sensibilidade humana, sendo presente em outras possibilidades de vida biológica (animais, plantas, etc.). De acordo com os autores

> [...] por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo a que nos pertence... esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, esta idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem.

Com Espindola (2012, p. 188), o território é um elemento ativo do processo de sociabilidade, haja vista que elementos psicológicos atuam conjuntamente na apropriação social dos espaços. Tais elementos dizem respeito aos sentimentos de pertença e identificação cultural tanto individual quanto coletiva. “Neste sentido, é preciso destacar que não se trata apenas das relações produtivas, mas também de relações existenciais”.

Outra perspectiva de território pode ser encontrada em Antas Júnior (2005, p. 39, 65) que entende o território a partir de aspectos normativos formalizados ou não. Por conseguinte, não somente a norma jurídica opera sobre o território, mas todo um conjunto de valores, normas, consciências, sentimentos de pertença, e subjetividades agem sobre o espaço dando-lhe territorialidade. Entretanto, as próprias formas geográficas também são condicionadoras de comportamentos, agindo sobre os aspectos propriamente humanos.

O território de um grupo humano está acima da mera contingência dos aspectos físicos, que, por sua vez, também concorrem para a constituição territorial. Ele é uma relação entre a natureza e a sociedade, em que a atribuição de símbolos

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

e valores incide sobre o espaço físico, gerando concepções de pertencimento e identidade. Os teuto-brasileiros em Picada Felipe Essig formaram territorialidades definidas em termos de grupo, comunidade e percepção ambiental.

De posse de todas as reflexões ora apresentadas, os seguintes capítulos serão ordenados de modo a se compreender os antecedentes, o processo de formação, e a experiência de vida social da picada teuto-brasileira. Baseada em fontes primárias, a documentação de pesquisa será, portanto, confrontada com os suportes teóricos previamente elencados neste capítulo.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

3 DAS ORIGENS SOCIAIS E TERRITORIAIS DOS IMIGRANTES DE PICADA FELIPE ESSIG: TERRAS COMUNAIS, COMUNIDADE E CAPITAL SOCIAL

Os estudos de imigração alemã no Brasil, e em especial no Rio Grande do Sul, sinalizam acentuadamente sua ênfase em processos sociais que ocorreram exclusivamente nas terras brasileiras. No entanto, é forçoso pensar nas estruturas sociais anteriores à imigração/americanização para que se evidencie a compreensão de certos aspectos que a caracterizam historicamente.

A história das regiões européias originariamente ocupadas pelos imigrantes que posteriormente vieram ao Brasil oferece importantes suportes na construção do propalado espírito comunitário e colaborativo da picada. A cultura de origem do imigrante merece, a partir deste raciocínio, ser mais bem estudada. Talvez, por impedimentos de ordem logística e operacional, os historiadores brasileiros, geralmente, tenham se descuidado das características da vida aldeã das terras da Europa setentrional.

O objetivo deste capítulo é, portanto, entender o processo de formação e gestão das terras comunais que caracterizavam a vida social das aldeias européias, bem como buscar uma aproximação com o universo de relações sociais que lá existiam. Com isso, procura-se evidenciar o processo de formação do capital social nas regiões de origem da maior parte dos imigrantes/migrantes da Picada Felipe Essig e esboçar uma compreensão de sua projeção nas picadas teuto-brasileiras.

Entretanto e antes de tudo, o conhecimento da história européia e das relações sociais existentes pode acirrar o debate acerca do “êxito” do trabalho do imigrante alemão no Brasil, principalmente através das especulações sobre o capital social presente e verificado nas comunidades teuto-brasileiras por meio de alguns estudos (BENDER, 2007; RIEDL; VOGT, 2003; VOGT, 2006). O que se verifica no sudoeste da Alemanha – origem territorial da maioria dos imigrantes que ocuparam Picada Felipe Essig - e na porção setentrional da Europa como um todo é a construção histórica de um sofisticado arranjo social baseado em torno de instituições de ação coletiva (DE MOOR, 2008, p. 210). Tal história lentamente favoreceu a formação de capital social. Por conseqüência, tal condição teve um papel importante na otimização e eficiência do trabalho alemão no Brasil meridional.

Recentemente, num contexto de pesquisas acadêmicas e profissionais, a historiografia gaúcha e nacional vem empreendendo uma revisão dos significados e dos processos históricos atinentes à imigração alemã. Neste sentido, os historiadores estão promovendo uma desconstrução em torno do mito do trabalho alemão, uma pedra angular e onipresente no relato do projeto imigrantista germânico. Os argumentos são consistentes e amparados por intensa pesquisa em instituições de memória histórica (BUBLITZ, 2008; CHRISTILLINO, 2010; ECKERT, 2011; GERHARD, 2009; ZARTH, 2012).

As linhas históricas que puseram um grande ponto de interrogação na narrativa histórica da imigração alemã respondem pelos estudos em história agrária e pesquisas em história ambiental.

A história agrária argumenta, *grosso modo*, que o sucesso socioeconômico das colônias alemãs se sustentou primeiramente pela espoliação dos homens e mulheres dos ervais frente aos projetos de colonização anelados pela elite sul-riograndense ávida por lucros advindos do mercado imobiliário de terras e por uma elite imperial desejosa em alterar sua base de sustentação política na província mais meridional do Brasil. Essas dinâmicas ocorreram no século XIX (CHRISTILLINO, 2004, p. 328).

A argumentação da história ambiental passa pela destruição das florestas do sul do Brasil, perda da biodiversidade e insustentabilidade do processo de reprodução social nas picadas teuto-brasileiras. A picada teuto-brasileira pode ser

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

entendida como uma expressão ambiental, e a violência cometida pelos colonos germânicos contra as áreas florestais inviabilizou freqüentemente o processo de permanência nas áreas de ocupação pioneiras, pois suas terras perdiam fertilidade, sofriam erosão, entre outros danos. Como resultado, o *know-how* teuto-brasileiro, no que se refere ao manejo florestal, tornou a devastação das matas como seu elemento principal. Os colonos teutos podem ser imaginados como verdadeiros homens-fronteira, porque carregavam os machados de uma civilização radicalmente antropocêntrica (CORREA, 2005, p. 240).

Assim, até o advento das críticas destas duas abordagens, historiadores e cientistas sociais observaram o desenvolvimento socioeconômico das áreas de imigração européia no Rio Grande do Sul predominantemente a partir da existência de aspectos econômicos e culturais[2]. No econômico, exemplos seriam os investimentos realizados pelo governo e por particulares nas áreas de recepção dos imigrantes/migrantes com todas as facilidades infra-estruturais que isto implicava; o prévio contato dos imigrantes com o mundo do mercado (Europa); e a própria estrutura agrária de minifúndio. Desta forma, os rios (no sentido de escoamento da produção), as estradas, as pontes, e a agricultura familiar, entre outros aspectos, explicariam em grande medida o êxito das áreas de imigração germânica.

No aspecto cultural, mesmo que fossem percebidos e sublinhados com alguma freqüência, os recursos sociais[3] da cultura teuto-brasileira foram menos citados em termos de explanação histórica. Mesmo assim, as determinações culturais do desenvolvimento passavam quase sempre pelo argumento weberiano de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, esvaziando outras perspectivas de análise do peso da cultura sobre os processos do próprio desenvolvimento. Os estudos de identidade, educação, associativismo e religião são as principais

[2] O aspecto da atuação e inserção política das colônias foi uma dimensão menos prolífica na produção historiográfica da imigração alemã, haja vista que a tese do isolamento das picadas prevaleceu – e talvez ainda prevaleça – como um axioma das pesquisas no processo imigratório germânico (Tramontini, 2003, p. 141-142). Ainda, na literatura especializada, o aspecto do "político" significa geralmente uma compreensão partidária do mesmo; a política intra-comunitária, aquela que acontecia na escolha das diretorias de salão de baile, comunidade religiosa, clubes de canto e coral, além da regulação informal das relações de poder inerentes à condição humana, mereceram poucas linhas de historiadores e cientistas sociais. Na opinião deste autor este é um aspecto de suma importância para se problematizar a autonomia e o capital social das picadas e colônias.

[3] Refiro-me especialmente às habilidades profissionais e ao estudo da cultura escolar entre os imigrantes, fortemente relacionada à vida religiosa-comunitária (KREUTZ, 2000).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

grandezas explicativas da evolução histórica das regiões teuto-brasileiras no que se refere à cultura[4].

O mérito das abordagens recentes – história agrária e história ambiental - gira em torno da consideração de outros fatores sociais que impuseram dinamismo aos núcleos de imigração. Os questionamentos aos lugares comuns da historiografia da imigração alemã enfatizam, no caso da história agrária, os aspectos mais ligados ao econômico e ao político e, no exemplo da história ambiental, os aspectos culturais tomam relevo importante[5], ainda que não sejam necessariamente predominantes[6].

As narrativas que carregam o "cultural" como fio dominante, no entanto, não consideram os recursos da cultura presentes nas relações interpessoais. Este é um fato novo trazido pela teoria do capital social. O relacionamento entre as pessoas e o modo como ele opera numa dada coletividade apresenta grande importância para o entendimento da dinâmica histórica e dos processos de desenvolvimento. Assim, a teoria do capital social abarca aspectos políticos, econômicos e culturais a partir da cultura do relacionamento entre pessoas. Relações cooperativas, oportunistas, autoritárias, libertárias, todas elas são denominações novas para um quadro antigo e ainda inacabado: a história humana.

Robert Putnam (2006, p. 192) afirma, por conseguinte, que a existência de capital social deriva, peremptoriamente, da história. Sem ela, não há como entender a formação de capital social. E esta história precisa de alguns "ingredientes" para que o capital social seja um recurso plenamente utilizável pelas sociedades no sentido de eficiência no trato de suas demandas ou dilemas públicos.

Como conseqüência do fim da crença de que o desenvolvimento econômico era uma condição *per si* do desenvolvimento social, economistas, cientistas políticos e demais especialistas nas ciências de desenvolvimento acostumaram-se a utilizar o capital social como categoria analítica. E ao explicar o desenvolvimento de comunidades, cidades, países, continentes, os *experts* descrevem, geralmente, a existência daquele a partir de elementos históricos. Os aspectos que contribuem

[4] Ver estudos de Carvalho Filho e Monastério (2011), Kreutz (2000) e Dreher (2008).
[5] A literatura em história ambiental considera as grandes permanências culturais do Ocidente, como a concepção adâmica de natureza e o antropocentrismo (BUBLITZ; CORREA, 2006, p. 61).
[6] Pressão demográfica, infertilidade da terra e as oportunidades de crescimento da indústria madeireira são aspectos de infraestrutura destacados pela história ambiental (NODARI, 2012).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

para o capital social em forma de confiança e reciprocidade mútua dependem historicamente da inexistência de grandes desigualdades sociais, da presença de sistemas de participação político-comunitária, autonomia administrativa, acesso aos recursos naturais, etc (Paiva, 2004, 42).

A história pré-imigração dos grupos germânicos que colonizaram as picadas teuto-brasileiras constitui-se, portanto, num elemento fundamental de compreensão da existência de estoques de capital social em nosso país. Pouco conhecida pelos próprios historiadores, a dimensão cultural das relações interpessoais traduzidas em confiança social e laços de cooperação (capital social) representa a abordagem escolhida por esta pesquisa.

Assim, neste estudo argumenta-se que a origem social do capital social presente na vida comunitária das picadas teuto-brasileiras seja exatamente derivada da gestão e experiência das terras comuns[7] no contexto europeu. A experiência de vida daqueles que aportaram ao Brasil, em grande parte, associa-se ao manejo e história dos *commons*.

Para historicizar os *commons*, é necessário um recuo mais profundo no tempo. Apesar de suas origens remontarem à Alta Idade Média[8], o conhecimento dos seus mecanismos somente pôde ser mais bem compreendido a partir da Baixa Idade Média, quando o aumento demográfico e a escassez de recursos forçaram o processo de regulamentação dos mesmos (BRAKENSIEK, 2002, p. 232).

3.1 Origem histórica dos *commons*

Os *commons* eram em primeiro lugar uma forma de associação representada pela criação de uma pessoa jurídica de natureza diferente da pessoa natural, pois

[7] Usaremos a palavra *commons* para designar as terras comuns ou comunais, seguindo o padrão utilizado pela literatura consultada (DE MOOR, 2008, p. 184).

[8] No século XIX, principalmente, e através do trabalho recente de Peter Blicke (1991), os estudiosos que direcionaram suas atenções às terras comunais buscaram traçar desde os tempos de Tácito, o espírito da liberdade alemã, democrático, calcado em sistemas de assistência mútua e cooperativismo. O próprio fracasso de um grande Estado Absoluto na Alemanha estaria em tese ligado a esta característica de liberdade e de insujeição aos desmandos autocráticos. (WARDE, 2002, p. 197) O uso comunal da terra seria a expressão do espírito associativista alemão, realçado igualmente por inúmeros estudos sobre a imigração alemã.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

eles possuíam representação coletiva e suas decisões internas eram realizadas em torno do sufrágio da maioria (DE MOOR, 2008, p. 190). Esta característica "coletiva" de organização rural resultou na inclusão dos *commons* na tradição alemã de associativismo, um dos pilares ideológicos da gênese do moderno Estado Nacional Alemão.

No século XIX, os construtores da nação alemã postulavam que por trás de todas as diferenças étnicas, lingüísticas, religiosas e culturais dos povos germânicos, existia no âmago daquela outrora nova sociedade nacional um sentimento comum de pertencimento, cooperação e solidariedade. Apesar de divididos numa pletora de Estados maiores, principados e cidades livres, os intelectuais nacionalistas alemães descreviam o associativismo enquanto uma característica inerente ao povo germânico (DA SILVA, 2006, p. 282).

Para os intelectuais germanistas do século XIX o fenômeno dos *commons* teria sido percebido já no tempo de César[9], que em suas incursões em direção às fronteiras renanas da Gália percebeu a aparente inexistência de propriedade entre os povos bárbaros contatados. Tácito[10] em *Germania* foi ainda mais longe, pois descreveu a forma de manejo da terra pelas comunidades.

Os relatos romanos seriam então as fontes autorizadas da formação da nação alemã. O que chama a atenção nos relatos da Antiguidade é a recorrência ao uso comum da terra como base para a igualdade jurídica e política. Os estudiosos do século XIX, porém, observavam os *commons* como uma forma de propriedade em vias de extinção, haja vista que os consideravam como a causa da pobreza no

[9] Caio Júlio César (100 a.C – 44 a.C), general e ditador romano. Assim, César em sua obra *De Bello Gallico* se pronunciou a respeito desta instigante diferença cultural entre o mundo romano e bárbaro: "Nenhum tem campo demarcado ou de sua propriedade; mas os magistrados e os principais designam cada ano as gentes e parentelas, que vivem em comum, tanto espaço de campo para lavrar, quanto e onde parece conveniente, e os obrigam no seguinte ano a passar para outra parte. Muitas são as razões que dão deste uso, tais como: — para não trocarem, demovidos pelo hábito, o ardor guerreiro pela agricultura, não procurarem alargar cada um o seu campo, o mais poderoso a custo do mais fraco, não se ocuparem em construções próprias a guardá-los do frio e da calma, não fazerem nascer entre eles a ambição de dinheiro, donde procedem as facções e as discórdias, e conterem a plebe por um princípio de equidade, vendo cada um que iguala em riqueza ao mais poderoso" (CÉSAR, 2006, texto digital).

[10] Publio Cornélio Tácito (56 d.C – 117 d.C), historiador, político e orador romano, apontado pelos especialistas alemães do século XIX como a testemunha mais crível do caráter livre, associativo e democrático do povo alemão. Segundo Tácito,na obra *Germania* "Todos os moradores de uma cidade segundo seu número ocupam os campos que são partilhados entre eles, conforme a qualidade (dignidade) de cada um; e podem fazê-lo facilmente (comodamente) devido à amplidão do campo.Mudam de terra todos os anos e ainda lhes sobra a terra" (TÁCITO, 2006, texto digital).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

campo, motivada, geralmente, pela inexistência da livre iniciativa. De toda sorte, os *commons* teriam contribuído substancialmente para a formação da moderna Alemanha, pois sua missão histórica fora justamente a construção da nação (BRAKENSIEK, 2002, p. 225).

A história da criação dos *commons*, instituição basilar da vida camponesa na Europa setentrional, tem origem em múltiplas causas mais ou menos relacionadas entre si. A Baixa Idade Média acompanhou um processo social que redefiniu a história européia de modo significativo. Assim, em conjunto com transformações que ocorriam na vida social do Medievo, Tine De Moor (2008, p. 179) considera este período como o portador de uma "Revolução Silenciosa", pois

> During the Late Middle Ages, Europeans formed to a previously unknown intensity and extent 'alliances' that were not (primarily) based on kinship, but on other common characteristics such as occupation […] For the countryside, this is the period that communal land tenure arrangements, or simply 'commons', were increasingly formed and institutionalized […] It was however the high intensity of new units of such collective action that were being formed that makes this movement striking enough to refer to it as a 'silent revolution'

Esta "Revolução Silenciosa", que será posteriormente analisada com mais intensidade, é o resultado do contexto de formação dos *commons*, que, por sua vez, está ligado diretamente às questões sociais pelas quais a Europa atravessava na Baixa Idade Média, especialmente a partir do século XIII. Como afirma Blickle (1998, p. 3), os *commons* e as guildas urbanas foram fenômenos novos que buscaram lidar com novas realidades oriundas do crescimento demográfico e econômico do Ocidente:

> The thirteen century, [...] witnessed a remarkble change in agricultural production… economic activities underwent considerable change: more and more crops were planted, using a field rotation system, arable land was separated more clearly from pasture, and neighbouring villages defined their respective territories much more explicitly. All this provides clear evidence for a more intensive use of rural resources in the face of rising population… the comparatively complicated new rotation system ruled out individual choices of crops and demanded a process of collective decision-making involving all peasants

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

De Moor (2008, p. 186) por sua vez precisa os séculos XII e XIII como os períodos de institucionalização dos *commons*, apesar de não negar a existência de formas cooperativas anteriores a este período no que toca ao manejo e distribuição de recursos naturais. Como força motriz do desenvolvimento dos *commons*, ela sustenta: “the background is population growth, and the related changes to land use and its intensification” (DE MOOR, 2008, p. 187).

Le Goff (2003, p. 143) igualmente afirma a originalidade de condições e criações sociais do século XIII. Cita o aumento demográfico, o aparecimento das universidades, o crescimento urbano e as suas instituições, novas formas de expressão religiosa, o aumento das trocas e formas heterogêneas de exercício do poder. Mas silencia sobre a regulamentação e existência dos *commons*, afirmando que as cidades tiveram exclusividade em enfrentar os desmandos da nobreza. Os camponeses, por conseguinte, aparecem como meros servos dos príncipes, passivos, sem possibilidades de inventar uma nova ordem social, numa imagem que discorda das pesquisas de Warde (2002, p. 201), que declara ter havido neste período um poder de negociação e barganha inédito nas mãos dos camponeses das pequenas aldeias. A própria terra em muitos casos passou ao poder das comunidades agrupadas em torno dos *commons*.

Para Brakensiek (2002, p. 232) o fenômeno dos *commons* ocorreu quando o problema da escassez de madeira e das áreas de pastoreio tornou-se evidente. Novamente, o motor destes processos é o aumento demográfico causado pelas pequenas revoluções agrícolas da Baixa Idade Média. A condição de escassez manifestou-se já no século XII, porém somente no século XIV as fontes são mais precisas e os regulamentos mais freqüentes.

Existe a possibilidade de se inferir que a Europa do século XII ao século XIV passou por problemas estruturais graves, no sentido de sua importância para o futuro desenvolvimento do continente. Apesar desta periodização de formação dos *commons* estar ligada à história das terras alemãs e neerlandesas, o fenômeno pode ser observado em outras áreas da Europa setentrional.

O aumento demográfico causado pelos melhoramentos de produtividade produziu a necessidade de formas originais de organização social. O que distingue esta era das antigas formas de associação comunal é justamente a massificação do

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

fenômeno dos *commons* em torno de regulamentos, orientações, sanções e institucionalização dos mecanismos de controle da gestão comunal.

Localizado temporal e espacialmente, o fenômeno dos *commons* obriga a discussão de seus significados. Seja qual for o motivo mais determinante para a emergência deste tipo de organização social, os *commons* aparentam estar vinculados ao aumento demográfico resultante do melhoramento das técnicas agrícolas na Baixa Idade Média. De toda a sorte, os *commons* adquiriram múltiplas acepções no decorrer de sua história. Local social da democracia, refúgio do homem pobre, fortaleza dos camponeses diante dos príncipes e senhores locais, lugar da ineficiência/eficiência produtiva; estas são, portanto, algumas das acepções possíveis para o fenômeno, haja vista que o debate continua aceso entre os especialistas desta forma de organização social.

3.2 Definições de *commons*

Tentar definir os *commons* exige em primeiro lugar a sabedoria de admitir que eles não são estáticos, passivos e iguais em todo lugar. São maleáveis e adaptados às condições históricas de cada tempo e geração (WARDE, 2002, p. 196).

Os locais de pesquisa na Alemanha se justificam em razão desta região ter sido a mais pródiga na formação dos contingentes que chegaram ao Brasil a partir do século XIX. A colonização do Vale do Taquari e no caso específico deste estudo, a Picada Felipe Essig, foi feita com elementos provenientes das colônias velhas do Rio Grande do Sul e de imigrantes nascidos diretamente na Europa (SCHAUREN, 2011, p. 179). A afirmação pode ser demonstrada através do exemplo de Anna Katharina Essig (1845-1913) e de Felipe Essig (1840-1895). Ambos eram casados, porém Anna Katharina Essig era nascida em São Leopoldo e, portanto, brasileira; Felipe Essig, por sua vez, era nascido em Idar-Oberstein na Alemanha, no atual estado da Renânia-Palatinado. O túmulo de Anna Katharina Essig (figura 1) marca o seu local de nascimento.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Figura 01 - Túmulo de Anna Katharina Essig, em Picada Felipe Essig, Travesseiro/RS.

Fonte: O autor.

As definições dos *commons* partem em primeiro lugar de uma colcha de retalhos relativas ao uso, poder e disposição de certos direitos. As condições político-econômicas da Baixa Idade Média e da Idade Moderna propiciaram espaços de negociação entre os setores sociais que compunham aquela sociedade. Freqüentemente, os espaços de negociação eram pacíficos, arrolados por meio de acordos que beneficiavam todas as partes envolvidas, principalmente o senhor nobre e os camponeses de uma dada localidade. No entanto, a profusão de acordos escritos subjazem os conflitos existentes entre os estamentos envolvidos. Esta fase de reivindicações coroa o processo das grandes reclamações européias que vigoraram do século X ao XII (DE MOOR, 2008, p. 186). As tensões sociais sempre fizeram parte destes acordos, bem como o uso de violência e ameaças pelas partes envolvidas. A impressão de um senhor feudal super poderoso nem sempre se coaduna com a imagem histórica (BRAUDEL, 1996, p. 443).

Para Paul Warde (2002, p. 200), definir o termo *commons*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> […] is perhaps to introduce a misnomer into the debate. The commons in the sense of "common land" was only one form in which "common" or collectively-exercised rights could exist. Indeed, many common rights were defined according to rights of usage rather than the right to dispose of rigorously delineated spaces. If we refer to the "commons" of any one place we should at least remember that this denotes a bundle of rights which could vary considerably in substance and value to residents, even when those rights were regulated by the same group or institution.

Warde acentua o caráter legal dos *commons* e denuncia que eles podem ser explicados mais por um direito de uso do que a propriedade de um espaço limitado por fronteiras definidas. Alguns usos atinentes aos *commons*, freqüentemente, eram exercidos em território privado (pertencentes a um príncipe, um bispo-príncipe, um senhor local, um monastério, etc.), mas este sentido privatizador da propriedade não era absoluto, porque a propriedade absoluta era detida por limites das condições ecológicas e demográficas. O acesso aos camponeses, no tocante a determinados recursos, era, portanto, facultado e negociado (os pântanos e frutos da floresta, por exemplo).

Essa é também uma mentalidade medieval, uma verdadeira concepção de mundo: por mais que a Igreja, os príncipes e senhores espezinhassem os camponeses, algumas responsabilidades os poderosos tinham diante dos fracos (DUBY, 2002, p. 28). Sob outro ponto de vista, não havia muitas outras formas de se explorar e cultivar as terras. Não havia meios para uma privatização total e completa do sistema. A privatização irrestrita, no contexto dos séculos XII-XIV – tempo de formação dos *commons* – não correspondia à melhor solução para se gerir e trabalhar a terra.

O historiador alemão Stefan Brakensiek (2002, p. 232), especialista nas terras comunais de seu país, destaca que os *commons*[11] eram o fruto de novas realidades históricas já identificáveis no século XII e podem ser concebidos dentro de um ambiente de luta por poderes locais. Afirma que existe uma pluralidade de formatos institucionais referentes aos *commons*. Em geral, na Alemanha medieval e moderna, eles surgiram através dos conflitos entre os domínios senhoriais, os chamados *Grundherrschaft*, as redes de comunidades rurais, *Gemeinde* e *Bauerschaft*, e

[11] Brakensiek está definindo os *commons* a partir da documentação de que ele dispõe enquanto pesquisador. As formas de propriedade comunal presentes nas antigas áreas germânicas podem não caber nesta definição.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

finalmente as possessões principescas, *Landesherrschaft*. Brakensiek parte do princípio de que a institucionalização é o aspecto novo a definir os *commons* surgidos a partir da Baixa Idade Média.

Ainda em termos de aproximação conceitual, Silva (2006, p. 141) define os *commons*

> [...] como uma associação de aldeias que reunia camponeses (mas não exclusivamente) detentores de parcelas de terra na qual a forma de apropriação não pode ser descrita de modo simples e conciso como na expressão propriedade plena ou, nem mesmo, na expressão propriedade comunal. O termo marca [*commons*] (originalmente, sinal, fronteira ou território circundado por uma fronteira) e o termo companheiros da marca eram aplicados, respectivamente, às terras baldias e à associação que as possuía, em regime de propriedade ou de usufruto. Os camponeses que faziam parte das associações aldeãs e vicinais tinham direito ao usufruto das terras baldias; por vezes eram mesmo proprietários delas. Dadas as características da economia rural da época era de capital importância o usufruto dos bosques e dos terrenos de pastagem.

Em 1892, Friedrich Engels publicou um apêndice na edição alemã de seu famoso livro *Do Socialismo Utópico ao Científico* intitulado "A Marca"[12], que, apesar de breve, é bastante elucidativo no que concerne às questões agrárias da Alemanha. Esta foi uma das análises pioneiras da história agrária alemã no que se refere a uma abordagem de conflitos no meio rural.

Engels foi uma testemunha ocular do mundo abandonado pelos imigrantes e seu texto revela os fundamentos da posse comunitária e da organização social dos germânicos em perspectiva histórica. No excerto, o autor busca entender como as formas de gestão comunal das terras se formaram e sobreviveram na Alemanha, culminando com o seu repentino desaparecimento, causado, de acordo com a opinião do autor, pela égide do grande capital.

O revolucionário e filósofo alemão compreendia que a Marca era um tipo de organização agrária cujas raízes remontavam ao período da Antiguidade Clássica, num momento em que o mundo romano - a partir das conquistas de César - se chocou com o universo cultural bárbaro germânico. Avançando pela Idade Média,

[12] Marca é a tradução para a língua portuguesa da palavra alemã *Marken*, que, para efeitos de esclarecimento, pode ser substituída pela nomenclatura em língua inglesa *commons*.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

pela Idade Moderna e desaparecendo nos alvores da Era Contemporânea[13], o sistema de Marca teria inundado toda a vida pública da Alemanha por séculos a fio, moldando as instituições comunitárias e os sistemas judiciais e políticos dos governos.

As principais práticas existentes no sistema de *commons* giravam em torno da distribuição comunitária trienal das parcelas de terras a serem cultivadas, da deliberação conjunta do modo como as parcelas seriam utilizadas (metodologia de plantio, culturas, etc.), do uso comum de pastagens, bosques e charnecas, do estabelecimento das normas que regulavam as formas de organização social, dos modos de aplicação destas regras (execução) e do processo de delineamento das sanções a que ficavam sujeitos aqueles que não se enquadrassem no sistema.

De Moor (2008, p. 154) compreende os *commons* dentro daquilo que ela convencionou chamar "Revolução Silenciosa", conceito previamente mencionado neste trabalho. Entretanto, a autora belga argumenta de modo mais sistemático que os *commons*

> […] were institutions for the collective use and management of land and its resources [...] all institutions […] were set up to regulate the collective use and management of natural resources, ranging from woodlands to river banks, and sometimes the river itself.

E complementa (DE MOOR, 2008, p. 186):

> [*Commons*] are alliances based on some mutual agreement which was not primarily kinship, but existed between lords and villagers and among villagers themselves. They dealt with the use of resources, and their rules were written down, confirmed, reviewed, and – most importantly – enforced by the members of the collective

A institucionalização dos *commons*, característica de uma época de grandes mutações sociais, acompanhou igualmente modificações na estrutura familiar. A

[13] Engels pode ser incluído na tradição evolucionária da propriedade, pois observava que a propriedade comunal era uma forma primitiva de propriedade, e que as leis históricas tinham como função destruí-la em favor da propriedade privada (DE MOOR, 2004, p. 9)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

discussão sobre o tema não cabe neste trabalho, porém a força social da formação destas instituições dependeu de uma maior fraqueza dos laços familiares. A tibieza dos laços de família provocou a aproximação de pessoas através da vizinhança e da vivência de problemas e oportunidades comuns. Este parece um fator fundamental para se compreender o capital social, pois ele admite diversas feições além daquela formada pela comunidade cívica[14]. Neste sentido, coincide a observação de De Moor (2008) com aquilo que Putnam citou a respeito do "familismo amoral", observação emprestada de Eduard Banfield (1958) (MUELLER, 2007, p. 67). De acordo com esta noção, os laços de família quando muito sobrepostos às ordinárias relações sociais com membros não clânicos ou familiares, dificultam o aparecimento de formas de cooperação e confiança social numa coletividade aumentada, dificultando o aparecimento de temas de interesse público.

A "Revolução Silenciosa" proposta por De Moor (2008, p. 191) é fruto da constatação da emergência de inúmeras instituições baseadas na ação coletiva. A historiografia européia – e mesmo poderíamos dizer Ocidental – construiu a tendência de se verificar processos de ação coletiva nos momentos abruptos das revoltas, greves, paralisações, revoluções, etc. A efemeridade destes movimentos da ação coletiva corresponde aos acontecimentos que rompem a lógica do cotidiano. De Moor inverte a lógica em privilegiar a ação coletiva institucionalizada numa duração longa, justamente na duração cotidiana.

Os *commons* foram uma instituição corporativa que visava suplantar a vida das gerações que a compuseram. Instituições pensadas para a posteridade. Apesar de todas as suas vicissitudes e movimentações, os *commons* se basearam num acordo de cooperação entre pessoas. Grandes massas humanas influenciadas pelos desafios de seu tempo resolveram trabalhar juntas para a consecução de objetivos sociais fundamentais. O processo não ocorreu sem fraturas, sem oportunismo, sem luta e sem a dimensão do poder entre as relações sociais.

Destarte, as guildas e os *commons* durante a Idade Média e a Idade Moderna foram os dois tipos clássicos de instituições de ação coletivas corporativas (DE

[14] É possível pensar no capital social de organizações criminosas como a Máfia e as redes de tráfico de drogas, por exemplo. Nestes espaços, o capital social desempenha uma função diferente daquela que se pretende expor neste trabalho.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

MOOR, 2008, p. 192). Os *commons* são desta forma classificados, pois o conceito de

> "Corporate collective action" is here considered the concept best suited to describe the exclusive, self governed autonomous institutions that formed the core of the silent revolution, which depended on the idea that a group of people could form a legal body, a *universitas*, a concept developed during the "legal revolution" of the twelfth and thirteenth century.

É preciso, assim, delimitar o tipo de *commons* que revestia as tradições agrárias do sudoeste da Alemanha, marcadamente, a região do Hunsrück. Neste sentido, a variedade de tipos de arranjo comunal existente na Alemanha pré-moderna dificulta o trabalho do pesquisador, pois os acordos, regulamentos, cartas de direitos ocorriam em nível de aldeia. Portanto, falar de uma única realidade comunal para as regiões de origem dos imigrantes que vieram ao Brasil e que colonizaram o sul do país é de alguma forma um esforço vão.

3.3 Possibilidades de tipos de *commons* na região emigratória preponderante

Seria necessário caracterizar praticamente aldeia por aldeia, ou, talvez, algumas aldeias conectadas em termos de direitos e deveres (associações de aldeias) para que se pudesse verificar a natureza dos *commons* existentes na região que originou o processo de emigração ao Rio Grande do Sul no século XIX. De qualquer forma, a colonização de Picada Felipe Essig, como mostrada acima com o exemplo de Anna Katherina Essig, provém em grande parte das regiões pioneiras de colonização do Estado.

A colônia de São Leopoldo e arredores, de acordo com Weimer (1983, p. 102), foram povoadas em sua grande maioria por indivíduos provenientes da Renânia. Assim, com o auxílio da literatura, da pesquisa no Museu do Hunsrück de Simmern, da caracterização da paisagem desta última comunidade, e a partir da

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

documentação do Landeshauptarchiv de Koblenz, esta pesquisa buscou uma aproximação com a realidade dos *commons* existentes naquela área.

O sistema de *commons* foi tão importante na história da Alemanha, que ele foi capaz de definir as regiões e criar identidades locais peculiares. Assim, alguns autores como Brakensiek (2002, p. 230) discutem a própria relação de estruturas comunais mais ou menos cooperativas, definidoras de aspectos regionais de grande permanência histórica. Em razão do pioneirismo desta pesquisa no tratamento e relacionamento íntimo entre as picadas teuto-brasileiras e os *commons* alemães, o estudo busca traçar algumas possibilidades de tipos de *commons* na região pesquisada.

Por conseguinte, Engels (2006, p. 150), em razão das fortes tradições do sistema comunal no sudoeste alemão, descreveu as permanências desta longa experiência social vigente nas regiões de origem dos imigrantes que vieram à Picada Felipe Essig. Chamava-lhe a atenção a permanência dos *Gehöferschaften*. Assim,

> [...] ainda hoje [final do século XIX] podemos observar como isso ocorreu através dos chamados *Gehöferschaften*, nas bordas do Mosela e no Hochwald. Não mais se reúne lá a totalidade das terras cultivadas, campos ou pradarias, todos os anos, mas todos os três, seis, nove ou 12 anos, e elas são repartidas segundo sua exposição e a qualidade do solo num certo número de faixas e de áreas (*Gewann*). As áreas são divididas de novo em tantas partes iguais, de faixas longas e estreitas, quantas são os que a elas têm direito na comunidade; estas faixas são sorteadas entre eles, de tal sorte que cada membro receba na origem uma porção de cada área, portanto, uma faixa de tamanho igual de cada exposição e de cada qualidade de terreno. Hoje em dia as faixas se tornaram de tamanhos diferentes em função de divisões entre herdeiros, vendas etc. As terras não-cultivadas, florestas e pastagens, permaneceram como posse comum para uso comum.

Esta forma de organização dos bens ambientais fundamentais para uma sociedade agricultora demonstra uma excepcional medida de diluição dos riscos sociais inerentes aos processos produtivos. Nos períodos anteriores à capitalização fundiária, os habitantes das comunidades aldeãs do Vale do Mosela e do Hunsrück dividiam o ônus dos fracassos e possibilitavam alternativas de superação das desigualdades sociais que decorreriam mais facilmente de um sistema privado de

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

posse de terras. A alternância de faixas de terras permitia que todos compartilhassem das melhores e das piores glebas, seja com fins de plantação ou aproveitamento de recursos florestais.

Max Weber (2003, p. 24) reportou em seu livro *General Economic HIstory* o *Gehöferschaft* como um tipo especial de propriedade. Ele replicava a teoria de que este arranjo fosse o exemplo de um primitivo sistema de direito de posse, pois observava que a origem desta organização estava vinculada à propriedade senhorial medieval e à incapacidade da nobreza guerreira em criar módulos mais produtivos no que se refere à exploração de recursos florestais e agrícolas. Para ele, o *Gehöferschaft*

> Have consisted chiefly of woodland, but they formerly contained also meadow and arable which were divided out after the manner of common fields, periodically and by lot. This arrangement is not primitive, but arouse out of seigniorial policies. Originally the *Gehöferschaft* was a manorial farm or estate which was tilled by the labor of small peasants, member of the mark community. But when the overlords became knights and were no longer in a position to direct operations personally, they found it more advantageous to enlist the self-interest of the peasants, and granted them the land on the terms of a fixed rent […] The mark organization either undertook a definitive division of the interests, or redistributed periodically by lot.

Max Weber admitia a existência de “buracos” no mundo feudal, espaços que os camponeses utilizaram para fazer e valer seus interesses. A autonomia e auto-regulação dos *Gehöferschaften* teriam nascido através da corrosão dos poderes senhoriais.

De acordo com as informações dispostas, o *Gehöferschaft* pode ser encarado como um arranjo institucional de gestão de bens ambientais. Friedrich Engels referiu-se com mais intensidade ao seu uso enquanto espaço de produção agrícola, ao passo que Max Weber referiu-se a ele admitindo uma condição ecológica particular (*woodland*[15]) e um método de captação de recursos florestais – marcadamente, a madeira – com produção agrícola. Em termos de produção agrícola, predominavam os cereais.

[15] Terras cobertas por matas ou numa acepção possível - mas não inequívoca - florestas (WARDE, 2006, p. 51).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

No Hunsrück e no Eifel, Alemanha, no tempo da organização das matas por meio do *Gehöferschaft*, as florestas de faia foram em grande parte substituídas – a partir do século XVIII - por plantações de carvalho para o atendimento da demanda de curtumes e lenha em geral (paisagem cultural Lohhecken). A possibilidade deste tipo de relacionamento ambiental amenizou a pobreza de muitos pequenos lavradores no período pré-imigração, e perdura até hoje enquanto forma de organização de algumas comunidades (figura 2).

Figura 02 - Sorteio das faixas (*gewann*) entre moradores do *Gehöferschaft* de Schillingen, estado da Renânia-Palatinado, Alemanha. A localidade pertence ao parque natural Saar-Hunsrück. Na imagem é possível discernir o *Rosenkranz der Gehöferschaft* preso à mão de um dos participantes deste tipo de organização cooperativa.

Fonte: Saarbrücker Zeitung. Disponível em <http://www.saarbruecker-zeitung.de/sz-berichte/merzig-wadern/Gehoeferschaft-schillingen-brennholzeinschlag-holzteilung;art2800,4113938> Acesso em: 11 fev. 2013.

O sorteio das faixas realizava-se normalmente através de festas comunitárias. O instrumento de sorteio se chamava *Rosenkranz der Gehöferschaft*[16] (figuras 2 e 3). Durante as festividades, o rosário era desmanchado e as famílias da localidade eram convidadas a tomar parte no desmanche. Cada peça do rosário possuía

[16] Rosário do *Gehöferschaft*. Tradução do autor.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

marcações que identificavam aspectos de referência da própria gleba. Na seqüência, os moradores depositavam suas peças em um recipiente que era veementemente balançado. Como as faixas existiam previamente, os sorteados já conheciam as terras nas quais trabalhariam na medida em que o sorteio ia acontecendo.

Figura 03 - *Rosenkranz der Gehöferschaft*.

Fonte: Orstgemeinde Schoden. Disponível em <http://www.vgv-saarburg.de/schoden/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=104>. Acesso em: 11 fev. 2013.

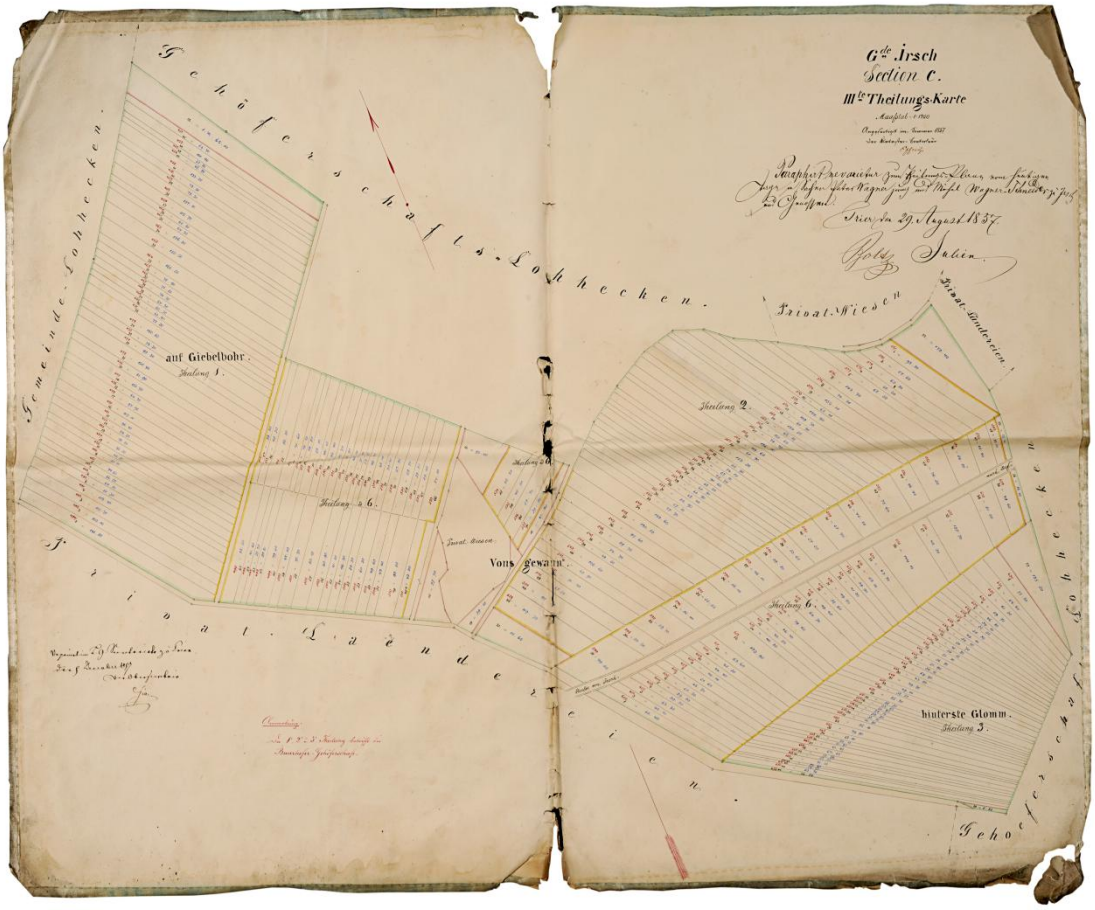
Os *Gehöferschaften* de Saarburg e Freudenburg (figura 4) apresentam um sistema de *commons* descrito por Engels. Intitulado "*Gde. Irsch Section C. IIIte Theilungs-Karte*"[17], eles se localizavam nas proximidades de Saarburg e Freudenburg, no atual estado da Renânia-Palatinado. Ali podem ser vistas as divisões de terras (*Theilungs*) com as respectivas faixas (*Gewann*), além do próprio avanço do sistema fundiário privatista (*privat Wiesen e privat Länderei*). Nas divisas extremas do mapa, podemos observar a existência da paisagem Lohhecken, que,

[17] Fonte: Bestand 702, karte 14869. 1857 tk 6305 e 6405/8.2-320 Saarburg e Freudenburg."Gde. Irsch Section C. IIIte Theilungs-Karte"Parzellenkarte mit Großenangaben,1857. Landeshauptarchiv Koblenz, Koblenz, Alemanha.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

provavelmente, também poderia ser alvo de divisões com os fins acima mencionados.

FIGURA 4- *Gehöferschaften* Saarburg e Freudenberg. É possível visualizar as faixas (G*ewann*), as divisões de terra (*Theilungs*) e o próprio avanço do sistema privado. O mapa foi confeccionado em 1857.



Fonte: Landeshauptarchiv Koblenz, Koblenz, Alemanha.

Em termos aparentes, a figura 4 relaciona terras aráveis, mas, entretanto, há possibilidades dela comportar faixas com recursos florestais individualizados em torno das mesmas. Na ausência de uma legenda que indique a correspondência das cores que normalmente recobrem algum limite das faixas, ousa-se afirmar que os limites em verde indiquem contato com alguma terra arborizada. Nas faixas que se limitam com a *Gehöferschaft* Lohhecken, que constituem a grande maioria das

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

divisas do arranjo, percebemos a quase total onipresença do traço verde nas bordas das divisões.

Nas bordas que tocam divisas do tipo *Privat Laendereien*, não é possível observar o fenômeno com tanta nitidez. Nos limites com os *Privat Wiesen*, os traços verdes são mais abundantes do que aqueles condicionados pelo Pri*vat Laendereien*.

Naquela região coexistiam confusamente regimes fundiários de naturezas diversas em pleno 1857! Como afirma Brakensiek (2006, p. 35), o processo de privatizações de terras na Alemanha durou aproximadamente de 1770 a 1900, o que confirma o grau de profundidade deste tipo de cultura agrária e de organização social que animou a vida aldeã do sudoeste alemão durante séculos.

A pergunta que não foi possível ser respondida, ou melhor, averiguada, diz respeito à região do Hunsrück[18] como um todo. Como se situava o sistema fundiário daquelas aldeias até ou mesmo depois de 1824? Pesquisas posteriores poderão debater tais questões com mais profundidade. A proposta é construir um panorama de possibilidades de *commons* existentes na área pesquisada. E dentro deste quadro, poder-se-á vislumbrar de que forma o capital social dos habitantes de Picada Felipe Essig foi construído. O *Gehöferschaft* mostrou-se como uma importante possibilidade, mas não constituía um fenômeno de maioria.

Por conseguinte, De Moor (2004, p. 14) buscou reunir uma série de características que dizem respeito à gestão dos *commons* para fins de uma possibilidade de tipologia. Desta forma, ela esquematizou estes múltiplos aspectos dos *commons* e os condensou em quatro tipos. A exposição que segue se refere aos tipos de *commons* que existiram no sudoeste da Alemanha. São eles:

> 2) A right on the common as a member of a village commune or municipality. The common rights were owned by the collectivity of the 'citizens' or members of the commune, who exercised these rights as a group rather

[18] Faz-se aqui uma observação de que a colonização da Picada Felipe Essig não se fez exclusivamente com elementos do sudoeste da Alemanha, ou ainda mais precisamente, do planalto do Hunsrück. Observou-se até aqui que algumas famílias têm suas origens no atual estado da Baixa Saxônia, à época da imigração, o Reino de Hannover. Também algumas famílias vieram de localidades exteriores ao planalto do Hunsrück, ainda que situadas entre as cidades de Trier e Koblenz. Pesquisa-se os *commons* do sudoeste da Alemanha em razão da preponderância populacional deste grupo na localidade, lembrando ainda que muitos já eram filhos de imigrantes e, portanto, nascidos no Brasil.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> than an association of individuals. They had rights to common resources within the jurisdictional area of the local village. The common land (usually the common waste) was often actually juridically subject to a lordship, and later, the state. The village court made bye-laws and acted as the lowest tier of the public system. This model was frequently found in some form in Germany, parts of (Dutch and Flemish) Brabant, Alsace and Béarn. These commons were transformed into the public property of the local municipality as a result of the French Revolution
>
> 3) A right on the common as a member of a co-operative or an association of individuals with rights to a material resource. This was called a *Genossenschaft* in German […] In practice an individual member could be anything from a peasant farmer to a noble, a village commune, a corporation or a monastery. They enjoyed material rights over a set area of land and usually had their own regulatory institutions. They seem to have been particularly associated with large woodland areas
>
> 4) All residents in an area, or in fact any subjects of the local ruler had rights. This was only the case with very large and virtually inexhaustible commons […] In the German States one often finds the cases that all subjects of a ruler were permitted to enjoy a limited set of resources, such as collecting deadwood on specified days, as part of a generalized obligation of the ruler to guarantee subsistence.

As duas primeiras descrições enfatizam o caráter autônomo destes *commons*. A primeira possibilidade está mais ligada à dimensão de jurisdição local, enquanto a segunda está ligada ao uso de recursos materiais definidos e combinados com outros grupos do mundo pré-capitalista. O *commons* de tipo *Genossenschaften*, de acordo com De Moor, parece ter sido o mais influente na história da Alemanha, ainda que o sistema jurisdicional sobre a área da vila esteja localizado exatamente nas áreas de origem dos imigrantes alemães. Ao mesmo tempo, o *Genossenschaften*, segundo a mesma autora, aparece vinculado às condições ecológicas de áreas cobertas por matas, o que se coaduna com a região ora pesquisada (WARDE, 2006, p. 29).

O terceiro tipo de *commons* citado pela autora não evidencia a autonomia como fator de maior relevância. Eles são em geral definidos por uma impossibilidade dos atores sociais (inclusive os dominantes) explorarem grandes áreas com significativos recursos. Desta forma, o senhor aparece como o fornecedor dos bens indispensáveis à vida econômica: terra, aparelhagens diversas, moinhos, ferramentas, etc. Ali, outro aspecto é merecedor de atenção na medida em que as velhas tradições medievais se traduzem nas responsabilidades dos senhores em prover a sobrevivência daqueles que dele dependem. A possibilidade de

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

recolhimento de gravetos em determinados dias torna este exemplo palpável – algo de fundamental importância para os camponeses da Alemanha pré-moderna.

Warde (2002, p. 201) entende o *Genossenschaft* igualmente através de direitos materiais sobre determinados recursos. Podia ser uma associação de camponeses e artesãos, mas monastérios, burgueses e senhores de nobreza também podiam participar, mesmo que alienassem seus direitos para os membros das comunidades. Warde observou que estes *commons* vicejaram com mais freqüência em locais de jurisdição confusa e imprecisa, como é o caso do Palatinado. A observação de Warde sobre a presença de regulamentos autônomos, tendo estes últimos uma ênfase marcante no acesso aos bens de floresta permitidos, confirmam a associação de De Moor referente à adaptação do *Genossenschaft* às condições ecológicas de áreas de intensa arborização.

O mapa de Bretzenheim (figura 5) desenhado pela administração francesa no período napoleônico apresenta um indicativo[19] de *Genossenschaft* no Hunsrück. Este documento foi produzido pela administração francesa em 1813, pouco tempo antes do fim da ocupação napoleônica da margem esquerda do Reno.

[19] Trata-se tão somente de um indicativo. Através da descrição do *Plan de la Forêt de Bretzheim* (1813) existem elementos que subentendem a presença de características de *Genossenschaft*. Não houve tempo e recursos para uma pesquisa mais aprofundada nesta pequena aldeia. Pesquisas localizadas poderão contradizer ou confirmar as colocações deste estudo.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Figura 05- *Plan de la Forêt de Bretzenheim*. No mapa existem indicações que caracterizam os diversos tipos e usos da paisagem.

Fonte: Landeshauptarchiv Koblenz, Koblenz, Alemanha.

A documentação cujo título é "*Plan de la Forêt de Bretzenheim*"[20] apresenta uma importante relação de informações que permitem uma aproximação com a realidade comunal experimentada pela área de emigração ao Brasil no começo do século XIX. É forçoso em primeiro lugar destacar algumas das subdivisões e informações presentes no mapa para compreendê-lo com mais acuidade.

Em primeiro lugar, este é um documento que descreve recursos ambientais, direitos e divisas envolvendo a floresta de Bretzenheim, uma municipalidade no atual estado da Renânia-Palatinado, Alemanha. Em termos de divisas, existe o apontamento de bosques utilizados sob o sistema de *commons*. É o que se depreende da leitura de *Bois communale de Stromberg*, *Bois communale de Schoenberg*. Como se pode observar, os recursos florestais das comunidades eram

[20] Fonte: Bestand 702, karte 14551. TK25: 6012.Stromberg/Bad Kreuznach. Der Bretzenheimer Wald"Plan de la Foret de Bretzenheim" Spezialkarte mit Baumsignaturen, Waldwegen, Gewaessern, ungefaehre Lage von Schoenenberg, Stromberg und Eckenroth, ausfuhrliche Erklaerung zu den Besitz- und Nutzungsrechten, 1813. Landeshauptarchiv Koblenz, Koblenz, Alemanha.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

intensamente demarcados, pois disso dependia a sobrevivência das próprias aldeias. Quando Warde (2006, p. 39) afirma categoricamente que “wood was the raw material that permitted early modern life”, o grau de relevância deste recurso não deve jamais ser subestimado.

Em termos de localização de forças políticas na estrutura pré-moderna da Alemanha, as palavras *bois* e *forêt* podem indicar estatutos jurídicos desiguais. De acordo com Warde (2006, p. 36) os significados de floresta e bosque[21] não se equalizam historicamente. Ao contrário do que as expressões de linguagem da contemporaneidade indicam, a palavra floresta advém do latim *fera* e estava desde então vinculada ao direito senhorial da caça, um elemento essencial de distinção social na Idade Média e Idade Moderna. Bublitz (2008, p. 329-330) interpreta o sentido de floresta a partir da noção de *foris*, ou seja, aquilo que está fora, além da esfera do civilizado. De qualquer monta, a palavra floresta não necessariamente correspondia a um ambiente dominado por densa arborização. No decorrer dos últimos séculos houve, no entanto, uma tendência em se dispor de espaços de caça em ambientes dotados significativamente de árvores. A confusão entre os termos bosque e floresta pode ter decorrido de uma relativa uniformização visual destes espaços. Porém, entre a Idade Média e o século XIX, Warde sugere que o conceito de floresta seja compreendido a partir dos direitos senhoriais de caça (floresta enquanto noção jurídica), relegando o aspecto relacionado à densidade de arborização para um plano de menor importância na escala dos significados.

A noção de bosque (*bois*) talvez possa melhor ser compreendida dentro da noção de arborização. A presença do recurso madeireiro era entendida como indispensável à sobrevivência tanto para o bem estar da nobreza, do clero, das cidades e seus burgueses, e, também, para o pobre camponês. O mapa da figura 5 na legenda B indica áreas de bosque com nítidas representações de árvores maduras. Estas áreas configuram a maior parte do mapa e se divisam internamente com áreas de pastagem e pecuária (D), de matagais e capoeira (A) e prados (C).

Nas divisas exteriores do mapa, a distinção entre bosque e floresta ocorre através dos limites com a *Forêt imperial*, porém numa outra divisa ao leste, o termo

[21] *Woodland* é a palavra utilizada pelo autor para a distinção do termo floresta (f*orest*) (WARDE, 2006, p. 36)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Bois imperial sobrevém tornando complexa qualquer digressão sobre o assunto. *Forêt ou bois imperial* de quem? Afinal de contas, o Sacro Império Romano-Germânico havia sido dissolvido em 1808 e a administração francesa tomou providências para que as antigas e medievais formas de propriedade se desvanecessem do território ocupado. Seriam estas florestas do Estado, do Império Francês? De qualquer modo, evidenciam-se as nítidas delimitações de direitos sobre aquela paisagem, bem como o grau de importância dos bosques e florestas para aquela sociedade.

Nas definições da Legenda D, a descrição aponta para áreas de pastagens. De acordo com a indicação do mapa estas áreas são economicamente importantes para as comunas de Eckenroth, Schoenberg e Stromberg em razão dos lucros com a pecuária e criação. Nestes espaços, os habitantes destas comunas possuíam direitos exclusivos de pastoreio, conquistados em um tempo remoto. Estas áreas são consideradas *défensable*, portanto, abertas às atividades de pastagem.

Nas áreas marcadas pela legenda A, os matagais e capoeiras têm como uma de suas funções o aprovisionamento de recursos para a fabricação de vassouras e demais instrumentos de uso doméstico. O mapa adverte que esta é uma área em que o pastoreio não é permitido (*non défensable*). A regulamentação em virtude do uso destes recursos se sustenta através da necessidade de renovação constante destas espécies.

A legenda B apresenta a maior extensão territorial do plano de 1813. Ela se refere às áreas florestadas. Na legenda, evidencia-se a posse de um direito antigo das comunas de Bretzenheim e Winzenheim no que se refere à gestão do recurso. Neste sentido, estas áreas do plano também são consideradas *non défensables* e, portanto, não admitiam a criação em seu interior sob qualquer circunstância. O mapa adverte sobre o uso intensivo do recurso, pois existe a indicação de que desde 1790 os camponeses lograram cortar dois terços da mata em questão.

O mapa delineia da mesma forma caminhos exclusivos de passagem dos rebanhos das comunidades que partilhavam destes recursos. O *chemin pour le bétail de Schoenberg*, o *chemin et passage pour le bétail de Stromberg* e o *passage por le bétail de Eckenroth* são trechos preestabelecidos que procuravam evitar danos aos demais membros portadores dos direitos de uso. Depreende-se que o

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

não cumprimento de tais regras pelos moradores ocasionava uma medida de coação.

De sul a norte, num corte longitudinal no centro da representação, é possível observar o *chemin de la fôret*. A estrada liga o bosque comunal de Stromberg até o prado Lehnwiesen. Aliás, ela corta, em grande parte, as áreas de criação e de matagais com a área florestal. As estradas parecem circundar as áreas de floresta, porventura utilizadas para facilitar o transporte (sempre penoso) das madeiras e gravetos para os núcleos aldeões.

Quais seriam então os indicativos de que este *commons* pudesse ser um *Genossenschaft*? Em primeiro lugar, nas divisas da área detalhada, ou seja, nas bordas do plano da floresta, as áreas vizinhas indicam bosques comunais em Stromberg e Schoenberg. Estes bosques comunais sugerem que a natureza jurídica dessas áreas seria formada através do instituto da *Gemeinde*. Os bosques aludidos possuíam soberania direta das localidades respectivas. Isso não acontece com a área retratada pelo mapa, haja vista que diversas localidades dividem o mesmo espaço, os mesmos recursos materiais, a característica do *Genossenschaft.*

Sob o entendimento de Warde, o *Genossenschaft* teria amplas razões de existir na área representada pela documentação. A evolução histórica dessa região apresenta uma confusa sucessão e variedade de direitos senhoriais, o que enfraqueceu a posição da nobreza naquelas imediações. E mais: os camponeses tinham plena consciência de seus objetivos e sentavam com seus senhores para discutir direitos sobre determinadas áreas. Jamais houve uma nobreza poderosa e onipresente como aquela que ocorreu nas terras da Europa Oriental, naquilo que foi chamado de segunda servidão (BRAUDEL, 1998, p. 231). Estas características também dizem respeito ao *Genossenschaft.*

Braudel (1998, p. 217) ainda afirmaria que “os campos do Ocidente são senhoriais e camponeses”. A afirmação não poderia ser mais justa quando se analisa a história do Palatinado.

A *Gemeinde,* entretanto, no entender de Warde (2002, p. 201) era a forma mais comum de associação no sudoeste alemão. Ela era definida como uma corporação política que geria as terras e os bens comunais,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> […] sometimes exercising those rights over land owned by others within their jurisdiction, but sometimes actually owning the land themselves. These communes, both rural and urban, were the basic building-blocks of political life in the region and usually comprised a single settlement. Membership of the Gemeinde entailed becoming a *Bürger*, that is being a male married household head, or at least running an independent economic unit if not in a separate household, and over the age of 25

A *Gemeinde* de Warde assemelha-se com a descrição de De Moor, em seu primeiro item mencionado acima. O arranjo possui como fator dominante a dimensão jurídica, do controle de direitos sobre um determinado território. Ainda que estes territórios não pertençam à comuna, a atribuição jurisdicional, bem como as cláusulas do acordo, dificultava as arbitrariedades senhoriais contra os moradores das comunas rurais ou urbanas. A *Gemeinde*, ao sair da órbita imediata de poder do senhor local, gozava de grande autonomia administrativa naquele mundo regulado por confusos direitos de posse e propriedade. Entretanto, com alguma freqüência as *Gemeinde* podiam ser proprietárias de terras.

As descrições da *Gemeinde* de Warde encontram mais um paralelo com as afirmações de De Moor no que diz respeito à natureza política-administrativa das comunidades organizadas em torno desta tipologia de *commons*. De Moor afirma que tal caracterização constituía-se na menor instância do sistema público; de acordo com Warde, a *Gemeinde* foi, por sua vez, a pedra angular da vida política no sudoeste da Alemanha. A detenção de direitos não somente materiais insuflou tanto o espírito de participação cívica e política dos indivíduos em sua comuna como a defesa radical dos mesmos.

Brakensiek (2002, p. 232-233), pesquisador agrário do oeste e noroeste da Alemanha – uma extensão territorial que combina os atuais estados da Renânia do Norte-Westfália e Baixa Saxônia – afirma que nestes espaços o *Genossenchaft* foi a forma predominante de *commons*. Para o autor, o *Genossenschaft* consiste em “complex, self-governing organizations [...] [whose shape] depended on local customs which varied from one place to another even within a small radius”. Novamente existe a relação deste tipo de *commons* com a existência de condições ecológicas próprias, neste caso, as áreas de mata predominante.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Brakensiek complementa a conceituação de *Genossenschaft* aludindo ao caráter cooperativo desta instituição. Nobres, religiosos, monastérios e camponeses buscaram através desta instituição a cooperação para a otimização dos recursos, haja vista que as áreas arborizadas apresentavam quase sempre um alto teor de regulamentação, necessitando de um cuidadoso manejo para a exploração dos recursos, nem sempre unânime. Esta tecnologia de gestão, com todas as modificações e dinâmicas existentes na estrutura do *commons* entre os séculos XII e XIX, permitiu a exploração relativamente equilibrada destas áreas por quase um milênio.

Outro aspecto que Brakensiek comenta é a impossibilidade de uma grande generalização conceitual do *Genossenschaft.* Os acordos, as atas e os regulamentos podiam diferir sensivelmente de uma aldeia para a outra. Em razão de Brakensiek se reportar a certas regiões que extrapolam geograficamente os objetivos deste estudo, suas considerações serão relevadas para um plano de menor centralidade. Porém, suas observações continuam a pautar a pesquisa sempre que necessário for.

A pesquisa de Warde, entretanto, é direcionada exclusivamente para o caso do sudoeste alemão. O “alvo” geográfico de Warde confunde-se – ainda que não exclusivamente – com os objetivos deste estudo. Pesquisador de história institucional dos *commons* e de história ambiental (seus estudos abarcam majoritariamente a disponibilidade do recurso madeira na modernidade), a interpretação deste autor em relação às disponibilidades de experiências comunais na área pesquisada tem, por conseguinte, através de uma escolha de método, maior peso no conjunto de autores que tratam o tema – pelo menos em termos geográficos e conceituais.

De Moor, através do argumento da “Revolução Silenciosa”, atinente à formação de instituições de ação coletiva corporativas temporalmente situadas entre os séculos XII e XIX, se estabelece como o fio condutor da hipótese sobre a formação do capital social. Se Warde, Engels e Weber localizaram os *commons* – ainda que em termos regionais, vistos mais como uma área de influência – no mapa da Alemanha, De Moor encontrou uma das possibilidades de explicação do surgimento do fenômeno na dinâmica da vida social. E sua suposição não apresenta

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

fronteiras no mapa da Europa Central, situando o fenômeno dos *commons* como um processo generalizado de articulação social. As vilas, aldeias e cidades de origem dos imigrantes teuto-brasileiros, encontram-se conseqüentemente compreendidas na “Revolução Silenciosa”. Aparentemente lentos e imóveis, os *commons* surgem na esteira de uma grande revolução.

3.4 Capital social e *commons*: a instituição cria a cooperação e a confiança

Nesta seção a pesquisa objetiva entender os mecanismos que propiciaram a formação de capital social dentro das estruturas sociais da vida camponesa ou aldeã da Europa germânica, precisamente nas regiões que, quantitativamente, mais imigrantes trouxeram para o Brasil (sudoeste da Alemanha, margem esquerda do Reno).

O capital social gerado historicamente estava armazenado no *modus vivendi* daqueles imigrantes que cruzaram o Atlântico em busca de melhores condições de vida. Ao se estabelecerem, os alemães criaram uma organização social conhecida por picada, que tem fundamentais condicionantes históricos brasileiros, sendo estes, talvez, parte da dimensão mais importante do processo de imigração germânica ao Brasil. No entanto, a dimensão européia do processo de imigração alemã para as picadas teuto-brasileiras não pode ser subestimada.

Como já observado, a raiz do capital social presente na comunidade teuto-brasileira a partir do século XIX, apresenta fortes indícios da influência da experiência histórica dos *commons*. Embora estivessem situados num regime de propriedade plena, os colonos, segundo indícios de diversas fontes, não se entrincheiraram com suas famílias atrás das cercas do prazo ou lote colonial. As velhas tradições comunais, herdadas muitas vezes de seus próprios pais – na medida em que muitos colonos já eram nascidos no Brasil – desempenharam um papel de fundamental importância para o desenvolvimento histórico e social dos espaços ocupados pelos teuto-brasileiros. O regime jurídico era privado, porém a

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

vida social podia acontecer dentro de um ambiente de relativização deste mesmo tipo de propriedade.

Pode-se afirmar que a Idade Contemporânea se fundou/funda sobre o signo do privado. O capitalismo desde que iniciou sua jornada pelos continentes do mundo, arrastou consigo formas tradicionais de propriedade, cultura, sociabilidade, economia e política, causando graves transformações. Os fundamentos das sociedades cederam, em tese, espaço para o formato de propriedade e cultura que acompanha o capitalismo: a propriedade privada e o homem privado, individualista. Porém, esta afirmação, conforme Sahlins (1997, p. 49) esclarece não parece ter se configurado da maneira como estava descrita por aqueles que anunciavam o fim da diversidade humana no planeta e a conseqüente uniformização dos padrões sociais.

Uma visão retrospectiva sobre a diversidade de experiências sociais vivenciadas por alguns grupos da humanidade pode parecer estranha, principalmente, quando é possível verificar a existência de formas de vida social baseadas nas ações coletivas, solidariedade e cooperação.

As experiências de ação coletiva permanente[22] são pensadas freqüentemente como resultado de grupos humanos exóticos, povos dizimados ou mutilados culturalmente. Em suma, povos e grupos que perderam o fio da história, ou melhor, os vencidos da história. A vivência coletiva destas humanidades e as suas derrotas a partir da modernidade seriam a prova cabal de que tais grupos possuíam tipos de organização sociais débeis e primitivos. As sociedades baseadas na ação coletiva nada poderiam oferecer senão a lembrança de sua existência e a flama de alguma utopia. O mundo pertenceria, portanto, às sociedades que inauguraram o indivíduo como centro e cérebro de toda a humanidade.

Na Alemanha do século XIX, a destruição da ordem social vigente no campo desde a Idade Média tomou os *commons* de assalto. Era necessário romper a agricultura do atraso, da fome e da pobreza em prol de uma moderna, e mais adequada às técnicas científicas, no mais puro espírito racionalista do Iluminismo. A agricultura científica dependeria, portanto, do interesse próprio do camponês, da

[22] Reitera-se de que não se está a falar de revoltas, revoluções e guerras que prefiguram movimentos coletivos efêmeros; tampouco existe aqui a referência às experiências socialistas de inúmeros países no século XX.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

disponibilização do recurso “terra” para o afloramento da livre iniciativa e da produtividade.

Tanto os príncipes e demais homens de Estado, bem como os revolucionários marxistas – ainda que estes lamentassem o destino dos camponeses – tinham a plena convicção de que o uso comunal de terras era uma forma de manejo superada dentro das novas condições da sociedade capitalista. Os marxistas supunham que a propriedade comunal estaria, de acordo com as leis históricas, fadada naturalmente ao desaparecimento, pois a técnica e a ciência capitalista a tornariam visivelmente atrasada. Havia um consenso de que os *commons* eram uma instituição que atrasava as sociedades – em ambos os espectros políticos. A solução passava pelo *enclosure* e pela imposição do “individualismo agrário” nos campos alemães (BRAKENSIEK, 2006, p. 39).

O “individualismo agrário” é um dos últimos capítulos da história dos *commons* em solo europeu e, neste caso, precisamente, alemão. O sucesso econômico da Alemanha na transição do século XIX para o XX, a *Golden Age* alemã, foi muitas vezes entendido como fruto das reformas de privatização das instituições medievais urbanas e rurais (BRAKENSIEK, 2006, p. 42).

Entretanto, nas últimas décadas, novas interpretações a respeito da gestão, significado histórico e sustentabilidade dos *commons* alteraram o peso da balança[23]. O desenvolvimento social europeu, de acordo com alguns autores, está vinculado ao tipo de relacionamento interpessoal que ocorreu, por séculos, dentro das instituições de ação coletiva, notadamente os *commons* e as guildas. Eles formaram o capital social, fator relevante na constituição dos mapas de desenvolvimento.

A partir deste momento, a pesquisa centra suas análises na percepção do *commons* como um arranjo social que permitiu a construção de comunidades cívicas. De Moor (2008) é a autora que guia estas considerações no sentido do relacionamento entre as comunidades cívicas e o capital social.

O conceito de feudalismo herdado da tradição franco-britânica e do marxismo afastaria qualquer possibilidade de articulação social entre os camponeses, impedindo a formação da comunidade cívica em face do controle total dos nobres e

[23] Conforme interpretações de Brakensiek (2002, 2006), De Moor (2002, 2008) e Warde (2002).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

do clero sobre a iniciativa dos campônios. Blickle (1998, p. 1-2) sugere, no entanto, que as definições tradicionais de feudalismo enquanto polarizadas em torno da oposição nobreza (detentores de direitos) e campesinato (privados de direitos), não oferecem a segurança necessária para o entendimento da dinâmica medieval nos séculos que presenciaram o nascimento dos *commons*. Percebendo a paisagem da Renânia-Palatinado (origem da maior parte dos imigrantes teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul) e outras regiões adjacentes, a onipresença do ambiente esparso de aldeias nucleadas (*villages*) testemunha o trânsito dos direitos exclusivos dos senhores para os braços das comunidades camponesas. O feudalismo acompanhou o movimento, segundo Blickle, de “comunalismo”.

Feita esta ressalva sobre a concepção da própria Idade Média, os *commons* surgem, portanto, de um período específico, a Baixa Idade Média européia, uma era conhecida pela profusão e disseminação de instituições coletivas, o início de um processo que De Moor chamou de “Revolução Silenciosa” e que Blickle apontou como “comunalismo”. As instituições de ação coletiva ainda não desapareceram totalmente do contexto social europeu, porém, é consenso afirmar que, *grosso modo*, as mesmas sofreram um grande revés a partir do início e durante o século XIX.

Mas há uma diferença essencial entre a percepção de De Moor e Blickle sobre o período. Apesar de o último relatar um momento histórico favorável ao homem do povo, Blickle não percebeu que os *commons* são instituições cooperativas fechadas para usuários selecionados, que esperavam comportamentos cooperativos dentro do grupo de solidariedade a que estavam associados. Entretanto, mesmo que houvesse uma melhora de oportunidades para o homem comum – o que parece realmente ter acontecido -, as guildas e *commons* estavam longe de poderem ser chamadas de instituições puramente democráticas.

Mesmo assim, foi um grande avanço. Os *commons* explodiram por quase todo o ocidente europeu (com mais incisão na Alemanha, Grã-Bretanha, nos Países Baixos e Escandinávia), e tal abundância de novas instituições autônomas ocorreu justamente no momento em que os acordos tácitos não mais funcionavam. Os *commons* precisaram ser organizados, as regras do jogo precisaram ser postas à mesa. A profusão de ordens e regulamentos encontrados na documentação a partir

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

do século XIII – e assim gradativamente até o século XIX - demonstra o contrário de uma sociedade ideal; não há como interpretar os *commons* como uma espécie de Reino de Deus na Terra. Os acordos tiveram de ser escritos, reescritos, reeditados, reforçados, porque os conflitos e comportamentos oportunistas colocavam em risco os velhos tratos que antes bastavam ser combinados informalmente (Warde, 2002, p. 202). A pressão sobre os recursos naturais evidenciados desde o século XII obrigou as comunidades a jogar “duro” com o comportamento individualista e anticomunitário.

As relações de poder no interior dos *commons* sempre existiram. Houve com freqüência uma espécie de “oligarquia” comunal dentro do arranjo. Warde (2002, p. 218-219) ousa argumentar que a dissolução do sistema *commons* ocorreu em virtude dos interesses cada vez mais escusos e pró-mercado daqueles que administravam diretamente a instituição. A dimensão do poder dentro dos *commons* não deve jamais ser obliterada.

A essência corporativa dos *commons* é o que define este tipo particular de ação coletiva. Mas este é somente um dos aspectos da “Revolução Silenciosa”.

De todo o modo, De Moor (2008, p.6-15) aponta que as características distintas da “Revolução Silenciosa” são: *universitas*, longevidade das instituições de ação coletiva corporativa, design institucional formatado à experiência histórica e onipresença.

O caráter de *universitas* diz respeito ao surgimento de uma pessoa jurídica de natureza distinta dos indivíduos. A *universitas* foi um instrumento de ficção jurídica que acompanhou o processo de evolução social européia a partir do fim do século XI e durante o XII. Tratava-se esta pessoa jurídica como se fosse uma entidade real e era assim entendida nos processos de justiça ou nos relacionamentos com reis e príncipes. O essencial do conceito de *universitas* estabelece que um débito ou dívida devida por uma corporação não era capaz de atingir os membros individuais. Ou seja, os indivíduos não tinham responsabilidade direta pelos atos de sua *universitas* ou corporação. As decisões da corporação eram tomadas pela maioria, horizontalizando as relações de poder e prestígio dentro da própria comunidade (De Moor, 2008, p. 6).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Os *commons* não foram criados para resolver problemas de ordem única e exclusivamente momentânea. Os objetivos da corporação pretendiam perpassar a própria existência humana. A instituição deveria continuar mesmo após a morte dos seus fundadores. Os critérios de herança material e de direitos variaram de comunidade para comunidade, assim como através dos tempos. Ao contrário dos laços familiares que podem se extinguir com a morte dos membros, os *commons* se mantinham independentemente de quem ocupava os espaços comunitários (De Moor, 2008, p. 6). A gestão dos *commons* fazia, portanto, parte das relações extra familiares, agregando os indivíduos participantes em redes de cooperação.

O design institucional dos *commons* é outra característica de suma importância para a compreensão dos processos de formação de capital social. Eles desenhavam as formas de enquadramento, tornavam visíveis e claras as regras do jogo, e marcavam o possível do impossível, o “certo” do “errado”. Nos seus mais diversos aspectos, os *commons* foram criados para resguardar certos direitos econômicos e não econômicos entre seus membros. E, principalmente, todo o sistema buscava evitar o oportunismo de algum participante. Um desenho institucional sólido, com regras claras, aliados a outros tipos de controle social (execração pública dos malfeitores, os castigos provindos da religião, a perda da confiança e crédito perante a comunidade, etc.), tornava o sistema relativamente ágil e barato para o atendimento e dirimição de contendas.

A primeira subdivisão analítica do design institucional do *commons* diz respeito ao seu caráter de exclusividade. Os *commons* não se destinavam a todos. Não se tratava de uma instituição que olhava com bons olhos aqueles que aspiravam participar da corporação. Participar do *commons* significava entrar num universo de segurança relativa (alimentar e física), camaradagem e cooperação, algo que o homem medieval e moderno almejava de modo desesperado. Porém, as regras de entrada de estranhos à corporação podia ser flexibilizada de acordo com as necessidades da comunidade.

Assim, a exclusividade destas instituições agia no sentido de limitar o número de participantes, visando, além do bom funcionamento institucional a salvaguarda dos recursos naturais protegidos pela corporação. O bom relacionamento entre os habitantes das aldeias era igualmente um bem indiretamente protegido, haja vista

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

que o candidato a ingressar no *commons* precisava cumprir exigências quanto aos aspectos de conduta e devotamento ao bom funcionamento da instituição. Não raro, no momento em que era admitido ao *commons* de maneira permanente, o candidato estava sujeito a um juramento de fidelidade institucional, num ritual que misturava solenidades do mundo feudal com uma bela noite de cerveja e confraternização com os demais participantes. Talvez pareça piegas ou mesmo cena de um filme de qualidade duvidosa, mas estas confraternizações e ritos reforçavam o grau de confiança entre os comunais. Explica De Moor (2008, 193):

> The individual members of guilds and commons could not remain anonymous; in most cases they even had to swear an oath before they could become members, which made them visible and identifiable to the rest of the group […] It is known from sociological research that the degree to which participants in collective action know each other personally influences the potential success of their group in terms of reciprocity
>
> […]
>
> Cooperative behaviour within a group, of craftsmen or commoners, and respect for the resources of the group, was expected from its current members […] Their method of resolving their social dilemma was to set up institutions for exclusive groups: institutionalization secures continuity, exclusion secures feasibility by allowing in only those with at least a minimal interest in keeping the institution going.

No design institucional dos *commons* o caráter de autoregulamentação e controle se destacou precocemente na história dos mesmos. Diferentemente de outros processos de ação coletiva que são marcados pela efemeridade (revoltas, sedições, etc.) os *commons* construíram seu próprio espaço de controle institucional. Os *commons* eram corporações exclusivas que possuíam geralmente um bom relacionamento com as autoridades senhoriais (leigas ou eclesiásticas) locais e por virtude disso conquistaram um grande espaço de autonomia e regulação. E mais do que regular, administrar e também punir os desejos e vontades dos comunais, a instituição não baseava fundamentalmente suas sanções em decretos verticalizados ou formais, ainda que fossem utilizados de maneira relativamente expressiva. O controle social foi o método mais eficiente e freqüente da gestão dos *commons* (vergonha pública, execração, restrição aos recursos sociais da cooperação e camaradagem, etc.). Nas guildas, muitas vezes, a expulsão do sujeito das corporações de ofício desencadeava o fim do serviço religioso a que estava

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

acostumado o indivíduo. A ideia de que os *commons* constituíam uma aliança era muito vigorosa e não deve ser negligenciada (De Moor, 2008, 10).

O caráter regulamentar dos *commons*, criado pelos seus próprios usuários ou ascendentes, buscava evitar expor os *commons* ao livre mercado. Aqui as regras falavam mais alto. Por exemplo, freqüentemente, não se permitia a venda de leite para fora da aldeia. O leite só poderia ser comercializado dentro do núcleo aldeão. A noção clara de que o *commons* era uma instituição cuja função principal era a subsistência daqueles que nele cooperavam, impedia o indivíduo de participar do livre mercado e lucrar satisfatoriamente sobre o produto que explora no *commons*. A exposição ao livre mercado, por outro lado, freqüentemente, expôs os *commons* à superexploração dos recursos, frustrando o seu objetivo de sustentabilidade e durabilidade para gerações futuras. O livre mercado era um risco que deveria ser combatido pelo assentimento dos demais moradores em prol da garantia de segurança oferecida pelo *commons* (DE MOOR, 2008, p. 11)

Os *commons* não foram, porém, um reduto onde habitavam santos e anjos com vocações celestiais de abnegação e coletivismo. A própria necessidade de intensa regulamentação parece invocar problemas neste sentido, conforme argumentou Warde anteriormente. Se por um lado o controle do oportunismo se fazia através dos controles presentes na vida social, por outro lado, havia a dimensão do próprio sistema normativo, de soberania autônoma e comunitária. Alguns institutos criativos foram muito sensíveis em sua tentativa de inibir os "espertos". É o caso da punição daquele que observou a prática anti-comunitária e oportunista (*free-riding*) e que nada fez para impedi-la (DE MOOR, 2008, p. 13).

Saindo da esfera do design institucional dos *commons* e reingressando na seara das características da "Revolução Silenciosa", um último fundamento se interpõe: a onipresença do fenômeno. Tanto as guildas quanto os *commons* revelaram-se instituições de grande disseminação pela Europa Ocidental. Essa característica atesta o grau de sofisticação dos arranjos de ação coletiva criados nos estertores da Idade Média. Em tese, a paisagem alemã em suas partes mais ocidentais, na transição entre o Medievo e a Idade Moderna, apresentava um notável mosaico de aldeias, vilas e cidades de médio a grande porte. Nas cidades as instituições coletivas giravam em torna das guildas. No campo, os *commons*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

dominaram as formas de produção, sociabilidade e comunidade (DE MOOR, 2008, p. 14).

Este mosaico de vilas e aldeias deu sustento à formação de novos laços sociais entre as pessoas. Eles foram o resultado de uma sociedade que apresentou possibilidades concretas de arranjos coletivos de produção e sociabilidade. E as pessoas escolheram a ação coletiva não por idealismo, mas porque esta se constituía a opção mais viável no contexto em que viviam. Os camponeses encontraram brechas no domínio senhorial e atuaram como protagonistas de seus destinos.

Blickle (1998, p. 3) defende que este ponto de inflexão social – a perda de soberania exclusiva dos senhores e o crescimento do status político-social dos camponeses – se constituiu no processo social mais revolucionário da Europa até a Revolução de 1789, que inaugurou oficialmente a noção de soberania civil. Putnam (2006, p. 140) ao estudar as guildas do norte da Itália afirma que embora tais instituições fossem exclusivas aos seus membros, e que, portanto, o potencial de seus benefícios não fossem de forma alguma generalizados para o resto da sociedade, estas estruturas permitiram o surgimento da vida civil no norte da Itália. Depreende-se, de acordo com estes autores, que o cidadão contemporâneo tenha nascido dentro das instituições de ação coletiva.

Este processo lento de emancipação civil que nasceu nas fendas do feudalismo - ao contrário do que pensavam os liberais, os marxistas e o próprio Blickle com a tese do comunalismo - tendeu a reforçar e fortalecer os processos de desenvolvimento capitalistas pelas áreas de cultura historicamente formadas por arranjos sociais pautados na ação coletiva. O capitalismo ao mesmo tempo em que buscou destruir as formas de organização tradicionais, serviu-se delas para construir processos de desenvolvimento. Os *commons* e guildas favoreceram o capitalismo, justamente no aspecto da possibilidade da construção da sociedade civil, como sugeriu Putnam acima. No entanto, as instituições de ação coletiva contribuíram para a formação de uma cultura de respeito às instituições e contratos; desenvolvimento endógeno e autônomo; desenvolvimento do mercado; trabalho assalariado; e o mais importante: a cultura de participação democrática. Estes

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

elementos provaram ser fortes ingredientes para os processos de desenvolvimento em muitas partes do globo.

Para que a ação coletiva possa nascer, no entanto, alguns processos foram e são necessários. Num primeiro aspecto, o que se observou no caso europeu foi o rebaixamento do papel da família na condução da vida social. As fracas relações familiares atuam normalmente como inibidoras do capital social negativo ou como querem alguns, perverso (Vogt, 2006, p. 33). Em termos gerais, a natureza deste capital social se expressa através do rechaço, desconfiança, falta de respeito e de responsabilidade para com os outros participantes de uma determinada comunidade humana. Conclui De Moor (2008, p. 211): “because of economic and societal factors such as loosening family ties, solidarity was thus needed to make the system work”. Família fraca, sociedade forte.

O Estado é uma agente que facilita ou dificulta o processo de ação coletiva. Intencionalmente ou não, o Estado precisa oferecer o espaço para as iniciativas acontecerem. No caso europeu e na região foco deste estudo, Warde (2002, p. 198) alerta que a fragmentação territorial provocou um enfraquecimento da nobreza, permitindo a emergência de iniciativas autônomas. Cunha (1998, p. 258) compartilha esta mesma opinião. Por último, o Estado precisa reconhecer legalmente as alianças construídas pelas iniciativas da população (*universitas*).

Se o idealismo não provocou a criação dos *commons*, o que os teria criado? A escolha por uma opção de ação coletiva envolve muitos fatores e difere de sociedade para sociedade.

No caso das regiões ocidentais de fala alemã, no período que vai do século XII ao século XIX, os *commons* tinham funções básicas e bem definidas para aqueles que participavam neste tipo de corporação. A despeito da flexibilidade histórica vivenciada pelos *commons* – eles não são historicamente imóveis, pelo contrário, apresentam uma interessante possibilidade de adaptação frente aos desafios de cada tempo – as razões que subjazem a experiência comunal giram em torno de alguns temas: prevenção e compartilhamento dos riscos políticos e econômicos da atividade agrícola; vantagens de escala; custos de transação; e outras potenciais vantagens.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

De Moor (2008, p. 211) novamente estabelece um panorama dos dilemas sociais enfrentados pelos criadores dos *commons*:

> We have found indications that guilds, *commons*, and other forms of collective action were adequate answers to the economic and social needs of contemporary north-western European society in response to a quickly but far from fully developed market economy and social networks becoming inadequate as family networks weakened.
>
> […]
>
> Investing in goods is a risky affair. Craftsmen and commoners therefore relied on collective action to minimize costs, taking advantage of being a united body in the provision of social welfare for themselves and their families; and as groups they often interfered in political matters, which they could do because the rules of enfeebled feudalism gave them the room to do so. Organized in relatively small states that were always involved in some conflict or other, they might in any case not have had much choice. Guilds could offer security of income and social welfare in a change.

Tucker e Ostrom (2009, p. 66) demonstram no plano teórico as condições da criação institucional dos arranjos de gestão coletiva. A necessidade de se considerar o cálculo custo/benefício dos usuários de um determinado recurso se mostra fundamental para qualquer tipo de mudança no sentido do manejo, pois

> Cada usuário deve esboçar uma comparação dos benefícios líquidos esperados para o caso de manter as regras velhas com os benefícios que ele espera obter sob o novo conjunto de regras. Adicionalmente, os usuários devem estimar três tipos de custos: I) os custos iniciais de tempo e esforço para esboçar e acordar as novas regras; 2) os custos de curto prazo de adotar novas estratégias de apropriação; e 3) os custos de longo prazo de monitoramento e manutenção de um sistema autogovernado (dadas as normas da comunidade em que eles vivem). Se a soma desses custos esperados para cada usuário exceder o incentivo para a mudança, nenhum usuário investirá o tempo e os recursos necessários para criar novas instituições.

Contudo, ainda que esta categorização institucional tenha sua validade no campo da racionalidade econômica, Tucker e Ostrom (2009, p. 67) igualmente consideram que a "cultura tanto reforça o comportamento irracional como limita a lista de opções de comportamento [...] os atores utilizam formas de organização que lhes são familiares (em vez de formas que sejam necessariamente as mais

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

eficientes)". Ao considerarem o *optimum* institucional e o peso da cultura na mediação dos cálculos de mudança de manejo de recursos e da própria comunidade, os autores descortinam as múltiplas experiências humanas possíveis no que se refere aos processos de ação coletiva.

Os riscos que assolavam as populações rurais da Idade Média européia dizem respeito, em grande parte, à carestia. Más colheitas, pragas, enchentes, secas, e outras possibilidades de ruína agrícola exemplificam o problema. Aliado aos eventos maléficos pelos quais estavam sujeitos os moradores das pequenas comunidades rurais, a guerra senhorial poderia sempre respingar no camponês. As obrigações severas, os recrutamentos forçados, a alimentação necessária às tropas guerreiras, todos estes elementos de opressão faziam parte do contínuo espólio da massa camponesa.

Todos os riscos que abordavam a produção agrícola e sua distribuição tiveram de ser encaradas no momento em que certas condições sociais internas e externas criaram condições para uma nova tomada de posicionamento social. A formação dos *commons*, numa primeira instância, relacionava-se à criação de um corpo de representação coletiva, organizado em torno de regulamentos comunitários. A organização política dos camponeses era um fato novo na Baixa Idade Média. O estamento senhorial, de acordo com as especificidades históricas e contingenciais, não teve outra possibilidade senão reconhecê-la e negociá-la.

A este tipo de organização de mediação entre os poderes dos senhores e o campesinato, correspondia a proteção dos aspectos relativos à subsistência destas populações. O espólio da nobreza se configurava num problema de ordem política que afetava a distribuição dos recursos das comunidades, ferindo-as na dimensão da vida econômica. O combate à carestia e miséria extrema é um dos fundamentos dos *commons*.

Os *commons* não foram criados para resolver os problemas financeiros dos seus usuários ou para enriquecimento nos moldes da acumulação capitalista, tampouco o foram para criar uma ponte exclusiva para o nascente mercado que vicejava nas bordas das aldeias. Os *commons* foram uma instituição de subsistência, havendo claras proibições quanto a sua inserção nos nascentes espaços de *free market* (Warde, 2002, p. 216). Quase como um fenômeno

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

generalizado, os recursos oriundos das áreas em comum (leite, pastagem, lenha, etc.) não podiam ser submetidos para além dos confins das pequenas aldeias. Esta era uma lei fundamental das corporações rurais.

Mas a regra admitia exceções e o caráter exclusivo de subsistência podia ceder frente às oportunidades oferecidas pelo mercado. Isto demonstra como os *commons* eram instituições vivas e adaptáveis aos meios sociais presentes em seus mais diversos contextos históricos. Contudo, o que prevalecia no *commons* era de fato o caráter de subsistência.

O limite ao mercado se dava através do tabelamento dos preços dos produtos para todos os comunais. “The intention being to forster greater equality within the organization” (DE MOOR, 2008, p. 199). Evidencia-se que um dos objetivos diretos dos *commons* era o suprimento de uma base material para os usuários, porém esta base precisava ser regulada pela instituição para evitar o nível de desigualdade econômica entre os participantes – ainda que tenha havido com freqüência oligarquias comunais dentro da instituição (WARDE, 2002, p. 218-219). O mercado interno dos *commons* se sobrepujava ao livre mercado que iniciava sua expansão pela Europa no período de transição da Idade Média para a Idade Moderna.

Como pode ser depreendido, os *commons* foram instituições eficazes para buscar soluções aos problemas comuns de um grupo social largamente oprimido. Dadas as condições sociais vigentes num determinado momento e as possibilidades de existência de um espaço social de ação coletiva, os indivíduos optaram por uma organização baseada no compartilhamento de riscos e de novas possibilidades abertas pelo progresso técnico e o aumento populacional. Porém, cabe considerar que a “escolha” de um sistema de apropriação de recursos naturais depende de fatores ligados à cultura do grupo social e aos custos de operacionalização.

O modo privado de apropriação foi preterido muito em virtude dos custos de montagem de uma estrutura de propriedade absoluta. Cercar os campos exigia recursos, tempo e uma forma nova de gerência das querelas que existiam na vida social. A privatização dos campos seria, portanto, de uma irracionalidade gritante para a época, conforme demonstraram anteriormente Ostrom e Tucker.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Além do cálculo *optimum*, a cultura. Se não existem fontes e estudos confiáveis sobre a forma de apropriação e manejo camponês nos séculos da Alta Idade Média, é forçoso lembrar, talvez de modo imprudente, que César e Tácito na Antiguidade relataram a existência de arranjos sociais baseados em terras comunais. Possivelmente as formas de arranjo comunal estivessem enraizadas num caldo cultural mais longo, contudo, já se está aqui no terreno da especulação ou nos argumentos dos intelectuais da nação alemã do século XIX.

O pertencimento aos *commons* implicava numa significativa série de benefícios para além do econômico. A vida em comunidade, ainda que centrada na gestão de bens naturais de expressão econômica, significava espaços de solidariedade e de coesão social. Clubes de tiro, confrarias e outros grupos e associações animavam a vida social das *Gemeinde* do sudoeste alemão, reforçando vínculos de cooperação e pertença comunitária. Sob outro aspecto, o pertencimento a uma corporação rural perpassava o aspecto da seguridade social, haja vista que a velhice e a doença eram de alguma forma também responsabilidade dos companheiros dos *commons* (WARDE, 2002, p. 205). O amparo que os *commons* e as guildas medievais e modernas podiam oferecer nos momentos de dificuldade da vida faziam dessas instituições pontos de fundamental segurança para a massa de camponeses e artesãos que habitavam a Europa no período de vigência das mesmas. A racionalidade dominante impelia os indivíduos às instituições de ação coletiva.

Racional e/ou mediado pela cultura, os *commons* foram instituições de ação coletiva fundadas sob uma noção fundamental de direitos mínimos de sobrevivência. Os direitos amplos e exclusivos de participação dos usuários plenos na instituição são bem conhecidos. Contudo, um dos pilares do pensamento econômico predominante na instituição se referia ao direito de subsistência das famílias (*nahrung*). Os

> […] commons were not only manipulated for financial reasons, but independently of rights, could also be used as a means of alleviating poverty in times of stress. This could be done either by, as above, securing money via the revenues of common land to distribute to the poor, or actually, allotting small parcels of the common land itself to provide a partial means of subsistence to the indigent as small cultivators. This does not seem, however, to have extended to the provision of grazing rights [...] More

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> generally, collection of deadwood or leaves was permitted (WARDE, 2002, p. 216).

O dever de prover a subsistência do campesinato sujeitava historicamente a nobreza a tal atribuição. No entanto, essa tarefa foi sendo assumida pelos *commons* em razão da ineficiência do provimento da responsabilidade senhorial. A terceirização dessa conduta fortaleceu a posição dos *commons* enquanto espaço de alívio nos tempos de extrema penúria e carestia. Era, em suma, a instituição de proteção ao camponês.

Aos *Beisitzer*, indivíduos sem direitos aos *commons*, era facultado o recolhimento de gravetos e folhas nos espaços comuns, além do cultivo em pequenos lotes para subsistência. Ainda que não obtivessem permissão de usar o *commons* para pastagem, os *Beisitzer* detinham o direito exclusivo de tais práticas. O *Bürguer*, ou seja, o usuário pleno dos *commons*, não dispunha deste direito, o que realça o caráter de assistência social da instituição. Mesmo assim, os direitos dos *Beisitzer* vigoravam em épocas de extremo desespero e a decisão do acolhimento dos miseráveis ficava com a *Gemeinde*. Entretanto, o senhor local poderia exigir a adequação dos *commons* para o socorro dos desvalidos (WARDE, 2002, p. 216).

De todos os elementos de organização dos *commons*, o que mais se destaca em termos de visualização de relações sociais horizontais são os bens efetivamente explorados em comum. Trabalhava-se nas lavouras de forma individual, divididas em faixas, porém o sucesso ou não do empenho das famílias em suas terras limitava a fruição dos resultados do trabalho individual em prol do funcionamento da instituição. A restrição ao livre mercado é o exemplo maior disso. O objetivo dos *commons* pretendia a manutenção da instituição e dos bens protegidos e, para que isso ocorresse, as disparidades de poder econômico entre os usuários precisavam ser dificultadas - um princípio que na prática, freqüentemente, não foi respeitado.

A pastagem e o gado ocupavam áreas comuns, porém o rebanho era quase sempre individual. Os indivíduos pagavam taxas por unidade e de acordo com a espécie do animal que usava as áreas pastoris dos *commons*. As terras pertenciam aos *commons*, mas não os animais.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

As florestas se constituíam por sua vez num dos bens ambientais mais regrados do ponto de vista comunal. Não só a madeira para lenha, construção e outras utilizações, mas a existência dos frutos silvestres, cogumelos, mel, etc., não pertenciam em termos de posse a ninguém em especial – com exceção do domínio senhorial -, pertenciam aos *commons*, à instituição. Esses recursos foram vitais para a manutenção do bem estar e subsistência das famílias por séculos.

Brakensiek (2002, p. 231) argumenta que para o noroeste da atual Alemanha, nas áreas onde se localizavam florestas, as instituições medievais comunais conseguiram sobreviver até meados do século XIX. Extensas florestas pertencendo a um grande número de senhores e comunidades de camponeses permitiram oportunidades do aproveitamento da madeira para construção, combustível, produção de carvão, criação de gado e engorda de porcos. As condições ecológicas dos espaços de densa e média arborização são associadas com a permanência dos *commons*. Na medida em que a abundância dos recursos presentes neste ambiente demandou um maior controle de acesso comparado às áreas dominadas por arbustos, gramíneas e pequenos bosques (norte e noroeste da Alemanha, por exemplo), as instituições permaneceram necessárias e relativamente eficientes na gestão e aproveitamento dos recursos.

A confusão conceitual entre bosque e floresta dificulta a leitura pormenorizada da documentação histórica. Em alemão, o termo *Wald* estaria mais próximo da ideia de floresta enquanto instância jurídica ligada à dimensão senhorial. Na figura 6, que apresenta um desenho de Simmern no século XVI, é possível verificar nos arredores da cidade fortificada de Simmern, a inscrição der *groß Wald*, algo como “a grande floresta” (figura 7). Esta representação espacial foi feita por Sebastian Münster (1488-1552) em sua obra *Cosmographia*, e foi publicada em Basel, no ano de 1555. Ela caracteriza a cidade de Simmern e arredores na exata metade do século XVI, ou seja, ano de 1550.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Figura 06 - Representação de Simmern no século XVI por Sebastian Münster (1488-1552) em sua obra *Cosmographia*, publicada em Basel, Suíça, em 1555.

Fonte: Hunsrück Museum, Simmern, Alemanha.

O fato de esta floresta receber o nome de *Wald* e estar representada como pano de fundo do poder senhorial – o castelo da linhagem dos condes Palatinos de Simmern se localiza ao lado direito da figura 6 – indica[24] a possibilidade de o domínio pertencer aos governantes locais. Simmern era a capital da linhagem dos condes Palatinos de Simmern, que exerciam um poder maior de influência na vida desta comunidade, ainda que os seus habitantes tivessem conquistado direitos urbanos já em 1330[25].

[24] Não houve a possibilidade de uma averiguação mais profunda nesse sentido. Preferiu-se uma abordagem panorâmica do fenômeno na região do Hunsrück. A verificação demorada dos direitos de posse e controle sobre estes bens ambientais deve ser analisada sob a perspectiva micro. Aguardam-se novas pesquisas neste sentido ou o acesso à literatura em língua alemã pode vir a solucionar algumas questões pendentes.

[25] Informação fornecida pela autoridade municipal de Simmern, Alemanha. Disponível em <http://www.simmern.de/de/stadtgeschichte_geschichtederstadt_q_a-2221.html>. Acesso em: 20 fev. 2013.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Contudo, as florestas senhoriais eram de alguma forma partilhadas com as comunidades locais. Além da responsabilidade senhorial do provimento da subsistência, a exploração dos recursos florestais pelos camponeses se mostrava vantajosa aos senhores, na medida em que camponeses prósperos e melhor alimentados pagavam geralmente maiores corvéias e taxas de toda a ordem. Aos senhores a exclusividade irrestrita do direito sobre as matas era vinculada ao direito da caça, prerrogativa constantemente desrespeitada pelos camponeses em tempos de fome e dificuldades.

Na imagem da figura 6, o uso da madeira como fonte de energia é sugerido pela fumaça emitida pela queima de combustíveis, bem visíveis nas chaminés das residências e, com muito mais vigor, na residência senhorial. A turfa também era um importante combustível utilizado na época, pois a região dispõe desse recurso em relativa abundância. Entretanto, é possível estimar que o combustível por excelência desta área girava em torno da lenha ou do carvão vegetal. O desenho de Sebastian Münster oferece, assim, um negativo do que deveria ser uma comunidade de base agrária no Hunsrück três séculos antes do início do processo imigratório para o Brasil.

Na figura 6 e nos detalhes deste mesmo documento representado pela figura 7, observa-se uma aparente divisão dos lotes agrícolas. Os campos aráveis são representados ao redor do núcleo urbano de Simmern e antecipados pela floresta desenhada na linha do horizonte. Os campos não possuem cercas e suas linhas divisórias representam parcialmente – e talvez grosseiramente – as terras trabalhadas pelas famílias. Se os campos apresentam divisões estabelecidas de acordo com algum critério não clarificado por esta pesquisa, as florestas representam um todo uniforme. Depreende-se com base na literatura especializada e na documentação que o uso comunal das florestas, ainda que dotado de normas regulamentares estritas aos usuários, era facultado no sentido de atender demandas de subsistência. Como haverá de se ver posteriormente, o fim ou a restrição destes direitos ocasionou pressões sobre a forma de se garantir subsistência às famílias.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Figura 07 - Detalhe da figura 06.

Fonte: Hunsrück Museum, Simmern, Alemanha.

De fato, as florestas ofereciam inúmeros recursos para o abrandamento das dificuldades da vida camponesa. É incontestável afirmar que produtos como mel, cogumelos, cera, ervas e outros recursos não fossem de capital importância para a subsistência das famílias e da comunidade como um todo. A centralidade da floresta e de sua expressão econômica na vida dos camponeses originou um forte regramento no uso dos seus recursos. De Moor (2008, p. 184) considera que o uso comum dos recursos poderiam ser divididos em duas partes principais: os *commons* aráveis (áreas de plantio), abertos temporariamente para membros seletos da comunidade para o uso dos restos dos grãos que permaneciam no solo e eram, assim, destinados à alimentação dos rebanhos; e os *commons* que eram abertos durante todo o ano, com a ressalva da regeneração natural dos recursos.

Os *commons* que eram abertos durante o ano todo eram divididos em áreas comuns de bosque, pastagem, além das áreas de solo pobre que podiam ser

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

usadas para pastoreio ou outras atividades – pequenas lavouras para os indigentes, por exemplo. Os direitos sobre estas áreas podiam ser assegurados para toda a vila sem distinção, e, também podiam ser compartilhados com outras aldeias. Estes recursos podiam ser utilizados por pessoas com qualificações especiais e/ou indivíduos que não tinham relacionamento com a vila e arredores. Os últimos normalmente pagavam taxas para a utilização, gerando renda para a própria comunidade (DE MOOR, p. 2008, p. 184).

No sudoeste da Alemanha, portanto, a presença de florestas propiciou a existência de *commons* mais regulados do que nas áreas setentrionais daquele país. A necessidade do controle das áreas de matas conjugada com uma série de outros fatores sociais resultou na possibilidade de arranjos sociais que horizontalizaram as relações interpessoais.

Os espaços que o Estado deixou em aberto (tibieza da nobreza naquela região e época), o reconhecimento jurídico das entidades recém-criadas (*universitas*), o grau de confiança interpessoal existente no substrato cultural daquelas comunidades e a atuação conjunta dos motores (causas exógenas) que possibilitaram os *commons* enquanto arranjos de ação coletiva (aumento populacional e o desenvolvimento do livre mercado) formaram a "liga" do capital social. As pessoas se aperceberam de que seria mais racional uma solução comunal do que pública ou privada para lidar com a alocação dos recursos. O sistema comunal baixava os custos das transações, estimulava a confiança social, garantia, em tese, a subsistência básica das famílias e alicerçava a luta do camponês em torno de uma população identificada com seu modo de vida. Negociar liberdades com o senhor, a partir do século XII pelo menos, já era possível.

A forma peculiar de apropriação dos recursos naturais possíveis - ameaçados por todos os lados por uma nobreza virulenta e inconstante, pelas doenças, pelas más colheitas, pela guerra, pelo aumento populacional e por um mercado que ensaiava os perigos de seu descontrole - fez dos *commons* a expressão econômica de um novo posicionamento político do camponês na sociedade européia entre os séculos XII e XIX. O capital social pôde encontrar plenas condições de desenvolvimento: a autonomia política conquistada pelos *commons* foi capaz de implantar modelos de desenvolvimento baseados na participação coletiva.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Putnam (2006, p. 172) alertava que a sociedade urbana e capitalista do norte italiano continha altos estoques de capital social quando contrastada com o velho mundo de aldeias e cidades do sul italiano, paralisado economicamente e politicamente há séculos. A comunidade cívica, base do capital social e fundada historicamente, não se encontra necessariamente nas aldeias e nas comunidades rurais que emprestam um pouco de sua fama como “solidárias” e “cooperativas” do pensamento do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies. Na Itália, quanto menos capitalismo, menos capital social, menos desenvolvimento. Confiança, cooperação, democracia e capitalismo não somente coexistem como alicerçam o desenvolvimento das sociedades. A teoria do capital social não se conduz através de uma condenação do capitalismo e tudo aquilo que ele implica (tecnologia, urbanização, etc.). Pode-se afirmar que o capital social, de certa forma, está ligado ao próprio desenvolvimento do capitalismo.

A pesquisa aqui proposta não contradiz o que diz Putnam a respeito do fenômeno do capital social e do capitalismo nas comunas nortistas da Itália, mas ressalta que no mundo das pequenas comunidades rurais do norte da Europa o capital social se desenvolveu sem que houvesse um expressivo e precoce desenvolvimento do mercado – no entanto, as guildas estavam plenamente vinculadas à narrativa de Putnam. Os *commons* eram uma instituição de controle do mercado e de subsistência em primeiro lugar. Neste ambiente que lembra mais a *Gemeinschaft* de Tönnies (ALBUQUERQUE, 2008, p. 108) do que a *Gesselschaft* criada pela modernidade, o capital social também ocorreu associado com a criação de instituições de governança corporativa autônomas.

Mesmo comunidades de pequena importância populacional, as aldeias da Renânia foram capazes de criar um ambiente propício à cooperação entre os indivíduos. O desenho institucional do que fundamentava a comunidade aldeã era eminentemente horizontal, ainda que corporativo (seletivo). O capital social se desenvolveu, se reforçou e foi recriado a partir da gestão dos *commons*. Os imigrantes alemães que se dirigiram ao Brasil participaram dessa realidade através do peso da cultura enraizada nos costumes e tradições.

Ao chegarem ao Brasil a partir de 1824, novas condições sociais e ambientais foram interpostas ao grupo emigrante. O “sucesso” do empreendimento colonizador

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

germânico é um fenômeno de alta complexidade, porém cumpre verificar o peso dos elementos cooperativos e solidários nas estruturas do capital social, ele mesmo gerado dentro de um processo histórico e, portanto, não enraizado no *ethos* alemão como sugeria Roche (1969, p. 643), Amstad (1999, p. 301) e outros.

Certas condições sociais concursadas com um período histórico específico deram as possibilidades de construção da comunidade cívica. Noções como "solidariedade" e "cooperação" não são fruto, portanto, de uma natureza inata dos povos germânicos ou europeus setentrionais. Entretanto, ainda que estas qualidades não sejam naturais de um *ethos*, suas existências não garantem a paz pública, o desenvolvimento ou a criação de um mundo sem conflitos. Elas facilitam a ação social, tornando-a menos custosa e vantajosa para um determinado grupo de pessoas.

As comunidades ainda dependerão do acesso aos mercados, da qualidade das terras, da pressão demográfica, e outros fatores. Mas o fracasso ou o sucesso das picadas também dependeu de fenômenos fora dos processos do "político", do "econômico", do "ecológico". A teoria do capital social mostra que as relações interpessoais e a tradução das suas formas (horizontais, verticais, desconfiança, confiança) também desempenham um papel primordial no caminhar da história. Comunidades que viviam em "pé de guerra", que não conseguiram passar por cima de rivalidades internas, que a todo o momento semearam a desconfiança entre seus moradores, fracassaram por motivos aparentemente tão banais e mesquinhos que estes não mereceram a devida atenção dos historiadores. Estes buscam os "processos" e as "estruturas" sociais. Mas a banalidade[26] da discórdia e da desconfiança surge como falácia. Sem confiança não há capital social, não há partilha dos custos, não há mútua assistência, não há poder de agência aos atores, não há comunidade cívica.

Putnam (2006, p. 177) alerta que "a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica". O exemplo da

[26] "O desempenho de todas as instituições sociais, desde os mercados de crédito internacionais ou os governos regionais até as filas de ônibus, depende de como esses problemas [dilemas da ação coletiva] são resolvidos" (PUTNAM, 2006, p. 174)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

experiência comunal e de seu peso sobre os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul parece não fugir à regra postulada.

Caracterizada a origem histórica do capital social que animou as comunidades teuto-brasileiras surgidas a partir do processo imigratório do século XIX, cabe averiguar sob quais condições socioambientais ele agiu. Nesse sentido, a dimensão de pesquisa passa da Europa para a América do Sul, precisamente o Brasil meridional.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

4 CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL, ADAPTAÇÃO E OS RISCOS SOCIAIS DA COLONIZAÇÃO DE PICADA FELIPE ESSIG

O capital social é um recurso intangível das sociedades. Ele se encontra na cultura do convívio, permeia as instituições que regem a vida de homens e mulheres. Entretanto, os efeitos de sua existência são sentidos, gerados e alimentados a partir das formas de apropriação social do ambiente.

Como foi possível verificar, a origem do capital social existente nas comunidades rurais germânicas do Rio Grande do Sul indica a influência dos *commons* no patrimônio cultural desse grupo. Os *commons* foram uma forma de apropriação ambiental que engendrou relações sociais horizontalizadas, gerando, por meio da participação coletiva e de uma relativa autonomia político-administrativa, comportamentos cívicos em seus moradores. A participação dos indivíduos na dimensão pública de suas comunidades foi o combustível do capital social.

O capital social nascido da experiência dos *commons* está ligado ao *modus operandi* da gestão dos recursos naturais necessários à subsistência das famílias que habitavam as aldeias. O capital social é fruto, portanto, da relação homem e ambiente, mediada pela criação de instituições de ação coletiva.

Atravessando o Atlântico, nas florestas meridionais do Brasil, um contingente significativo de germânicos ali se instalou. Estes são os primeiros passos de uma história que vai unir a Alemanha e o Brasil para sempre.

A partir de 1824 a imigração alemã – e o processo colonizador do século XIX como um todo - para o Rio Grande do Sul inaugurou um novo relacionamento entre

o homem e o ambiente (ZARTH, 2012, p. 66). Aqui, os imigrantes e seus descendentes se utilizaram dos vastos recursos do capital social acumulados pelos seus ancestrais. Eles foram mobilizados para o enfrentamento das demandas públicas mais urgentes de uma sociedade nova.

O recorte espaço-temporal desse estudo se concentra na localidade de Picada Felipe Essig, atual município de Travesseiro/RS. O período abarcado pela pesquisa conta de 1870 até 1920. Neste sentido, a pesquisa relata os primeiros 50 anos da comunidade supracitada, período de formação das instituições e da adaptação dos moradores ao ambiente local.

Antes do avanço rumo ao processo de instalação dos primeiros imigrantes de origem alemã em Picada Felipe Essig, é prudente o procedimento da caracterização da área encontrada. Afinal o ambiente oferece riscos, oportunidades, dificuldades e limites para todas as sociedades humanas (WORSTER, 1991, p. 5).

4.1 Caracterização de Picada Felipe Essig, Travesseiro/RS

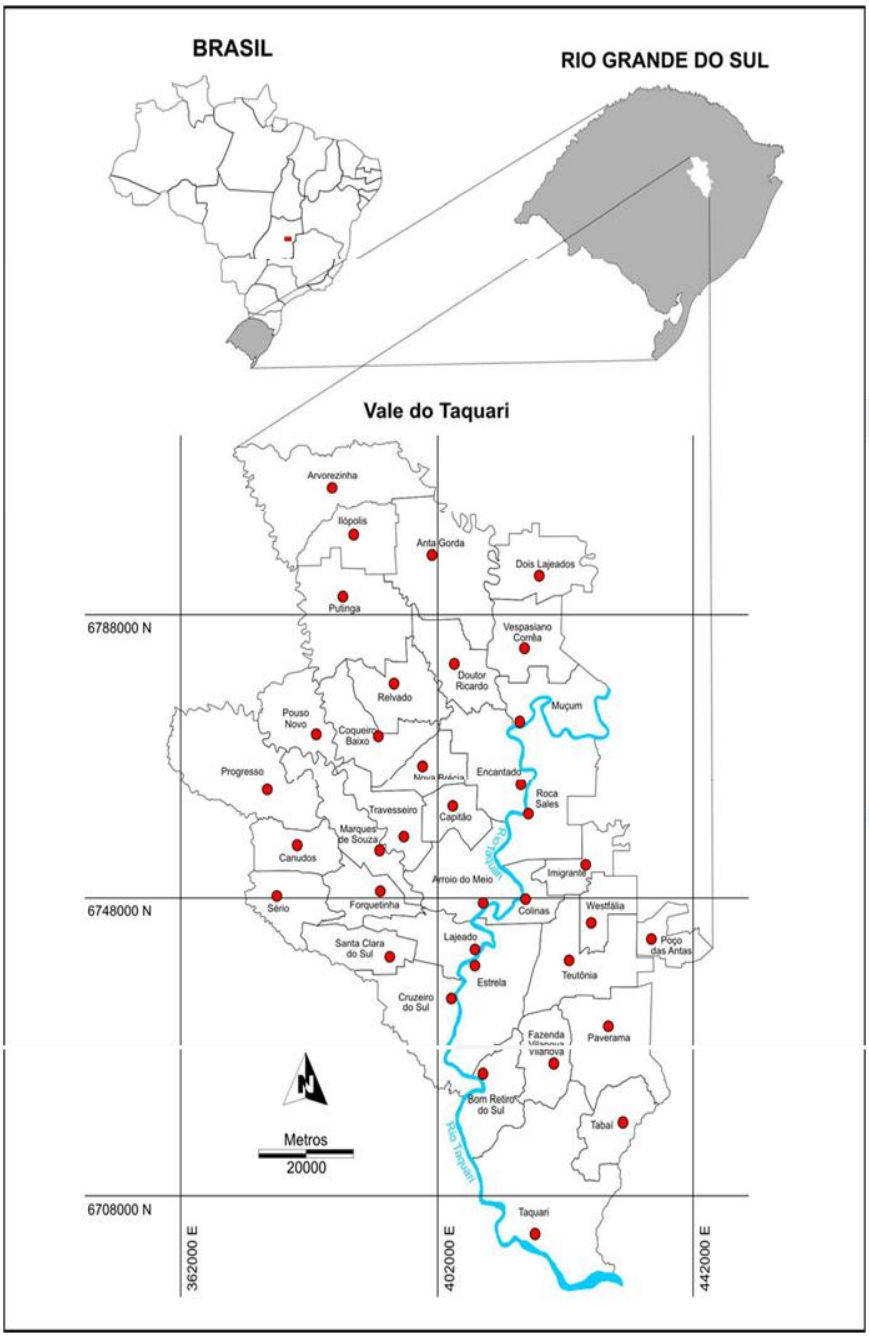
Picada Felipe Essig localiza-se no interior do município de Travesseiro/RS, situado na região nordeste do estado brasileiro do Rio Grande do Sul. O município de Travesseiro foi emancipado em 20/03/1992, originado de Arroio do Meio, que, por sua vez, foi criado em 28/11/1934 desmembrado do município de Lajeado/RS. A Picada Felipe Essig dista aproximadamente 120 quilômetros da capital do Estado, Porto Alegre (IBGE, 2013[27]).

A localidade é banhada pelo rio Forqueta, o principal afluente do rio Taquari, pertencendo, portanto, à Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e está incluída geopoliticamente na região do Vale do Taquari (Kreutz, 2008, p. 52).

[27] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=432162#>. Acesso em: 23 fev. 2013.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Figura 08 - Localização do Estado do Rio Grande do Sul e região geopolítica do Vale do Taquari.



Fonte: Eckhardt (2005).

Os recursos hídricos da Picada Felipe Essig apresentam momentos de freqüente alteração de vazão de água, representados pelas constantes enchentes. As enchentes são “aquelas áreas atingidas pelo extravasamento de água do leito dos cursos hídricos, em épocas de alta precipitação pluviométrica, em locais habitualmente submersos” (FERREIRA apud KREUTZ, 2008, p. 47). Kreutz et al

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

(2011, p. 47) ao tratarem das enchentes na bacia do rio Taquari-Antas afirmam que as conseqüências evidenciadas pelas enchentes do rio Taquari neste município possam ser estendidas à montante do rio Forqueta. No curso médio desse rio, haja vista que o Forqueta é o maior afluente do rio Taquari e que deságua em Arroio do Meio/RS, "as enchentes [...] causam grande impacto ao meio ambiente e ao meio antrópico. As conseqüências mais comuns desse tipo de desastre [...] são a perda de bens materiais, plantações e proliferação de doenças de veiculação hídrica".

Em termos geomorfológicos, o Vale do Taquari é marcado pela complexidade da área de transição formada pela depressão central e o planalto. Em um sentido mais amplo, a região se assenta sobre a unidade de relevo "denominada Domínio Morfoestrutural das Bacias e Coberturas Sedimentares" (KREUTZ, 2008, p. 43). Esta é subdividida em regiões geomorfológicas. Neste sentido, cabe ao Vale do Taquari uma situação de diversidade geomorfológica, pois se verifica uma paisagem de transição entre a depressão e a área planáltica. Esta é expressa através de escarpamentos pronunciados em alguns trechos.

Fiegenbaum (2009) numa dissertação de mestrado que versa sobre um sítio arqueológico[28] específico da área do rio Forqueta oferece um panorama mais localizado das realidades ambientais no território pesquisado. Ainda que o sítio se situe na margem direita do rio Forqueta – margem oposta da Picada Felipe Essig – as observações do autor supracitado são também válidas.

Por conseguinte, Fiegenbaum (2009, p. 57) define as qualidades do relevo no Vale do rio Forqueta:

> O relevo do vale do rio Forqueta pode ser dividido em três compartimentos geomorfológicos. Na parte de sua nascente o Planalto, na sua porção intermediária as Escarpas do Planalto e por fim, na sua menor porção na junção ao Rio Taquari está inserido na Depressão Central.

A localização do sítio RS-T-114 coincide com a área geomorfológica da Picada Felipe Essig, ou seja, ambos estão assentadas na porção intermediária das Escarpas do Planalto. Uma característica importante deste setor geomorfológico do

[28] Trata-se do sítio RS-T- 114, localizado em Marques de Souza/RS.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

vale do rio Forqueta diz respeito à presença das planícies de inundação, que se expressam de diferentes formas através da sinuosidade do rio. Elas podem alcançar 800 metros de comprimento numa margem do rio e na margem oposta podem ter 50 metros, logo em seguida apresentando um aclive que conduz a um morro encaixado (FIEGENBAUM, 2009, p. 59).

Figura 09 - Caracterização da paisagem em Picada Felipe Essig. Evidenciam-se as planícies de inundação e as escarpas do planalto ao fundo, além do próprio leito do rio Forqueta. A Picada Felipe Essig se localiza na margem esquerda do rio, no caso desta imagem, no lado direito do observador (ângulo da foto está à montante).

Fonte: O autor.

No aspecto climático, novamente a natureza de uma área de transição pode ser observada. No Vale do rio Forqueta são atribuídos dois tipos de climas, o Cfa (clima subtropical virginiano), presente na parte mais baixa e o Cfb (clima temperado ou de faias), na parte alta. A diversidade de climas “determina um compasso diferenciado para o desenvolvimento da vegetação” (FIEGENBAUM, 2009, p. 59). A

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

existência de climas diferenciados produz níveis de insolação e umidade que interferem na produtividade agrícola. Contudo, a região do vale do rio Forqueta é elástica no sentido da possibilidade de variação de culturas agrícolas.

A vegetação nativa da área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS engloba formações arbóreas e campos. Originalmente é constituída pela Floresta Estacional Decidual e pela Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucária). Os campos localizam-se na região noroeste, enquanto que nas várzeas e locais com pouca declividade, tal como se pode observar em Picada Felipe Essig, a vegetação original inexiste, pois aí residem áreas de uso agrícola e pastoril (KREUTZ et al, 2011, p. 53).

Há 130 anos, a área da Picada Felipe Essig vem passando por um processo de intensificação do uso dos recursos naturais, motivados pelo desenvolvimento da colonização alemã neste território. Contudo, existem espaços que apresentam atualmente (2013) sinais de regeneração de espécies florestais típicas em razão do abandono de muitos campos – fenômeno social causado pela atração dos empregos urbanos sobre a juventude rural. Estes espaços tendem a se reconstruir sob os auspícios da floresta estacional decidual (ECKHARDT et al, 2007).

No entanto, esquematicamente a vegetação predominante em Picada Felipe Essig é a Floresta Estacional Decidual, pontilhada com ilhas da Floresta Estacional Semidecidual. A diversidade climática e geomorfológica age no sentido de tornar a flora igualmente complexa e rica, obedecendo padrões florestais diferenciados (FIEGENBAUM, 2009, p. 62).

Em relação à fauna, Rambo apud Kreutz (2008, p. 54) destaca o

> *Ozotocerus bezoarticus* (veado-campeiro), *Allouata guariba* (bugio), *Dasyprocta azarae* (cutia), *Tapirus terrestris* (anta), *Dasypus novemcintus* (tatu-galinha), *Myocastor coypus* (ratão-do-banhado), *Tayassu pecari* (porco-do-mato) e *Cuniculus paca* (paca). Entre as aves destacam-se *Ortalis motmot* (aracuã), *Aramides saracura* (saracura), *Crypturellus obsoletus* (inambú), *Amazonetta brasiliensis* (mareca-do-pé-vermelho) e *Ramphastos dicolorus* (tucano-do-bico-verde). Nas águas dos rios e lagos da região são comuns peixes como o *Astyanax spp* (lambari), *Leporinus obtusidens* (piava), *Pimelodus maculatus* (pintado), *Salminus maxillosus* (dourado), *Rhamdia spp* (jundiá), *Hypostomus commeroni* (cascudo) e *Gymnogeophagus gymnogenys* (cará).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Algumas espécies elencadas não são mais facilmente encontradas no Vale do Taquari e também no Vale do Forqueta. Algumas talvez não sejam nunca mais visualizadas. A colonização alemã do território pressionou a fauna de modo significativo, tanto em razão do desmatamento para fins de plantio quanto para a caça.

A natureza dos solos também desempenhou um importante papel na aclimatação dos colonos teuto-brasileiros na área pesquisada. Rambo (1956, p. 345) analisou o vale do rio Forqueta relacionando os tipos de relevo e solo com a prosperidade econômica e zelo dos respectivos moradores. Deste modo,

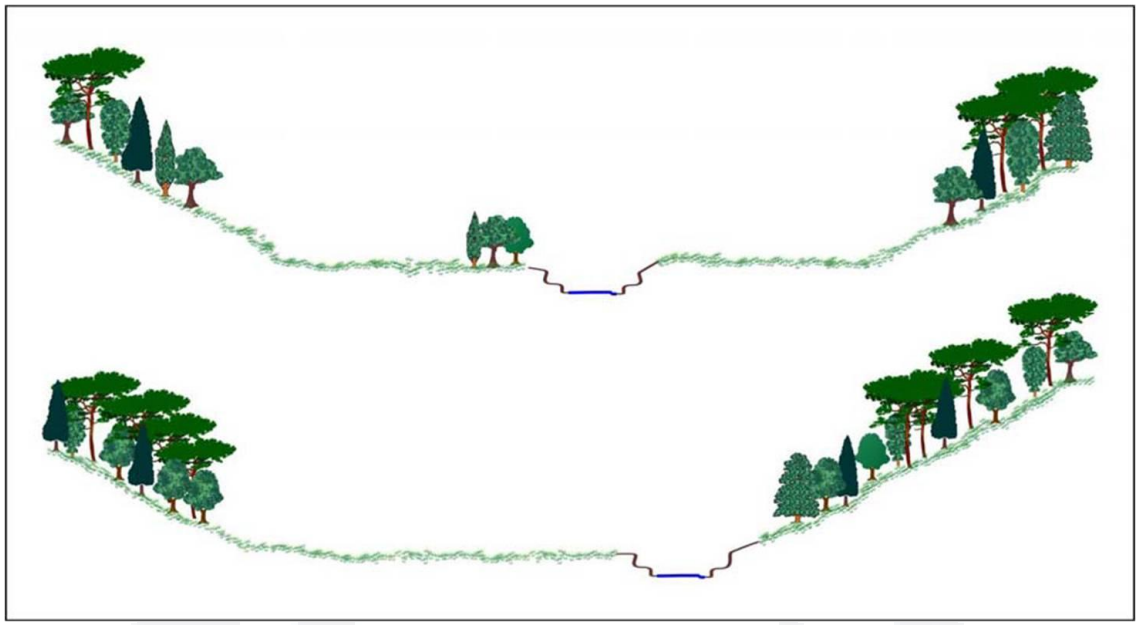
> Na planície, já quase nivelada, com sua mistura de solo arenoso e melafírico, reina a mais intensa agricultura, traduzindo toda a paisagem o bem estar e o conforto [...] ao longo dos rios Forqueta e Forquetinha, vastas planícies encaixadas entre morros íngremes, forneceram ótimas terras de lavouras, tendo um rosário de florescentes núcleos coloniais às suas margens. No momento, porém, em que terminam as várzeas, em que os cursos de água se apertam em vales estreitos, imediatamente termina o bom solo da lavoura: o mato se torna menos viçoso, as roças fazem a impressão de esterilidade e abandono, as habitações humanas perdem a beleza e o conforto.

O sítio RS-T-114 pesquisado por Fiegenbaum (2009, p. 65) possui um solo classificado como de máxima excelência para a prática agrícola[29]. A porção intermediária do vale do rio Forqueta, na altura de Picada Felipe Essig, tem, por conseguinte, um potencial agrícola de grande envergadura. Estas condições sem sombra de dúvida concorreram para o desenvolvimento da comunidade.

[29] Solo MXo1: possui alto potencial para culturas anuais, e nas regiões mais baixas para cultivo de arroz irrigado (FIEGENBAUM, 2009, p. 64).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Figura 10 - Simulação da região intermediária do Vale do Taquari/RS. Planícies de inundação e aclives são características de Picada Felipe Essig.

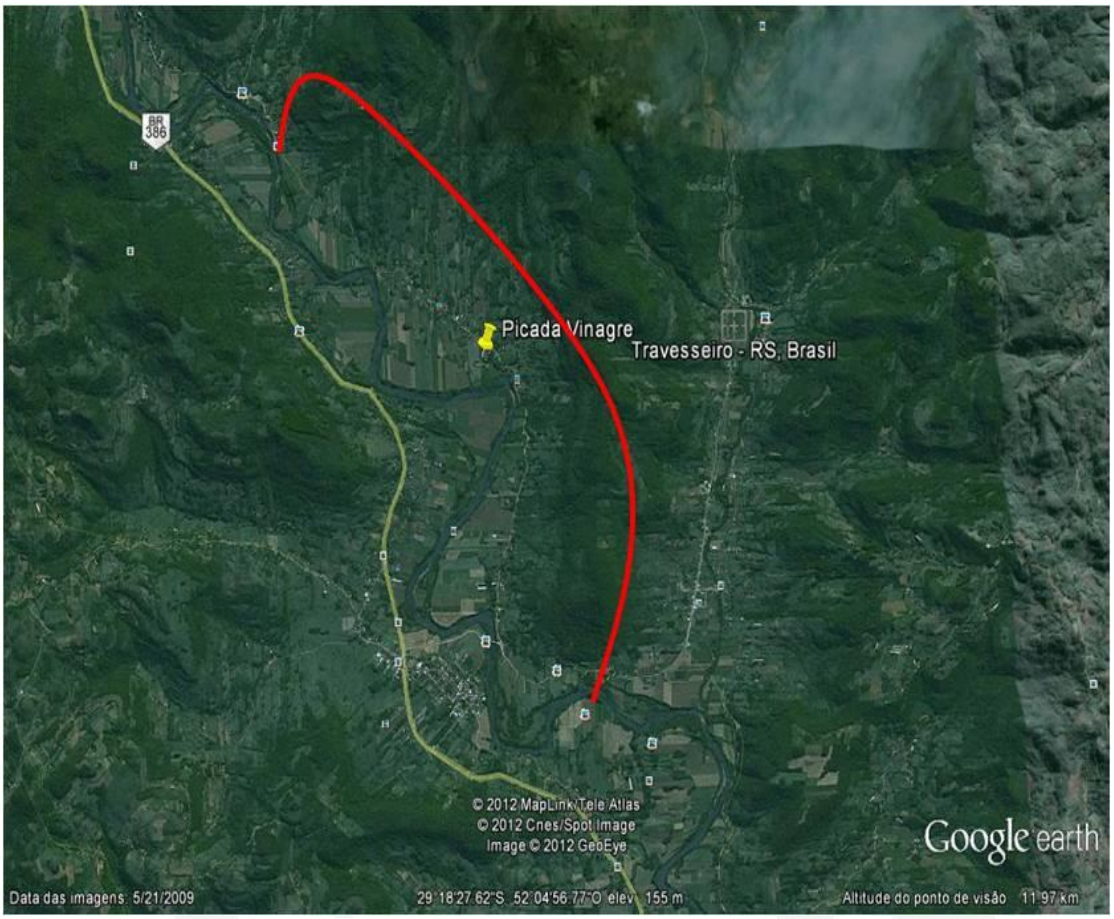


Fonte: Kreutz (2008).

A Picada Felipe Essig dista aproximadamente 25 quilômetros de sua desembocadura no rio Taquari (atual município de Arroio do Meio/RS). Ao longo da estrada que serpenteia as planícies de inundação do Forqueta, desenvolveu-se a comunidade. Felipe Essig possui uma extensão de aproximadamente oito quilômetros e a estrada geral que a corta faz a ligação do município de Travesseiro com o vizinho Pouso Novo. Além de situar-se próxima à sede de Travesseiro, Picada Felipe Essig confronta-se com o município de Marques de Souza/RS, tendo o rio Forqueta como limite natural (CONRAD, 2002, p. 4).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Figura 11 - Demarcação da Picada Felipe Essig (Picada Vinagre) em relação ao rio Forqueta e áreas circundantes.



Fonte: Adaptado de Google Earth. Acesso em: 12 fev. 2012.

Conrad (2002, p. 4-5) classifica a topografia da Picada Felipe Essig adotando a estrada geral como divisor topográfico. Neste sentido, a comunidade é dividida em duas áreas distintas. Nos espaços localizados entre a estrada geral e o rio Forqueta predominam terras planas, as popularmente denominadas várzeas. As várzeas estão em média 88 metros acima do nível do mar, dispõem de boa fertilidade natural e são atingidas freqüentemente pelas cheias do Forqueta. A área de várzea corresponde a 20% do total da extensão territorial da comunidade.

As terras localizadas acima da estrada geral e que se confrontam com as escarpas do Planalto se constituem em áreas declivosas que podem chegar aos 450 metros acima do nível do oceano. Esta área circunda toda a área de desenvolvimento de Picada Felipe Essig. As terras são rasas, porém férteis. No topo

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

das escarpas está assentado o travessão que separa a comunidade de outras localidades (CONRAD, 2002, p. 5).

A divisão realizada por Conrad tem o mérito de trazer a própria percepção da comunidade diante da configuração paisagística por ela ocupada, criada e transformada. As pessoas entendem sua paisagem da forma descrita por Conrad, o que pode ser verificado através de sua metodologia de trabalho, o Diagnóstico Rural Participativo[30] fundamentado em entrevistas, ou, ainda, pelo fato de Conrad ter nascido e vivido na comunidade; a experiência de vida do autor desta pesquisa testemunha a favor dessa assertiva, já que possui origens familiares em Picada Felipe Essig.

As caracterizações ambientais da localidade são resultantes de pesquisas predominantemente arqueológicas, que dialogam com facilidade com outras ciências da natureza. Os estudos de Fiegenbaum (2009), Kreutz (2008) e Wolf (2012) basearam as informações de contextualização ambiental de Picada Felipe Essig.

Contudo é necessário reforçar o fato de que os imigrantes/migrantes alemães que vieram para Picada Felipe Essig não encontraram um ambiente *in natura* (ECKERT, 2011, p. 14), pois os estudos arqueológicos da região apontam para uma longa ocupação humana do vale do Forqueta.

Conjuntamente aos estudos em arqueologia, os trabalhos de Christillino (2004, 2010), Eckert (2011), Kreutz et al (2011), Relly, Machado e Schneider (2008) contextualizaram períodos anteriores à chegada dos alemães nesta área. Destes trabalhos resultam conhecimentos sobre os embates entre índios, bandeirantes e jesuítas no século XVII, e sobre a sociedade ervateira que ocupava as florestas do Rio Grande do Sul nos séculos XVIII e XIX.

Estes trabalhos apontam conseqüências importantes para o ambiente encontrado pelos povos germânicos. Por meio de atentas pesquisas, verifica-se que

[30] "O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. Embora originariamente tenham sido concebidas para zonas rurais, muitas das técnicas do DRP podem ser utilizadas igualmente em comunidades urbanas" (VERDEJO, 2006, p. 6).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

os ervateiros, índios, posseiros, escravos, entre outros, legaram ao ambiente as marcas de suas sociedades.

O teuto-brasileiro encontrou, assim, uma paisagem humanamente construída; não descobriu a natureza em sua pureza anunciada (o *Urwald*[31] imigrante). De toda forma, a configuração da paisagem e de suas florestas assustou os novos ocupantes. A partir do momento em que o alemão tomou posse de sua propriedade em Picada Felipe Essig, ele trouxe muito mais do que a sua presença física. Ele carregou consigo uma cultura de relacionamento com a natureza e instituições que mediavam a dimensão homem e ambiente. A picada teuto-brasileira nasceu deste embate.

A floresta desempenhou um papel preponderante da adaptação dos teuto-brasileiros ao território sul-brasileiro. A pesquisa agora discute a realidade florestal na Europa de origem, bem como os elementos de visualização das matas que cobriam Picada Felipe Essig à época da chegada dos teuto-brasileiros. Mais do que isso, ela vai demonstrar como esse brasileiro germânico se adaptou a essa realidade, lançando mão dos recursos do capital social e da reconstrução de sua vida comunitária. Como resultado do relacionamento, a picada teuto-brasileira.

4.2 As florestas do sudoeste da Alemanha no período da imigração ao Brasil: aspectos gerais

Costuma-se dizer que as florestas européias estavam de certa forma aniquiladas ou duramente modificadas pela ação humana (BUBLITZ, 2008, p. 329-330) quando da chegada dos imigrantes alemães ao sul do Brasil. Se por um lado o nível de antropização da paisagem era alto e repetido numa escala temporal longa,

[31] Utiliza-se a concepção de *urwald* de Bublitz (2008, p. 324): "*Urwald* (...) *e*ra a floresta virgem, feita de imensos exemplares de cedros, cabriúvas, angicos e canafístulas, dentre outras milhares de espécies, em meio a emaranhados de cipós e trepadeiras. Tratava-se de uma paisagem ambígua que despertou medo e, ao mesmo tempo, fascínio".

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

por outro, a existência de espaços florestais não desabonava o simples aldeão de possuir algum conhecimento florestal (THEIß, 2002, p. 473).

É digno de nota que o estado da Renânia-Palatinado continua a ser um dos maiores fornecedores de produtos de madeira na República Federal da Alemanha[32]. A vocação de gestão, exploração e produção florestal da região situa-se na contagem dos séculos, fazendo da Renânia-Palatinado uma referência neste sentido. Mas como se encontrava o ambiente dos centros de emigração ao Brasil na primeira metade do século XIX?

Em primeiro lugar, não parece que o Hunsrück e o Eifel estivessem enfrentando uma situação de completa devastação florestal. Paul Warde (2006) num artigo sobre o medo generalizado da escassez de madeira na Europa ocidental constrói uma sólida argumentação a respeito do estágio das áreas florestais européias. O artigo tem uma abordagem continental, porém o autor elenca processos localizados nos centros de emigração para o Brasil.

Primeiramente, uma questão relativa ao conceito. Apesar de Warde (2006, p. 7) distinguir as noções de *forest* e *woodland*, ele reconhece que esta terminologia se fundiu nos últimos séculos. O primeiro termo está assentado sob uma base jurídica, e relata o direito senhorial em áreas preferenciais de caça. Como estes espaços eram vedados a qualquer tipo de prática agrícola o crescimento vegetacional acabou por confundir as noções analisadas. Portanto, para fins de clareza, o estudo trabalha com a terminologia “floresta” para se referir a uma área de concentrada arborização, sem distinção entre o espaço senhorial e os bosques. Esta noção vale para a realidade européia onde esta distinção se fez presente.

O autor inglês estima que no final do século XVI, as áreas de fala alemã detinham um terço de sua extensão coberta por florestas. A floresta enquanto um recurso comercial era raramente explorada por camponeses e meeiros. A predominância do direito de dispor sobre o uso comercial das matas recaía principalmente sobre o Estado e sobre os príncipes locais (WARDE, 2006, p. 8). Uma imagem de Simmern, no Hunsrück, do século XVI tem a capacidade de revelar parcialmente o entorno florestal da comunidade e arredores (figura 12).

[32] Rheinland-Pfalz Landesregierung. Governo Estadual da Renânia-Palatinado (tradução do autor). Disponível em: < http://www.rlp.de/english/>. Acesso em: 25 fev. 2013.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Ao fundo da imagem é possível visualizar a *Soonwald*, grande área florestal que atualmente é uma Reserva Natural. O *Soonwald* era uma floresta cujos direitos de uso estiveram historicamente ligados às comunas de Holzbach, Kümbdchen, Mutterschied, Obertiefenbach, Ohweiler, Riesweiler e Simmern. As comunidades desfrutavam de direitos que provinham de geração em geração desde a Alta Idade Média. No entanto, a regulamentação dos direitos sobre a floresta, o "*Weistum*" veio somente em 1552, provavelmente como fruto de tensões entre as comunidades que se utilizavam dos preciosos recursos que a *Soonwald* oferecia (Theiß, 2002, p. 473-474).

Figura 12 - Gravura colorida e ampliada de Simmern em 1550. Em *Cosmographia* de Sebastian Münster (1488-1552), publicada em Basel no ano de 1555.

Fonte: Hunsrück Museum, Simmern, Alemanha.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Figura 13 - Panorama contemporâneo de Simmern (2012), Alemanha. Procurou-se obter o mesmo ângulo de visão da gravura de Sebastian Münster, retratada na figura 12. Observa-se à esquerda a torre da *Stephankirche* e ao centro os grandes telhados do *Neues Schloss Simmern*. A paisagem estilizada de Sebastian Münster em sua *Cartographia* referenciava a *Soonwald*, ao passo que nesta imagem ela não pode ser vista.

Fonte: O autor.

No entanto, algumas aldeias e comunidades conquistaram o direito de dispor sobre suas matas e florestas. Entretanto, o poder de decisão sobre o uso do recurso não era centrado em torno de um homem só. Assim, de acordo com a tradição institucional dos *commons* - que reafirmava seu caráter de subsistência - a exposição ao mercado era malvista pela maior parte das comunidades. O fluxo do mercado poderia destruir os arranjos de gestão florestal existente, causando desequilíbrios no abastecimento doméstico, artesanato e demais atividades comunitárias.

A onipresente reclamação das autoridades acerca da escassez de madeira é entendida por Warde (2006, p. 25) dentro de uma dinâmica envolvendo

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

planejamento dos Estados Nacionais em controlar o recurso, a intensificação do crescimento urbano e industrial, e a competição entre os diferentes usuários das florestas. Para o historiador inglês, os níveis populacionais da Europa até 1800 indicam que o medo das autoridades era infundado, ou melhor, socialmente intencionado na referência à existência e provisão dos recursos da floresta. Warde conclui que se os números apresentados pelas autoridades se coadunassem com a realidade observada[33], a Europa passaria por um colapso total de sua civilização ainda antes do século XIX. As fronteiras ecológicas da Europa estavam bem asseguradas até o início do século XIX no que concerne à possibilidade de captação dos recursos florestais. E isto se devia ao desenvolvimento de uma nova tecnologia de manejo florestal, principalmente a engenharia ambiental alemã, pioneira na Europa e modelo para todo o continente.

Embora o autor não tenha mais certezas sobre a escassez ou não de madeira a partir de 1820 – época contemporânea ao início sistemático do processo emigratório alemão ao Brasil – causada pela forte pressão demográfica no contexto geral da Europa, a maestria alemã na engenharia florestal provocou o aumento da produção madeireira neste período, pois

> Germany succeeded between 1800 and 1888 in augmenting its firewood production by around forty-three per cent, and nearly doubling its total wood production. As woodland area probably declined a little, this represents a doubling of yields per hectare, and rough stability in the availability of firewood per head. (WARDE, 2006, p. 24)

Seguindo o mesmo raciocínio, Otto Kandler (2009, texto digital) argumenta que a cobertura florestal da Europa Central no fim da Idade Média se reduziu a 20% de sua original extensão, mas, contrariamente ao que se pensa em termos de senso comum, o século XIX assistiu ao aumento desta mesma área para índices maiores do que 30%, inclusive durante o período do *boom* industrial vivido pelos países da região neste mesmo período. A ideia de uma devastação florestal irrestrita nos centros de emigração parece, portanto, cada vez menos crível; ao contrário, as

[33] Autor usa as variáveis “população” e “área florestada” para a conclusão da impossibilidade dos apelos e políticas das autoridades (WARDE, 2006, p. 25).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

florestas eram uma característica ambiental muito conhecida por boa parte dos imigrantes, adaptados ao manejo e uso dos recursos.

Para Warde, o fenômeno se torna ainda mais interessante quando se analisa a área territorial coberta por florestas. A produção de biomassa subiu enquanto os locais florestais tiveram um pequeno decréscimo. A contradição se explica pelo uso de uma tecnologia apurada de manejo e produção florestal, mas também pela exclusão do camponês no que se refere ao acesso e controle sobre os recursos da floresta.

A privatização das florestas na Renânia foi um fenômeno observado por Karl Marx em sua juventude nos tumultuosos anos de 1840, pois a expressão desse conflito social resultou no aumento da "criminalidade" florestal e no acirramento dos rigores da lei nesta mesma questão (WARDE, 2006, p.24)

Karl Marx era natural de Trier e testemunhou os processos que ocorreram na região de origem dos imigrantes alemães que se deslocaram ao Brasil no século XIX. Ele escreveu suas críticas em 1842 no jornal *Rheinische Zeitung*, no qual era também o editor. Ele alertava sobre a origem das "*forest wars*"[34] no sentido de que os conflitos legais nada mais eram do que a expressão de um conflito profundo e antagônico de classes. Os debates sobre os direitos de disposição da floresta auxiliaram o jovem Karl Marx a construir posteriormente toda uma vasta obra baseada nos princípios da luta de classe (WARDE, 2006, p. 24).

Ironicamente, a exclusão do camponês alemão do manejo de suas tradicionais e indispensáveis florestas, pelo menos no sudoeste da Alemanha, não ocorreu num ambiente de devastação ou carência. Ao contrário, aconteceu num ambiente de grande oferta de biomassa. A sua revolta podia ser compreendida por uma equação socialmente perversa: quanto mais madeira, menor condição de apropriação do recurso. Para o homem comum, não havia sentido em pagar por um produto de abundância flagrante, haja vista que historicamente, pelo costume e pela tradição, a floresta era compartilhada pelas comunidades e um refúgio seguro dos pobres. Warde complementa que (2006, p. 24)

[34] Traduzindo do inglês para o português: "guerras florestais" (Tradução do autor). A década de 1840 recebeu este apelido em virtude dos altíssimos números de prisões e processos judiciais envolvendo questões de acesso à floresta na região renana.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> […] this exclusion did not occur in the midst of a barren landscape, as indeed could be found on the plains of Castile and Extramadura, or the sandy heaths of the eastern Netherlands and Lower Saxony: it happened in the midst of well-wooded country where wood yields were steadily on the increase. Yet this alienation and exclusion were not the result of incipient industrialization, even if industry contributed its fair share to the longstanding demand for wood.They indeed pertained to the distribution of rights to property, but they were the end result of a reconfiguration of space and a tradition of state intervention in property rights and the economic order that dated right back to the late fifteenth century, and the problem of supplying basic goods in the 'organic economy' where the nature of its organic, material basis made transportation enormously costly

A privatização das florestas impeliu o camponês ou o aldeão ao livre mercado para o suprimento de suas reservas de energia. Estava sujeito aos altos preços praticados sobre um produto que ele julgava não precisar pagar. Toda uma cultura de gestão comunal estava em jogo diante do individualismo agrário. Em razão disso, a Revolução Liberal de 1848 teve no camponês um forte esteio, pois a privação da reserva energética fundamental, aliada com as pobres colheitas daquela década criaram o estopim da revolução social (BRAKENSIEK, 2006, p. 34). Estas condições também devem ser pensadas como causas da imigração, talvez a dimensão ecológica motivadora do processo imigratório.

No Hunsrück, os camponeses que exploravam a já citada *Soonwald* sofreram os processos descritos por Warde no que se refere ao alarma da escassez. Theiß (2002, p. 474) comenta que o uso comunal da floresta em questão foi alvo de um primeiro regulamento em 1552. No entanto, em 1760 os camponeses passaram a sofrer os assédios do senhorio local. A autoridade florestal do senhor local já anunciava que a floresta do *commons* mais parecia um pesadelo de devastação do que uma floresta propriamente dita. Em 1787, o governo Palatino fixou em 500 o número máximo de usuários dos recursos comuns da floresta, subdivididos entre as localidades que partilhavam dos *commons*.

Com a eclosão da Revolução Francesa e a posterior ocupação do território do Hunsrück pelas forças Napoleônicas, as florestas comunais foram alvo de políticas de privatização. A ingerência no direito das florestas significava a intromissão do Estado na esfera do poder autônomo das aldeias. A partir deste momento, e mesmo com a derrota da França Napoleônica, o avanço do Estado sobre os poderes das aldeias locais estava se tornando irresistível (THEIß, 2002, p. 484).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A partir de 1815, no período da administração prussiana, o movimento de privatização de terras e florestas não apresentou relativas descontinuidades. O Estado passava a ser o principal agente de gestão florestal. No entanto, a tenaz resistência dos camponeses ainda salvaguardava alguns direitos de administração e uso (THEIß, 2002, p. 485).

A onda liberal que varreu o campo europeu no século XIX acreditava, todavia, que os camponeses eram incapazes de gerir sustentável e lucrativamente as florestas em seu poder. Faltavam-lhe as ferramentas do conhecimento científico. O interesse individual, para a científica agronomia e engenharia florestal da época, seria a chave para o aumento da produção agrícola e das reservas de biomassa. Mas era preciso mudar a balança de poder existente dentro dos Estados Alemães através das mudanças nas formas de propriedade. O individualismo agrário seria a tônica adotada pelos Estados Alemães, num processo moroso e desigual dificultado pelas árduas resistências camponesas em defesa das formas tradicionais de gestão dos recursos disponíveis nas comunidades aldeãs.

Como exemplo flagrante da magnitude das mudanças sociais operadas pelos Estados Alemães e, posteriormente, pelo Império Alemão, Brakensiek (2006, p. 35), conforme citado em outro momento neste texto, data entre 1770 e 1900 o período de ajustamento e eficácia (relativa) das medidas liberais e privatistas. Tal fato se devia em grande parte às conjunturas locais e às imprecisões sobre o que seria objeto de privatização nas pequenas comunidades. Aliado a isso, muitos atores sociais estavam interessados no processo, desde o Estado aos agricultores privilegiados e às massas miseráveis que temiam pelo seu futuro num mundo que se criava em torno de recursos naturais atomizados. No entanto, o liberalismo no campo não teve suficiente força para acabar com o espírito de gestão comunitária que prevalecia no ordenamento do *commons*. Ainda que varie regionalmente, o sudoeste da Alemanha ainda percebe suas florestas - e até campos - dentro de regimes de gestão partilhada, como o *Gehöferschaften* ainda existente, cooperativas, associações, acordos entre vizinhos, etc.

Por conseguinte, a crise do século XIX que obrigou milhares de pessoas a buscar novas oportunidades na América se originava, entre outras causas, de um período de profundas alterações na ordem jurídica, principalmente no que dizia

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

respeito aos aspectos de propriedade e de cidadania[35] (SEYFERTH, 1974, p. 20). As restrições impostas à tradicional gestão comunal e a questão da servidão dos camponeses e sua conseqüente exposição ao livre mercado foram variáveis fundamentais do processo emigratório ao Brasil.

Dessa forma, o camponês alemão aportou no Brasil e se deparou com uma floresta densa, desconhecida, misteriosa, abundante, desprotegida e desregulamentada juridicamente. Na Europa, o sentimento do camponês por suas florestas era caracterizado pelo zelo, pois seus recursos eram indispensáveis para a subsistência. Sua importância era traduzida através dos regulamentos que regravam o alcance da ação individual dos camponeses no manejo dos recursos florestais. No Brasil, o entendimento da floresta foi diferente.

Assim, como resultado histórico destes quase duzentos anos de imigração alemã ao Brasil, o saldo do relacionamento entre o teuto-brasileiro e a floresta pode ser entendido como “trágico”, tendo em vista a devastação sofrida pelos biomas sulinos. Ecologicamente, a imigração alemã em território brasileiro se mostrou terrivelmente destrutiva (BUBLITZ; CORREA, 2006, p. 52-53). Diferentemente das florestas européias, que se caracterizam pela resistência ao frio, pelo número diminuto de espécies vegetais e animais e reconstituíveis após processos de devastação, as florestas tropicais são caracterizadas por uma grande biodiversidade, mas também fragilidade (DEAN, 2007, p. 23).

Esta pesquisa buscou dar um panorama geral acerca da configuração florestal da Alemanha do século XIX, precisamente a região de origem de maior parte dos imigrantes que vieram ao Rio Grande do Sul – sudoeste da Alemanha, região do Hunsrück. Os imigrantes conheciam e sabiam usar recursos multivariados de origem florestal. No horizonte de sua paisagem cultural européia, provavelmente existia alguma floresta que dependia do zelo e do cuidado dos moradores para que houvesse sustentabilidade dos seus recursos.

Portanto, na Europa, o camponês queria e desejava a floresta; antes de tudo ele a queria viva, forte, e útil para a sua casa e comunidade. No Brasil, o teuto-brasileiro, contrariamente, não a queria, e talvez a detestasse. A análise desse trânsito revela dimensões simbólicas, ecológicas, econômicas e culturais que podem

[35] Referência à discussão de Seyferth (1974, p. 20) em torno da servidão.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

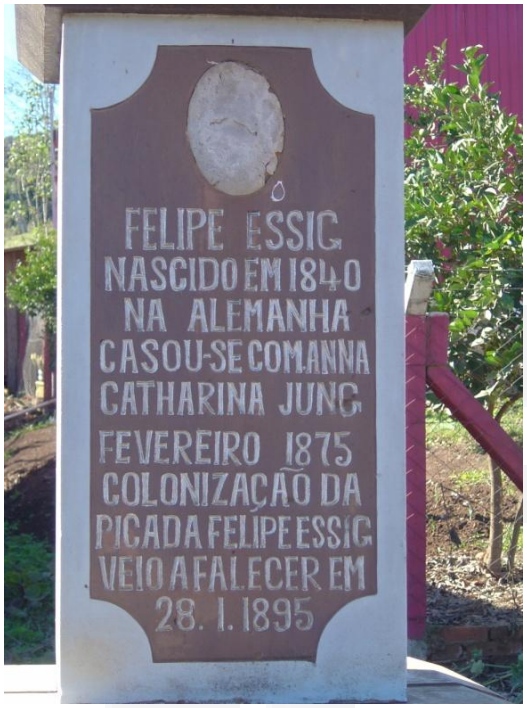
ser traduzidas no grande drama do enfrentamento entre o imigrante alemão e o seu novo lar. No sul do Brasil, em Picada Felipe Essig, a casa, a comida e a comunidade do teuto-brasileiro teriam de ser arrancadas do *urwald*.

4.3 Adaptação e riscos da ocupação germânica no *urwald* de Picada Felipe Essig: demandas sociais e problemas de ordem pública

A ocupação do território de Picada Felipe Essig pelos colonizadores de origem germânica ocorreu inicialmente a partir da metade da década de 1870. O primeiro morador da comunidade teria sido Felipe Essig, cujo nome originou a própria denominação da localidade. Ele teria adquirido suas terras do empreendedor Frederico Adolfo Moog, residente em São Leopoldo, e, em 1875, teria supostamente iniciado suas atividades nas terras de sua propriedade (figura 15). Estas informações são compartilhadas pelos moradores da comunidade formando um espaço de memória comunal. Um obelisco (figura 14) marca a chegada deste colono (CONRAD, 2002, p. 6).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Figura 14 - Detalhe do obelisco que celebra a memória histórica da comunidade. Encontra-se na parte sul da localidade, próximo à ponte que liga Marques de Souza e Travesseiro.



Fonte: O autor.

Figura 15 - Ruínas da casa de Felipe Essig, o primeiro colono a ocupar as terras que formaram a comunidade de Picada Felipe Essig no século XIX.

Fonte: O autor.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A partir desta data, iniciou-se o povoamento mais intensivo desta região (FUCHS, 2002, p. 242). Caracterizado pela colonização privada, Picada Felipe Essig foi ocupada com base na iniciativa de pequenos e médios empreendedores (pessoa física). Ahlert e Gedoz (2001, p. 90) não identificaram nenhum fundador especial para a localidade no *survey* que realizaram para identificar a origem das principais comunidades do interior do Vale do Taquari.

A fase de deslocamento e de instalação de uma nova colônia apresentava desafios para os indivíduos que a ela se dirigiam. A evidenciação dos riscos a que estavam submetidos os primeiros moradores de Picada Felipe Essig depende primeiramente da caracterização do ambiente físico que encontraram neste espaço.

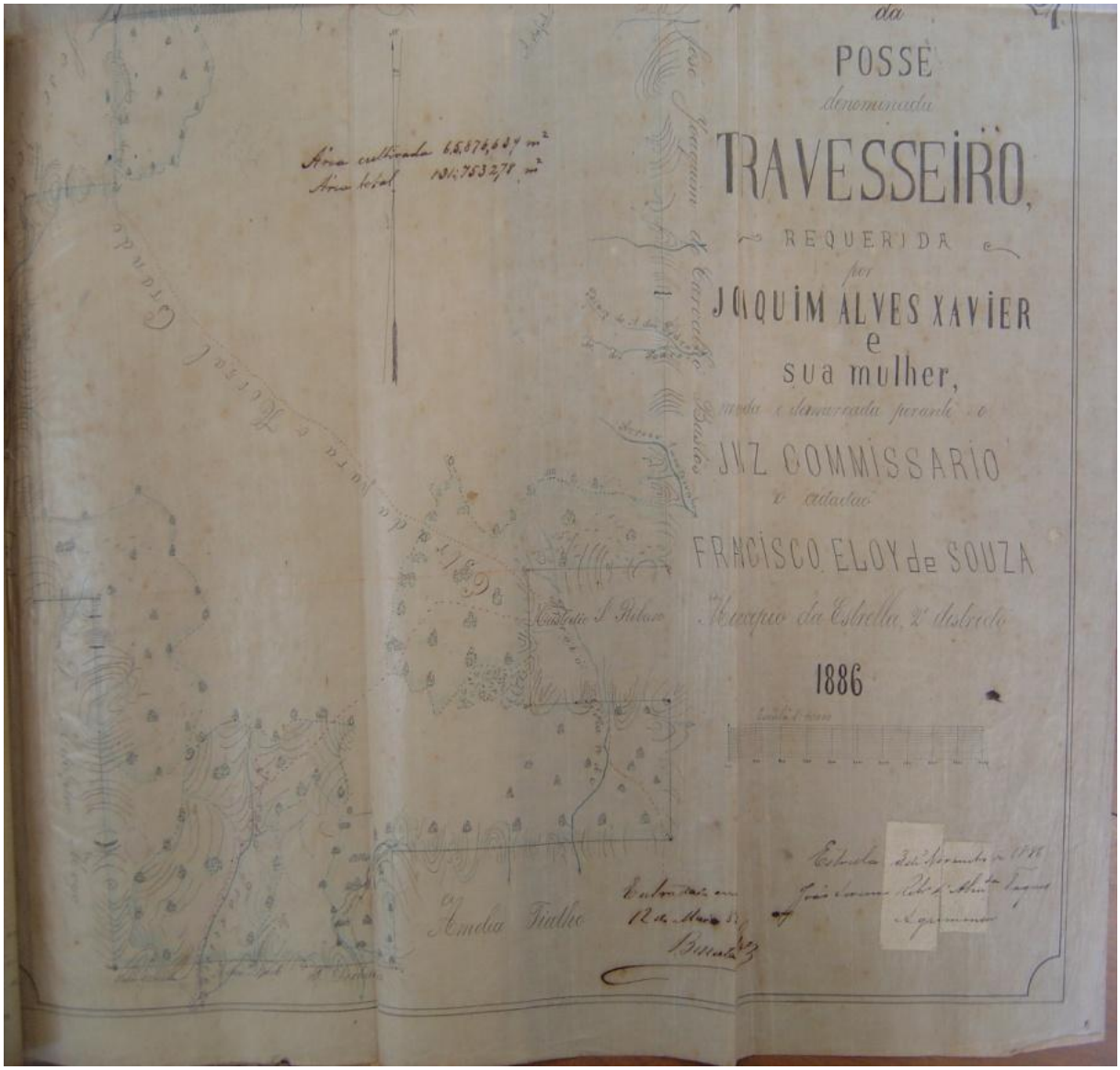
A crônica da ocupação territorial de Picada Felipe Essig segue o esquema de tantas outras colônias alemãs. É o relato da vitória do homem civilizador contra a natureza indomada. Este é o discurso dos moradores que orgulhosamente o repetem para as novas e atuais gerações (CONRAD, 2002, p. 6).

O *Urwald* encontrado pelos colonos teuto-brasileiros em Picada Felipe Essig era fruto de um longo passado de ocupação humana. Não cabe neste trabalho uma análise mais demorada neste sentido, mas a importância desta "natureza" antropizada não deve ser desprezada no que toca à reconfiguração ambiental promovida pelos teuto-brasileiros[36]. No entanto, por volta das últimas três décadas do século XIX, período de chegada mais intensa dos colonizadores teutos, a paisagem de Picada Felipe Essig não deveria fugir do padrão paisagístico encontrado na colônia Travesseiro fundada por Joaquim Alves Xavier (figuras 16 e 17).

[36] Sugere-se a iniciativa de estudos posteriores com o fito da visualização e relação das apropriações ambientais efetuadas pelos diversos grupos que ocuparam o Vale do Taquari/RS. Isto é ainda mais urgente quando se pensa no papel do colonizador alemão como "civilizador" das matas, haja vista que a expressão de sua nova sociedade, centrada na picada teuto-brasileira, comungou das experiências e conhecimentos anteriores daqueles que usavam o espaço.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

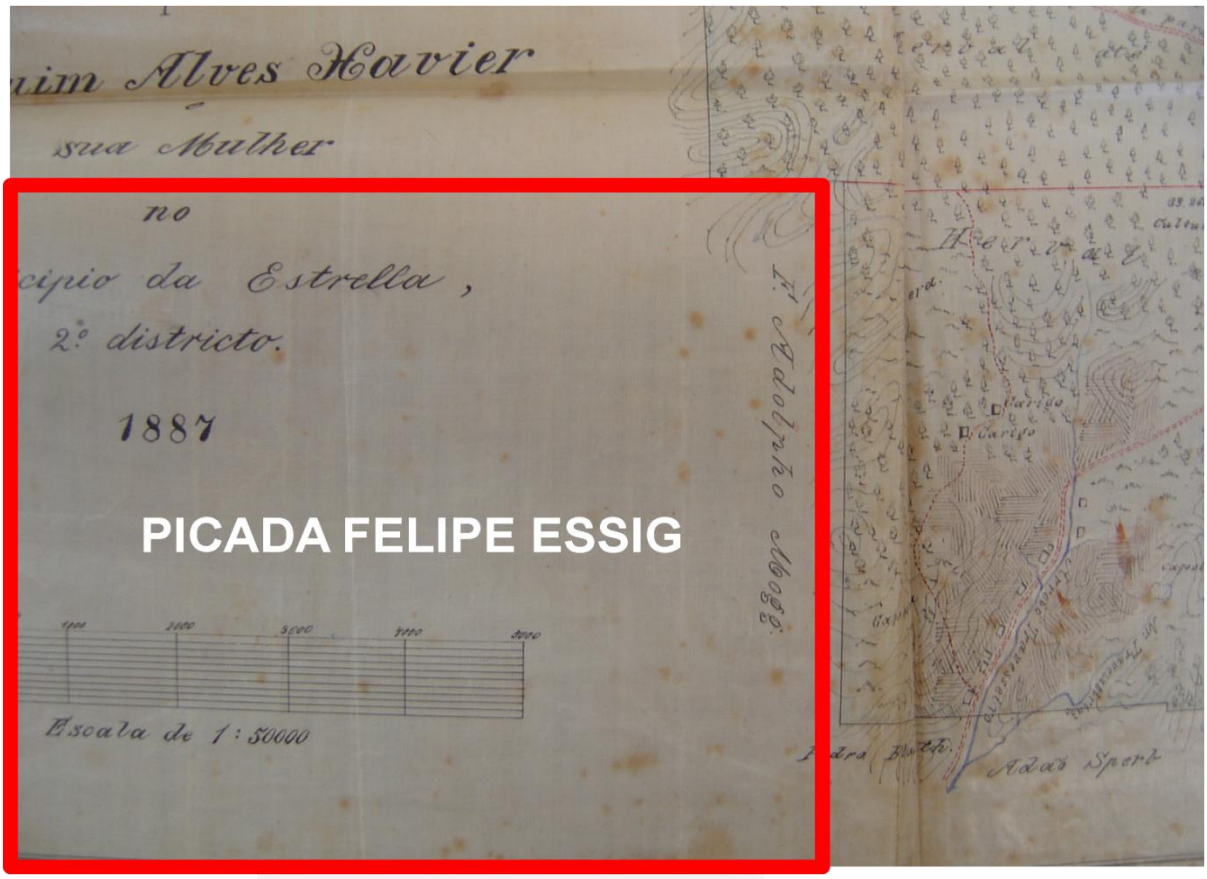
Figura 16 - Auto de Medição 2017, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Este mapa foi utilizado no processo de legitimação de posse de Joaquim Alves Xavier, fundador da colônia de Travesseiro/RS. Picada Felipe Essig ainda era de propriedade de Frederico Adolfo Moog, conforme visualizado abaixo na extremidade esquerda.



Fonte: Auto de Medição 2017, AHRS.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Figura 17 - Auto de Medição 2017, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Detalhe da propriedade de Frederico Adolfo Moog, que marca o início da Picada Felipe Essig. Nota-se que no decorrer do processo, o legitimante Joaquim Alves Xavier argumentava que possuía uma grande área de ervais (em ambiente florestal), além das estruturas de "carigo", que eram armações construídas com varas que serviam para o processamento da erva-mate. Já em torno do arroio Travesseiro, existe a indicação de áreas plantadas e capoeiras. Segundo Cristiano Christillino (2010, p. 256) estes mapas devem ser analisados com cuidado, pois o processo de legitimação desta área visava uma operação de grilagem de terras e ervais públicos.



Fonte: Adaptado do Auto de Medição 2017, AHRS.

Estes mapas são as únicas representações gráficas que este pesquisador logrou encontrar[37] sobre a possibilidade de paisagem[38] em Picada Felipe Essig no

[37] Ressalta-se que este é um trabalho pioneiro sobre esta região específica. Algumas lacunas, possivelmente, não puderam ser sanadas completamente em tempo hábil para a dissertação de mestrado. Pesquisas posteriores poderão aprofundar ou mesmo modificar certas interpretações aqui colocadas. Isto também vale para o relacionamento entre a sociedade nacional e os colonizadores no momento da instalação de suas propriedades.

[38] O uso do termo "paisagem" é intencional e designa a noção de Warren Dean (1996, p. 24): "entornos domesticados, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou à estética convencional". Podemos também pensar a paisagem dentro do simbólico (CORREA; BUBLITZ, 2006, p. 76).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

período inicial da colonização. Ela representa a área atual da sede do município de Travesseiro/RS e é exatamente contígua à área da localidade em estudo.

Cabe ressaltar, entretanto, que o mapa da medição realizado sob os auspícios de Joaquim Alves Xavier, vereador de Estrela naquele momento (1887), não deve ser fidedigno a todas as informações, pois Christillino (2010, p. 256) afirma que "na década de 1880, seria impossível uma única família fazer uso de mais de três mil hectares de terra com agricultura *naquela área de difícil acesso* (grifo nosso). A principal extensão legitimada compreendia o 'herval grande'".

De toda forma, a presença de ervais[39] implica uma realidade de densa floresta com todos os desafios implicados no processo de assentamento de um grupo agricultor neste espaço. A própria observação de Christillino confirma as dificuldades de acesso a estes pontos marginalmente ocupados pela colonização alemã até aquele momento. Ainda que pudessem contar com os conhecimentos e trabalho das populações caboclas que exploravam e viviam na área, os desafios não eram poucos para os recém chegados teuto-brasileiros.

Como exemplifica a esposa de Felipe Essig, a senhora Anna Katharina Essig (túmulo na figura 1), boa parte dos ocupantes da localidade provinha de alguma colônia mais antiga, principalmente São Leopoldo e arredores (BERSCH et al, 2006, p. 50; FUCHS, 2002, p. 235; KREUTZ et al, 2011, p. 102; SCHAUREN, 2011, p. 179). O próprio Felipe Essig, nascido na Alemanha, já havia tido seus encontros com a natureza e com a sociedade brasileira, haja vista que veio criança ao Brasil e que comprou suas três colônias em 1875 de Frederico Adolfo Moog. De certa forma, os colonos que chegaram às terras que mais tarde formariam a comunidade de Felipe Essig detinham conhecimentos mais elaborados sobre o funcionamento e operação dos ciclos biológicos da natureza rio-grandense (FERLA, 2009, p. 47). O próprio conhecimento aplicado ao desmatamento e formação de terras cultiváveis atenuou os impactos da "luta" contra a floresta, diminuindo e amenizando as demandas sociais de uma sociedade em processo de instalação e viabilização econômica e comunitária.

[39] Segundo Paulo Zarth (2012, p. 60) os ervais eram "assim descritos por um engenheiro em missão de reconhecimento do território em 1859: a erva se apresenta em ceboleiras ou manchas (...) em toda essa extensão, e onde essas ceboleiras são maiores e mais puras, isto é, onde predomina quase exclusivamente a árvore do mate torna-se um erval".

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Neste sentido, as pessoas que se dirigiram à Picada Felipe Essig reproduziram as formas de ocupação e gestão territorial dos imigrantes pioneiros (DREHER, 2005, p. 15). Estes imigrantes pioneiros por sua vez trouxeram ao Brasil a dimensão da experiência social européia baseada na longa cultura de gestão dos *commons*, amplamente solidificada em torno do capital social, autonomia política e institucional, e sentido comunitário.

No caso dos descendentes dos pioneiros que se assentaram em Picada Felipe Essig, a reprodução do sistema de picada não oferece maiores prejuízos para o problema de pesquisa ora apresentado, pois ele repercute – ainda que parcialmente - as tradições germânicas de organização social[40]. Ou melhor: os resquícios dos *commons* ainda viviam em Picada Felipe Essig, mesmo que transformados e atualizados.

Os riscos de uma sociedade de instalação dizem respeito principalmente aos aspectos da sobrevivência física, nutrição, saúde, moradia e a formação das instituições que caracterizavam uma comunidade. A instalação de uma nova picada sempre configurava uma sociedade cercada de riscos múltiplos. “Não preciso repetir a descrição do começo de uma dessas colônias. É uma vida dura!”, exclamava Avé-Lallemant (1980, p. 379) surpreendido pelos desafios do colono teuto no sul do Brasil.

Em todos estes aspectos vigorava a “sombra” da floresta rio-grandense, previamente caracterizada em seus aspectos físicos e sociais. Ela era o grande, o primeiro e o principal problema de ordem pública para a comunidade em formação. Do domínio da mata dependia a satisfação das primeiras necessidades e da amenização dos riscos sociais mais ameaçadores.

[40] Afasta-se neste trabalho a perspectiva da transposição unilateral da cultura alemã no ambiente receptor do Brasil meridional. A Alemanha é uma, mas somente uma das dimensões de americanização dos colonos. A organização social é compreendida sob o viés relacional abordado por Tramontini (2003, p. 142) e aplicado ao problema da imigração alemã no Rio Grande do Sul. A organização social caracteriza-se pela “dinâmica das relações internas e externas ao grupo de imigrantes e a necessidade de encaminhar problemas partilhados, [que] estariam na base da organização do grupo, ressaltando seu fundamento étnico, como processo dinâmico e conflituoso”.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

4.3.1 Os riscos do desmatamento

Neste sentido, quando o imigrante teuto-brasileiro precisou adentrar a floresta e tomar plena posse de sua propriedade, uma nova forma de organização social passou a vigorar no Brasil: a picada teuto-brasileira. Ela nasceu do embate entre o colonizador teuto e a floresta. Ela buscou sanar os problemas públicos que afligiam os colonos no início da colonização e viabilizar as novas comunidades.

O primeiro ato da colonização era proceder ao desmatamento. Bublitz (2008, p. 331) informa que inicialmente

> [...] quaisquer que fossem os sentimentos nutridos pelos recém-chegados em relação à mata, uma questão prática passava a ser fundamental e prioritária a partir do momento em que punham os pés na fronteira verde: eles precisavam aprender a derrubar a floresta e a lidar com a terra sob a vegetação, por uma questão de sobrevivência [...] A situação agravava-se [...] porque lhes faltavam ferramentas, alimentos, dinheiro e conhecimentos a respeito dos recursos que a natureza poderia oferecer-lhes. Em outras palavras, os alemães viam-se obrigados a aprender, o mais rápido possível, a desbravar - e esse foi o primeiro passo (e talvez o mais difícil) do seu processo de americanização. Assim que recebiam os seus lotes, precisavam agir rápido para garantir o futuro – e muito mais o presente.

A floresta é ao mesmo tempo a morada do risco, do pavor, mas também o lugar do novo, da inventividade, da picada teuto-brasileira. É, além disso, um aprendizado doloroso, uma luta que conjugava não só as forças físicas, mas também psicológicas:

> Decerto quando se põe um homem com o machado e a mecha diante da mata virgem e se lhe diz: ‘isto deves tu arrasar’, não compreendo como ele tenha ânimo de dar o primeiro golpe! Menos, porém compreendo ainda como, no mesmo local da mata, anos depois ou ainda em menos tempo, já ali cresce o que o alimenta a ele e a sua família (Avé-Lallemant, 1980, p. 184).

Avé-Lallemant expressa uma perplexidade invulgar ao se referir ao estado de ânimo do homem-fronteira teuto-brasileiro (CORREA, 2005, p. 240). Em verdade, na

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

literatura especializada em geral, parece haver uma subestimação[41] da complexidade do processo de desmatamento. Não há dúvida de que as ciências humanas tenham ressaltado as penas do imigrante diante da mata – haja vista a mitologia em torno do colono civilizador -, mas salienta-se aqui a dificuldade e a complexidade de se descrever a operacionalização dos métodos e os arranjos sociais que presidiram os arroteamentos.

Uma primeira condição se impõe ao pesquisador quando ele analisa os riscos das sociedades teuto-brasileiras em deslocamento e instalação: a velocidade e "eficiência" do processo de conquista da fronteira verde. Os historiadores deveriam se perguntar: como foi possível, em tão pouco tempo, com maiores ou menores conhecimentos das técnicas de derrube de árvores, aos colonos arrasar tanto[42]?

Talvez nenhum relato seja tão elucidativo e pungente quanto o do imigrante Josef Umann, aportado no Brasil em 1877, época em que se iniciava a colonização de Picada Felipe Essig.

Emigrado da Boêmia, trabalhador da tradicional indústria vítrea daquela região européia, ele se instalou na comunidade de Linha Cecília, atual Venâncio Aires/RS, colônia particular, numa área não tão distante de Picada Felipe Essig.

Este eloqüente relato do desbravamento de uma colônia recém-fundada perpassa em grande parte toda a sorte de desafios dos indivíduos que apostavam suas vidas nas colônias teuto-brasileiras. As dificuldades de Umann são acentuadas pelo fato de ser ele totalmente inexperiente no que toca aos trabalhos de tipo agrícola e também ignaro da natureza do ambiente receptor.

Em Picada Felipe Essig, geralmente, indivíduos mais experimentados formaram a comunidade, cabendo esta ressalva ao relato de Umann quando emprestado à localidade que é objeto desta pesquisa.

E deste modo narra Umann (1997, p. 57) sua vida na mata:

[41] Subestimação que se refere ao caráter quase automático, "natural" e heróico do desmatamento. Desmatar, construir, plantar (novas culturas) não são processos evidentes, tampouco simples, pois carecem de conhecimentos técnicos e naturais que, freqüentemente, não estavam sob o controle dos colonos.

[42] Buscar-se-á algumas elucidações no próximo capítulo admitindo o papel da picada teuto-brasileira como um centro de aplicação e uso do capital social, bem como um espaço em que as obrigações comunitárias eram significativas.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> A escura floresta virgem com suas árvores colossais e a impenetrável vegetação rasteira que tínhamos de conquistar palmo a palmo, abrindo caminho com facão, exigia de nós um serviço árduo e não habituado. [Um ano antes de iniciar o desmatamento intensivo] veio a penúria e o mais estritamente necessário foi pedido emprestado junto a colonos mais antigos, para ser devolvido na próxima safra

O texto ilustra o tipo de natureza enfrentada pelos colonizadores e descreve os próprios métodos e situações concretas relativas ao desmatamento. Derrubar árvores exigia primeiramente o domínio e controle do cipó. Além disso, era comum que os cipós impedissem a derrubada das grandes árvores, causando embaraços ao trabalho e enormes esforços para a concretização da tarefa.

Vogt (2006, p. 129) ao citar uma passagem do *Festschrift zum 50 jährigen Jubiläum der Linha Isabella* exemplifica igualmente o complexo processo de desmatamento

> Lá (na Europa) nós o imaginávamos bem diferente. Pensávamos que quando a árvore estivesse cortada em baixo, ela cairia: completamente errado. Estavam (as árvores) na maioria entrelaçadas nos ramos por cipós e nem havia hipótese de queda na mata virgem e tramada. Muitas vezes foi necessário cortar até 10 árvores antes que tombassem.

O desconhecimento da natureza rio-grandense provocou uma necessária adaptação dos germânicos a uma nova realidade de corte florestal. Era preciso criar estratégias de derrube em razão dos novamente citados cipós. Operacionalizar o desmatamento não se constituía numa atividade cega e febril dos golpes do machado e do facão. Foi preciso calcular, planejar, aprender a evitar o esforço desnecessário, pois as fontes de energia humana também não eram abundantes (KLUG, 2010, p. 308).

Para corroborar tal assertiva, Dean (1996, p. 31) entende que o bioma da Mata Atlântica é de uma complexidade e diversidade ímpar entre os sistemas naturais da Terra, o que obviamente se relaciona com as dificuldades e riscos de deslocamento, instalação e relacionamento dos colonos germânicos nestes espaços. Estes conheciam florestas mais uniformes e menos variadas em termos de

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

biodiversidade (KLUG, 2010, p. 307). O autor norte-americano afirma que a Mata Atlântica

> [...] carece da dominância, típica do Velho Mundo, de uma ou algumas poucas famílias contribuírem para um número muito grande de indivíduos ou monopolizarem espaço no dossel. Na Mata Atlântica, afora as coníferas do sul, as árvores do dossel não são encontradas em arvoredos puros. Em vez disso, as árvores de cada espécie se dispersaram; cada hectare não conta com mais de umas poucas dúzias de espécimes maduros, e um certo número de outras espécies é representado por exemplares únicos [...] Ao nível do chão, são poucas as pistas para a identificação das árvores do dossel [...] Mesmo para os moradores da floresta é difícil decidir sobre a identidade de determinada árvore (..) Desta forma, a floresta multiforme apresenta a seus curiosos hóspedes humanos intermináveis enigmas e confusões.

Relativamente misteriosas aos olhos das populações brasileiras, as espécies de árvores que configuravam um lote rural tendiam a ser um grande obstáculo aos colonos teuto-brasileiros. A qualidade da madeira, a resistência e os métodos de corte e derrube eram dificultados pela confusão da biodiversidade e de sua identificação no momento do arroteamento. O desmatamento da floresta não era uma guerra com um prévio vencedor declarado. Conhecimentos para o relacionamento com a floresta foram necessários para a consecução dos objetivos públicos das comunidades. Os imigrantes e seus descendentes tinham de aprender a manejar este novo mundo natural (KLUG, 2010, p. 308).

A metodologia de desmatamento dos imigrantes alemães seguia as práticas indígenas e caboclas, ainda que suas conseqüências apresentassem resultados diferentes (ZARTH, 2012, p. 71). Após o desmatamento, Robert Avé-Lallemant (1980, p. 175) descreveu parcialmente horrorizado os cenários de devastação que presenciou. Notou a utilização do fogo após o processo de derrubada da mata, técnica nativa conhecida como coivara[43], metodologia de preparação da terra

[43] "A técnica era extremamente simples: perto do fim da estação seca, a macega de uma faixa de floresta (...) era cortada e deixava secar (...) [e] retirava-se um anel da casca dos troncos das árvores maiores. Então, pouco antes da chegada das chuvas, a área era queimada, fazendo com que enorme quantidade de nutrientes na biomassa da floresta caísse sobre a terra na forma de cinzas. Algumas das árvores maiores que houvessem resistido ao incêndio permaneciam, chamuscadas mas em pé. As chuvas drenavam os nutrientes para o interior do solo, neutralizando-o e ao mesmo tempo fertilizando-o. Procedia-se então ao plantio
(...)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

empregada pelos imigrantes alemães de acordo com a influência e tradição da agricultura brasileira praticada pelos povos indígenas e comunidades caboclas. E assim o médico de Lübeck descreveu a paisagem de coivara teuto-brasileira

> [...] no meio do quadro das frescas e verdejantes culturas, tudo é brutal e cruel destruição. Em toda parte troncos de árvores meio carbonizados e cinzentos – restos do voraz incêndio da mata na floresta semitostada! Só depois de muitos anos apresenta um desses estabelecimentos coloniais um quadro de paz tranqüila, de repouso ordenado, de amenidade exterior. [...] haviam abatido uma fogueira em Rio Pardinho para consumir as árvores abatidas na floresta. Bela madeira! O fogo chamejava alto. O calor erguia violentamente as labaredas e, com elas, grandes fragmentos ardentes que voavam com o vento para a mata e lá se apagavam, crepitando. O que aqui a civilização fazia era uma fantástica e lamentável obra de incendiário.

A aparente irracionalidade do desperdício da madeira revelava outra racionalidade: a prioridade de se amenizar os problemas emergenciais de ordem pública. O descarte da madeira significou para os colonos a perda de um colossal ativo econômico – fato que não escapou à percepção dos próprios colonos e tampouco dos viajantes -, pelo menos num primeiro momento em que ela não podia ser introduzida aos mercados consumidores (CORREA; BUBLITZ, 2006, p. 55; KLUG, 2010, p. 307). A madeira do desmatamento inicial atendeu a outros fins[44] que não comerciais. Ela era em sua grande parte um empecilho aos esforços de supressão do estado emergencial das comunidades em deslocamento. O cálculo econômico (sempre num primeiro momento) teria cedido espaço para as atividades e práticas que visavam a diluição dos riscos sociais compartilhados em maior ou menor escala pelos colonos.

Após duas ou três temporadas (...) permitia-se que a faixa voltasse a ser mato" (DEAN, 1996, p. 44-45). O historiador norte americano definiu a coivara a partir de sua operacionalização pelos povos indígenas do Brasil, ou melhor, através dos primeiros agricultores da floresta. O sistema tem alterações com a colonização de europeus no século XIX , haja vista que o colono não poderia praticar a itinerância que caracterizava a coivara nativa e cabocla, pois estava sob a égide de um sistema privado de terras. A título de imaginação, se poderia conjeturar se a adoção de um modelo comunal de posse da terra não teria sido mais eficiente e sustentável para a colonização do sul do Brasil. Além disso – e isto vale especialmente para os alemães -, certas populações européias estavam habituadas a proceder desta maneira no manejo de recursos naturais. Mas disso dependeria, em hipótese, a criação de instituições específicas para o controle das florestas e das terras.

[44] Material de construção, lenha, móveis, ferramentas, etc.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

E a coivara também precisou ser aprendida através dos conhecimentos dos nacionais (ALVIM, 1998, p. 272). Neste sentido, Josef Umann (1997, p. 57) relata suas dificuldades e as de outros colonos para o controle da operação de coivara:

> Também esta [a próxima safra] saiu muito mal, pois não houve dia mais propício para a coivara, por causa das chuvas contínuas que caíram após o desmatamento [...] Também nós quatro vizinhos havíamos desmatado nossas roças, e não pudemos aguardar tempo favorável à coivara. Colocamos fogo cedo demais, pelo que trechos do roçado queimaram mal ou nem pegaram fogo. Eu particularmente tive grande prejuízo, em tempo e colheita.

Umann comunica uma grande dificuldade por parte dos colonos na compreensão do ciclo natural do clima e dos processos de desmatamento da floresta. Chama a atenção para o problema do fogo e a sua adequação ao melhor clima. Dean (1996, p. 45) argumenta que a coivara era eficiente no sentido de poupar as energias humanas, mas estava longe de ser um processo simplório, pois

> A queimada em si era uma tarefa perigosa e problemática. Perceber seu momento oportuno exigia um sexto sentido, para que não fosse feita com muita ou pouca antecedência em relação às chuvas. Não podia ser intensa demais para não queimar a camada rasa e fértil do lixo florestal e seus organismos [...] sem dúvida, [no processo de coivara] havia episódios de queima que escapavam ao controle, como poderia ter ocasionalmente ocorrido em anos de seca

O desconhecimento de operacionalização da coivara poderia desgraçar e retardar o desenvolvimento das necessidades básicas das famílias em instalação. Umann se queixou de seu prejuízo em “tempo e colheita”, sendo o primeiro uma dimensão fundamental para indivíduos deslocados e ávidos de algum nível de segurança. O próprio descontrole do fogo também poderia causar grandes danos ao prazo colonial, pois poderia atingir as modestas instalações pioneiras e as choupanas e alojamentos que abrigavam os colonos (ALVIM, 1998, p. 272).

Desta forma postos os desafios da floresta, Schauren (2011, p. 209), ao relembrar seus tempos de juventude no oeste de Santa Catarina durante a década de 1950, afirma sobre sua experiência como desbravador:

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> Era uma tarefa difícil, pois a mata era muita fechada. O trabalho era feito com foice, machado e uma serra grande, de aproximadamente dois metros de comprimento, puxada a dois [...] Lembro que algumas dessas madeiras, como a guajuvira e o alecrim, têm um cerne muito duro e resistente. Parece ferro. Aliás, o cerne do alecrim, mesmo depois de seco, tem peso quase equivalente ao do ferro.

A resistência mecânica da madeira e sua densidade, dependendo da felicidade/infelicidade do colono também o atrasava como desbravador, conforme argumenta Schuaren.

Mas os riscos das florestas também podiam ser expressos pela exposição direta dos indivíduos nestes ambientes. Assim, o trabalho do desmatamento em si, independente das suas conseqüências nos aspectos da segurança alimentar, da saúde das pessoas e da formação de uma nova vida comunitária, era um vetor de extrema periculosidade aos trabalhadores das matas.

Nodari (2012, p. 44) num questionário sobre a destruição da mata branca[45] no estado de Santa Catarina aplicou questionários aos primeiros colonos e seus descendentes perguntando: “Quais as dificuldades encontradas no início da colonização? A derrubada do mato e a falta de estradas aparecem como as principais respostas”. A autora destaca que o desmatamento foi feito de forma manual e sem concurso de máquinas ou tecnologias mais elaboradas.

Por conseguinte, a exposição dos trabalhadores no ambiente florestal produzia um número considerável de acidentes (KLUG, 2010, p. 310). O perfil do acidentado na floresta, quando do período do desmatamento, era o homem em pleno gozo de suas capacidades laborais. Os acidentes devastavam as famílias, pois além da dor da perda de um ente querido, eles significavam um fundamental decréscimo de energia e trabalho humano.

Desta feita, Bersch et al (2006, p. 203) relata o drama de Johann Brod, morador de Arroio do Meio, que teve a vida ceifada em 1911 pelos trabalhos de arroteamento. Ainda que relativamente experiente nas lides do desbravamento, Johann Brod sucumbiu a um acidente que, infelizmente, não era raro nas

[45] Distinção usual dos colonos teuto-brasileiro entre a floresta estacional decidual (mata branca) e a floresta ombrófila mista (mata preta) (NODARI, 2012, p.35). A mata preta é formada pela floresta de pinheiros e pode estar associada à concepção alemã de *schwarzwald*, caracterizada igualmente pela presença de coníferas.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

comunidades em deslocamento: o esmagamento e morte por quedas de troncos e galhos de árvores. Por mais trivial que possa parecer, este acidente laboral privou de vida muitos colonos incautos e também peritos. A segurança no ambiente das matas quando de seu arroteamento dependia dos conhecimentos dos trabalhadores sobre as espécies que estavam derrubando. Diferentes estratégias eram utilizadas para a derrubada específica das árvores. E assim ocorreu o acidente, narrado por Eugen Brod:

> O Hannes e o Kreitzpath, que por essa época morava com o tio, foram derrubar uma árvore. Otto acompanhou-os. Derrubei muito mato e sei: para tombar uma árvore, abre-se com o machado, um entalhe profundo do lado para onde ela deve cair. Depois, com a serra, corta-se o tronco do outro lado, um pouco acima, para que, ao quebrar, ele se incline na direção desejada. Eles erraram ao entalhar o tronco apenas superficialmente. Era um angico bem copado e coberto de enorme cipoal. Quando a serra alcançou o meio do tronco, em vez de este quebrar na altura do entalhe e tombar na direção imaginada, inclinou-se para o outro lado, preso aos cipós, e abriu-se e rachou de baixo para cima. Com o peso da copada, quebrou e projetou-se de ponta para baixo, para o lado em que estavam os tios. Tio Peter e Otto conseguiram esquivar-se mas o Hannes tropeçou e foi colhido pelo tronco na altura da bacia. Foi esmagado e quase enterrado no chão [...] a bacia e a perna estavam esmigalhadas.

Schauren (2011, p. 211) dá outro exemplo da perigosa exposição dos trabalhadores dos desbravamentos. Em suas memórias rememora a ocasião em que seu pai por pouco não foi vitimado pelos perigos do corte da floresta:

> Foi durante a tarefa de derrubar mato que aconteceu um incidente com o meu pai. O pai e meus irmãos Roque e Adélio foram de manhã cedinho derrubar mato [...] mais tarde, pelas 9 horas, minha mãe levava café. Após tomarem o café, meus irmãos retomaram o trabalho, enquanto meu pai, com vontade de fumar, resolveu fabricar um “palheiro” [...] Meu pai sentou sobre o tronco de uma árvore que estava derrubada sobre outro tronco de árvore já caída. Assim, esta árvore ficou com a parte da copa levantada. Estava ele entretido, picando o fumo para seu palheiro, quando meu irmão Roque derrubou uma enorme árvore que, ao tombar, caiu sobre a copa levantada da árvore na qual o pai estava sentado. Quando deu o estouro, meu pai foi catapultado como um foguete a vários metros de altura e acabou caindo no meio de copa de uma outra árvore derrubada.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Ainda como lembrança dos bravios primeiros tempos, Umann (1997, p. 62) rememora a vitória sobre a fronteira verde baseado nos aprendizados que foram necessários para o controle da floresta. Porém destaca novamente as dificuldades encontradas explicando razões que contribuíram para os primeiros fracassos.

> A mata virgem aos poucos se tornou mais rala. Pastagens (potreiros) foram demarcadas; construíram-se as primeiras moradias de madeira, com tábuas falquejadas pelos próprios colonos. A população jovem já podia se divertir dançando sobre chão de tábuas, em vez de pisotear, como até então, a mãe terra com os pés descalços. Tudo isto tinha de ser aprendido, e nos custou, no início, muito tempo de aprendizado, a nós operários de fábricas que desconhecíamos a arte de serrar tábuas, fazer cercas, lascar ripas de madeira para telhado, construir choupanas e galpões e muitas outras atividades, na maioria pesadas e fatigantes. Poucos de nós haviam trabalhado na agricultura na velha pátria, e mesmo para estes as atividades aqui no mato aprestaram-se de maneira totalmente nova, de sorte que muitas vezes precisavam dispor de tanto ou mais aprendizado que os outros, pois empregavam aqui mesmos métodos usados na pátria, o que lhes dava prejuízo e fazia perder tempo precioso.

Umann destaca a incompatibilidade dos conhecimentos agrícolas daqueles colonos de origem rural quando expostos às novas realidades do ambiente receptor. Deveriam eles aprender mais do que aqueles que nunca tinham trabalhado nas lides agrícolas, pois os processos e métodos agrícolas não ocorriam da mesma forma (CHRISTILLINO, 2010, p. 144). O tempo precioso que fala Umann é o tempo da viabilidade da sobrevivência familiar, do risco da doença e da desnutrição, da morte que espreitava os colonos quando suas primeiras culturas fracassavam.

Conrad (2002, p. 13) aproxima as discussões levantadas até aqui da realidade histórica de Picada Felipe Essig. Ao perguntar sobre os principais problemas enfrentados pelos pioneiros da localidade, os moradores responderam que o “desmatamento das florestas nativas, uso da queimada, pesca predatória no rio, perseguição de animais silvestres e a expulsão dos índios” foram os primordiais problemas da comunidade em formação.

Comunidades de risco em maior ou menor grau variaram na história dos assentamentos alemães no Rio Grande do Sul e em outros estados. Picada Felipe Essig parece não ter sido um exemplo de risco extremo, pois boa parte de seus moradores já eram experientes – ou pelo menos mais familiarizados - atores nas

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

matas gaúchas. Mas não se pode descurar que ainda por volta da metade do século XX[46], principalmente em Santa Catarina e no Paraná, desmatar e criar uma nova comunidade era uma tarefa de grandes proporções e desafios (HOFFMANN, 2009, p. 4092; SCHAUREN, 2011, p. 211).

4.3.2 Segurança alimentar: a fome ronda os colonos em instalação

Os aspectos da segurança alimentar eram um ponto fulcral da colonização em sua fase de deslocamento e instalação. Umann (1997, p. 57) reclamou da pobre condição de sua família, que ficou sem provisões e teve de recorrer aos vizinhos para sanar a fome. Conrad (2002, p. 15) argumenta a importância da agricultura na primeira fase do assentamento, caracterizando-a como um sistema produtivo ordenado "baseado na segurança alimentar da família e no domínio de todo o processo produtivo".

Todavia, o aprendizado de novas culturas agrícolas se fez necessário. Em Picada Felipe Essig este não parece ter sido um problema maior, embora pudesse afligir os colonos inexperientes. Conrad (2002, p. 16) enumera os principais produtos agrícolas da comunidade, havendo a preponderância das culturas associadas à tradição agrícola do Brasil como a mandioca, milho, abóbora, cana-de-açúcar, feijão, porongo, amendoim.

Um ponto ainda não suficientemente trabalhado pelos historiadores da imigração alemã diz respeito ao aprendizado de novas culturas agrícolas (KLUG, 2010, p. 301). Os produtos de ponta da colonização alemã eram, em grande parte, decorrentes da agricultura nacional. O domínio de culturas agrícolas não era algo que acontecia repentinamente, exigindo dos aprendizes tentativas que, freqüentemente, resultavam em erros e fracassos. "Não dominar os padrões nativos significava, muitas vezes, quase morrer de fome" (ALVIM, 1998, p. 273).

[46] Tempo em que a colonização era quase *totalmente* dirigida por empresas colonizadoras. Além disso, a entrada de novas ferramentas de trabalho (motosserra) e transporte (caminhões e tratores) facilitou o processo de desmatamento, aumentando o poder dos colonos sobre o ambiente encontrado (NODARI, 2012, p. 39).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Fracassar no domínio das novas culturas agrícolas significava retardar o processo de instalação e aumentar o sofrimento da comunidade familiar. Nos primeiros tempos da instalação nas colônias, por mais que os colonos fossem assistidos pelos empresários colonizadores, aqueles tinham obrigações financeiras para com estes. Não se tratava de uma assistência gratuita. O pagamento ao empresário colonizador sobre as terras girava num prazo máximo de cinco anos acrescido de juros. O aprendizado agrícola deveria ser rápido, pois a paciência do empreendedor em prover assistência poderia evaporar quando percebesse freqüentes insucessos dos colonos. Para realçar o drama, Umann (1997, p. 62), em trecho já citado, apontava as diferenças entre os métodos e culturas agrícolas existentes entre o Brasil e a Europa. Em conseqüência disso, sua família, por exemplo, teve de recorrer aos vizinhos para escapar da fome, não recebendo qualquer ajuda da relação entre o colono e o empresário fundiário.

Em Picada Felipe Essig, em razão de a colonização ter sido realizada por pequenos investidores – muitas vezes um empreendimento familiar ou algum colono mais próspero[47] - esse tipo de assistência deve ter sido reduzido em virtude da pequena dimensão econômica dos negociantes de terra. De qualquer forma, o oferecimento de alguma vantagem era condição *sine qua non* para o sucesso de qualquer investidor de colônias.

Cunha (1991, p. 134), afirma que as primeiras plantações dos colonos giravam em torno de culturas pertencentes ao seu cabedal agronômico. Batata-inglesa, aveia, centeio, ervilha e trigo eram os produtos mais comuns em um primeiro momento. Na segunda plantação já predominavam os produtos da tradição agrícola brasileira.

O controle das culturas nacionais era, em suma, um grande passo em direção à viabilidade das comunidades teuto-brasileiras. Ahlert e Gedoz (2001, p. 79) argumentam que as primeiras colheitas realizadas por colonos no Vale do Taquari serviam principalmente à subsistência da família. Nos primeiros dias de uma nova colonização o imigrante lutava contra a fome, pois freqüentemente cultivava espécies exóticas (de origem européia) que se tornavam presa fácil de organismos

[47] A família Fuchs é um exemplo disso (FUCHS, 2002, 242).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

predadores que não partilharam da mesma co-evolução (Bublitz; Correa, 2006, p. 58).

De tal forma, Klug (2010, p. 309) adverte que a segurança alimentar, para além do domínio de técnicas agrícolas específicas ao ambiente receptor, estava atrelada à qualidade do solo ocupado pelo colono. E conhecer o solo também dependia de experiência e aprendizado. Assim,

> O imigrante deveria observar alguns aspectos importantes, alguns “sinais da natureza”, tais como: quanto mais altas e grossas as árvores e quanto maior a quantidade destas árvores por hectare, melhor seria a qualidade do solo. O recém-chegado deveria observar também que, quanto maior a variedade de plantas epífitas (bromélias, orquídeas), musgos e liquens, tanto melhor seria a qualidade do solo, portanto, importantes sinais naturais que deveriam ser observados na compra da terra.

A caça e a pesca apareciam como alternativas aos momentos de maiores dificuldades alimentares. Muitas vezes ela tomava a dianteira no processo de segurança alimentar, principalmente nos tempos de abertura de uma picada. Contudo, o sucesso da caça e da pesca dependiam também de conhecimentos sobre os hábitos dos animais e peixes. Era preciso mais uma vez aprender com os nacionais (KLUG, 2010, p. 311)

4.3.3 A moradia: precariedades iniciais e exposição aos perigos do céu e da mata

O problema da moradia se constituiu igualmente num fator de desestabilidade para as comunidades teuto-brasileiras. A moradia consiste em uma estratégia de defesa humana. A diversidade de tipos de assentamentos demonstra – em maior ou menor grau - adaptações às variedades de contextos ambientais encontrados pelo homem. Weimer afirma que o impulso arquitetônico dos imigrantes, efetivou-se "num meio adverso e desconhecido, que se centra num mesmo e exemplar pragmatismo adaptativo" (p. 116).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

No aspecto moradia encontram-se conjugados os padrões de assentamento das diferentes tradições germânicas com a própria casa e demais instalações do prazo colonial.

Destarte, condicionados até certo ponto pelas medidas dos agrimensores que dividiram em lotes as propriedades, os alemães tiveram de reinventar seu relacionamento com os lugares da moradia, do local do trabalho, da sociabilidade e, o mais importante, da própria comunidade. Desta forma, na realidade teuto-gaúcha, rompia-se a secular organização do sistema de aldeias vigente na Alemanha de origem – o *Haufendorf* (aldeia – monte ou ponto) da região do Hunsrück, o *Strassendorf* (aldeia-rua) da região vestfaliana e o *Rundling* (arrendondado) pomerano (WEIMER, 1983, p. 97).

Divididos em lotes privados, os colonos teuto-brasileiros tiveram de se apartar da sensação de proximidade que animava as aldeias européias. Com casas contíguas, as aldeias européias tinham como objetivo a proteção de um grupo de pessoas e o controle sobre a área de *commons*. No Brasil e em Picada Felipe Essig este padrão mudou em razão do sistema jurídico privado. Neste sentido, em muitos relatos acerca da colonização, a temática da solidão aparece de forma recorrente e é uma das mais permanentes imagens do processo de formação das comunidades alemãs no Brasil (TRAMONTINI, 2003, p. 140). A obra *Tempora Mutantur* (1889) de Pedro Weingärtner parece expressar esta sensação.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

FIGURA 18– *Tempora Mutantur*, de Pedro Weingärtner (1853-1929)

Fonte: Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS). Disponível em <http://www.margs.rs.gov.br/ndpa_sele_tempora.php>. Acesso em: 24 jun. 2013.

A configuração espacial da picada estava de alguma forma fora do controle de decisão dos colonos. As picadas eram investimentos privados ou estatais que não admitiam em sua formulação a participação daqueles que as ocupariam. Freqüentemente, áreas de instalação de aparelhos sociais e/ou econômicos já estavam traçadas nos desenhos dos agrimensores e dos investidores, cabendo pouco espaço para uma reconfiguração paisagística destes territórios nos moldes da cultura européia.

O sistema privatista em que se baseava a colonização do século XIX convidava ao isolamento dos colonos e ao embotamento de uma vida comunitária mais intensa. Este também era um desafio de ordem pública que exigiu respostas dos grupos em deslocamento.

Mas o risco da moradia no ambiente das matas, na dimensão da casa do colono, também era considerável. A precariedade da instalação do colono e de sua família abria oportunidades para uma série de questões envolvendo salubridade. Em primeiro lugar, como e onde construir eram perguntas passíveis de serem feitas.

Cunha (1991, p. 133) descreve as formas iniciais de moradia. Logo, a habitação inicial

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> "Lehmhütte", literalmente "rancho de barro"[48], [era] substituída na primeira oportunidade, geralmente depois de lançadas as primeiras sementes sobre o solo recém desbravado, por uma habitação maior e mais sólida, com telhado de tabuinhas (madeira lascada) e paredes sustentadas por caibros de madeiras cujos vãos são preenchidos por ripas trançadas cobertas de barro, chamadas pelos colonos de "Lehmhaus", "casa de barro".

A ignorância das propriedades de construção das madeiras disponíveis na natureza rio-grandense e, principalmente, no caso dos colonos inexperientes ou mesmo advindos diretamente da Alemanha, dos ciclos climáticos dificultava o processo de construção das moradias e instalações. Neste momento, valiosos foram os intercâmbios de conhecimentos entre as populações imigrantes/migrantes com os povos nacionais, que lhes ensinaram algumas técnicas de construção com os materiais disponíveis (ALVIM, 1998, p. 275). Não obstante, a baixa qualidade das moradias pioneiras expunha os indivíduos ao calor, frio, umidade, etc. Isto causava, freqüentemente, enfermidades nos colonos em instalação.

Em verdade, as características arquitetônicas que marcam a arquitetura colonial alemã no sul do Brasil só puderam ser realizadas, geralmente, após duas gerações de habitações, conforme advertiu Cunha. "Nenhum colono recém-chegado podia se dedicar a erguer sua moradia pautado por modelos do país de origem". Desta feita, "estabelecidos no meio da floresta, a primeira providência dos imigrantes era levantar o mais rápido possível um barraco que abrigasse os seus" (ALVIM, 1998, p. 249).

As choupanas ou barracões de precária qualidade não tinham condições de proteger os colonos contra a fauna local (CORREA; BUBLITZ, 2006, p. 74). Bublitz (2008, p. 327) afirma, por exemplo, que

> [...] em uma carta datada de 27 de novembro de 1850, o sub-diretor da colônia alemã de Santa Cruz, Evaristo Alves D'Oliveira, escrevia sobre um desses perigos ao presidente provincial, José Antônio Pimenta Bueno. Oliveira (1850) registrava que "tigres incomodarão nas habitações, matando os cães, que se achavão presos em correntes" e que, diante do pavor experimentado pelos colonos, procurou "evitar que eles deixassem suas famílias expostas às feras"

[48] Normalmente tratava-se de uma choupana coberta por folhas de gerivá (CUNHA, 1991, p. 133)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Avé-Lallemant (1980, p. 188) lembrou em suas viagens da história de um homem que teve um desagradável encontro noturno: “à noite despertou um velho seleiro com forte pressão na cabeça: era a pata de uma onça!”. Não só grandes animais incomodavam os colonos, mas insetos como pernilongos, carrapatos, a taturana, barbeiros, aranhas, entre outros, tinham acesso às primeiras e débeis habitações dos colonos. Répteis como as cobras faziam parte dos pesadelos dos colonos em instalação.

Durante a noite, a moradia das famílias de colonos não era exatamente um refúgio seguro. Dean (1996, p. 29) afirma que a espécie humana nas florestas que perfazem o bioma da Mata Atlântica é totalmente indefesa sem a presença de “mosquiteiros, redes e fogueiras”. O uso do fogo nas proximidades da moradia era uma necessidade básica, haja vista que espantava animais de maiores porte e os mosquitos – além da utilização para a alimentação e aquecimento. Mas com isso, incêndios podiam ser provocados.

Mudanças de padrões de assentamento, de técnicas e materiais construtivos apresentaram-se novamente como um duro processo de aprendizado para os colonos alemães no sul do Brasil. A distância entre as habitações e a falta de segurança oferecida pelas moradias construídas em caráter de urgência cobravam seu preço da saúde tanto física como emocional destes trabalhadores e trabalhadoras das matas (ALVIM, 1998, p. 245).

4.3.4 Riscos ligados à saúde: doenças, ferimentos e mortalidade

Associados aos demais riscos que sobrevinham da situação de desmatamento dos lotes, os problemas de saúde grassavam nas comunidades em deslocamento. Problemas específicos das condições de combate à fronteira verde eram comuns, mas é forçoso lembrar que a grande maioria da sociedade brasileira encontrava-se igualmente despojada de serviços médicos ditos profissionais, seja pelos preços cobrados pelas consultas e intervenções, seja pela diminuta quantidade de médicos existentes no país no período estudado (ALVIM, 1998, p. 268).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Falar de assistência à saúde é impossível no período em que esta pesquisa se propôs a abordar. Somente por volta de década de 1930 que a região do Vale do Taquari conheceu com mais intensidade a profissionalização e difusão dos serviços médicos profissionalizados (RELLY; MACHADO; SCHNEIDER, 2008, p. 124).

Entre 1875 e 1920, certamente, em Picada Felipe Essig, predominaram as práticas de curandeirismo e magia que muitos carregavam de seu patrimônio cultural europeu. Fundidos com os conhecimentos nativos, que tiveram de ser conquistados, esta foi a forma mais difusa de controle dos riscos associados à saúde pública daqueles que desbravavam as matas e que criaram a comunidade (ALVIM, 1998, p. 266)

Gheno e Machado (2012) num artigo sobre *causa mortis* e taxa de mortalidade em Marques de Souza/RS afirmam que, entre 1916 e 1930, foram identificados cinco médicos que atestaram óbitos na localidade. Não havia hospital em Marques de Souza, contudo existiam algumas clínicas de atendimento.

De toda a forma, os resultados da pesquisa mostram que neste período, do total de óbitos contabilizados, 77,36% não receberam nenhum tipo de assistência médica. E do total de mortes, 84,98% aconteceram no domicílio. Estes dados confirmam a hipótese de que mesmo em um período mais avançado, quando a fronteira verde já havia sido conquistada pelo colonizador teuto, as pessoas estavam expostas às enfermidades sem qualquer tipo de socorro especializado (GHENO; MACHADO, 2012). As mortes que ocorreram no domicílio dizem muito pouco sobre suas possíveis causas. Os dados de Marques de Souza se estendem para Travesseiro, pois estas comunidades possuem uma história conjunta, haja vista que somente o rio Forqueta as divide.

Podemos esperar um quadro pior nos primeiros decênios de colonização. No estudo que baseia estas considerações, Gheno e Machado (2012) afirmam que no mesmo período supracitado, a *causa mortis* era liderada pelas mortes naturais (70,66%). As mortes naturais são um mistério a ser desvendado por mais pesquisas, porquanto elas estão embutidas nos números das pessoas que não tiveram assistência médica. As autópsias eram difíceis de ser realizadas e impediram o maior esclarecimento dos dados.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Segundo Wenczenovicz (2007, p.150),

> [...] as doenças que preocupavam os governos do Rio Grande do Sul, a partir de 1895, foram praticamente as mesmas até 1928, havendo, quase todos os anos, casos de difteria, peste bubônica, febre tifóide, varíola, sífilis e tuberculose

Estas doenças figuraram nos registros colhidos por Gheno e Machado (2012) em Marques de Souza. Mas daquelas doenças ou problemas de saúde que foram relacionados, Gheno e Machado (2012) explicam que identificaram

> [...] uma grande quantidade de óbitos registrados como sendo a causa mortis "natural" (70,66%). No entanto, observou-se que todos os óbitos em que a causa de morte é natural, a ocorrência deu-se sem assistência médica. Os óbitos registrados sem assistência médica tiveram como causa mortis declarada, além da natural, somente mortes violentas, como suicídio – asfixia por enforcamento (0,46%) e afogamento – asfixia por submersão (1,84%). Parte das mortes declaradas refere-se a doenças infecto-contagiosas, como: sarampo (0,23%), disenteria (0,23%), difteria (0,92%), febre tifóide (0,23%), tifo (0,23%) e pneumonia (0,69%). Patologias do sistema nervoso, como: apoplexia (0,69%), meningite (0,46%) e encefalite letárgica (0,23%). Distúrbios gastrointestinais, como: litíase biliar (0,23%), peritonite (0,46%) e gastroenterite (0,92%).

Salta aos olhos do pesquisador o elevado número de mortalidade infantil, fato que pode ser facilmente visualizado nos cemitérios de Picada Felipe Essig e contrastado com os dias correntes. Tanto natimortos como pequenas crianças contam um elevado número de indivíduos. Nos registros de óbito, os natimortos contam (3,92%) das mortes constatadas (GHENO; MACHADO, 2012).

Nas taxas de mortalidade, a esmagadora maioria de 57,20 % recai sobre indivíduos entre 0 a 10 anos. Em termos de saúde pública, o maior problema que aquelas comunidades (Picada Felipe Essig, Marques de Souza e arredores) enfrentavam, a partir pelo menos de 1916, era a morte de crianças e bebês. Mas os números provavelmente eram piores nas décadas de 1870, 1880 e 1890.

O segundo pico de mortalidade quando existe a relação por faixa etária se refere ao intervalo 20 a 30 anos. Com 7,15% do total de mortes, este é o período em

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

que aqueles homens e mulheres se encontravam em pleno vigor de suas capacidades laborais. Misteriosamente, com exceção das queimaduras (que contavam 0,23% do total de mortes contabilizadas) não há menção à morte de acidentados. Obviamente que as condições de trabalho em 1916 em diante eram muito mais confortáveis do que em 1875 a 1890, por exemplo. Mas existe na contabilidade feita pelos autores classificações como “sem causa definida” (6,95% do total de óbitos) e “causa não especificada” (3,92% do total de óbitos) que podem, talvez, esconder problemas dessa natureza.

O terceiro maior número em termos de taxa de mortalidade é a faixa entre 60 e 70 anos (6,00%). Mas indivíduos entre 10 e 20 anos apresentavam ainda na década de 1920 o quarto maior número de mortes (5,77%). Importante frisar que estas pessoas provavelmente não conviveram com os trabalhos mais duros do desmatamento, mas já formavam a força de trabalho (GHENO; MACHADO, 2012).

Os riscos para a saúde humana na adaptação e ocupação de novos lotes na floresta subtropical eram consideráveis, ainda que alguns colonos fossem experientes. Assim, “pouco restava aos colonos, quando doentes, além das benzeduras, curandeiros e orações, as únicas coisas a que se podiam apegar” (ALVIM, 1998, p. 267). Muitos problemas de saúde pública não puderam ser resolvidos antes que a medicina profissionalizada fosse a forma preponderante de assistência. Mas o avanço do colono sobre a mata, o controle das culturas agrícolas nativas (voltadas primeiramente para a subsistência), e a melhoria das condições de moradia puderam melhorar significativamente os parâmetros de saúde no decorrer do estabelecimento da picada.

4.3.5 Riscos comunitários e a fase de instalação

Ao se enfatizar toda a sorte de dificuldades que costumava acompanhar o ofício de uma comunidade teuto-brasileira em formação, não existe a pretensão de se reforçar ou recriar a mística dos heróis civilizadores. Tampouco compor um discurso apologético das populações teuto-brasileiras que tradicionalmente vigoraram (vigoram?) na literatura e na mente de muitas pessoas. Levando em

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

consideração a argumentação da história agrária (CHRISTILLINO, 2010; ECKERT, 2011; ZARTH, 2012) e as novas perspectivas abertas pelas interpretações de Tramontini (2003), Witt (2008), Vogt (2006, p. 128) esclarece que

> [...] pesquisas recentes, surgidas principalmente no âmbito dos programas de pós-graduação em História existentes no RS, têm questionado uma séria de interpretações encontradas em escritos de historiadores profissionais e diletantes que tratam da colonização. Muitos desses escritos são efetivamente laudatórios e apologéticos e corroboraram na consolidação de algumas interpretações que se tornaram quase axiomáticas. O questionamento do mito do 'pioneiro' e do mito da ideologia da superioridade da capacidade de trabalho dos colonos europeus em relação aos lavradores nacionais são dois bons exemplos dessa revisão historiográfica ocorrida. Não desconhecendo essas críticas e considerando mesmo procedentes [...] julgou-se necessário enfatizar as dificuldades iniciais com as quais se defrontaram os colonos nos núcleos coloniais. Embora haja o uso ideológico dessa questão não se pode desconsiderar e minimizar os efeitos provocados pela passagem de um sistema de relações sociais para outro, ou seja, a mudança de uma aldeia ou mesmo de um pequeno centro industrial da Alemanha para o meio da floresta subtropical brasileira. Nessa passagem de um sistema de valores para outro completamente desconhecido, os indivíduos normalmente se desestabilizam psicológica e socialmente. E as reações, que nesse caso podem ser as mais diversas, devem ser levadas em consideração.

Objetiva-se, destarte, chamar a atenção de maneira mais pormenorizada de processos que, freqüentemente, são encarados de uma maneira automática e simplificada. Desmatar, incendiar, plantar, roçar, construir, naqueles tempos de deslocamento não eram tarefas óbvias. Longe disso. O colono teuto-brasileiro - alemão de nascimento ou nascido aqui - sempre teve de aprender (KLUG, 2010, p. 304). O encaminhar do processo histórico da imigração alemã no sul do Brasil assistiu, contudo, uma adaptação destes grupos aos ambientes por ele ocupados. E a velocidade do processo chamou a atenção e surpreendeu as autoridades já nos primeiros anos de São Leopoldo (TRAMONTINI, 2003, p. 107).

Um verdadeiro enxame de abelhas – a *enxamagem* de Jean Roche (1969, p. 378) - varreu o Rio Grande do Sul e demais estados do sul do Brasil onde a pequena propriedade do imigrante se estabeleceu. A agilidade com que as colônias novas se tornavam velhas criou a impressão de que plantar mandioca, derrubar mato, cultivar feijão, conhecer propriedades de múltiplas árvores e plantas pudesse

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

ser feita sem maiores traumas e fracassos (o imigrante/migrante não é sempre um vencedor?).

Desmatar, por exemplo, não exige só força física e disposição. E desmatar *velozmente* menos ainda. Cálculo, planejamento, conhecimento e um específico arranjo social surgiram para enfrentar um problema, que, na maioria das vezes, não pertencia a uma só família. E além de desmatar foi necessário construir uma sólida casa, garantir comida, pagar a conta do prazo colonial, se defender dos perigos da mata e da sociedade, rezar, etc. De acordo com a expressão popular, tudo isso “não caiu do céu”.

Mas havia mais um risco para o imigrante embrenhado nas matas: a sua descaracterização enquanto ser social. As necessidades e riscos do tempo pioneiro fizeram com que Jean Roche (1969) pensasse, num primeiro momento, numa deterioração cultural dos imigrantes. Esta teria sido a primeira resposta aos desafios do ambiente receptor.

Atomizados em seus lotes, os colonos teriam corrido sérios riscos de embotar totalmente seu cabedal comunitário, artístico e educacional, pois estavam nas portas de um processo de quase animalização. Desta forma, o processo de americanização dos teutônicos passaria inevitavelmente pelo seu rebaixamento civilizatório. Roche partia do pressuposto da confusão entre civilização e cultura que marcou o pensamento social francês. A civilização estaria associada às grandes realizações humanas como as artes, o refinamento do gosto, etc (SAHLINS, 1997, p. 49). Para Roche, os teuto-brasileiros, num primeiro momento embrutecidos na mata e rodeados de selva, não lhe pareciam agentes promotores de cultura. Estavam perdendo-a na medida em que se americanizavam.

Ainda que vago e impreciso, o raciocínio do geógrafo francês não impede que seja possível imaginar uma perspectiva contrária. Pois as instituições, os valores, as formas de sociabilidade e o modelo econômico do mundo colonial teuto-brasileiro surgem neste exato contexto, num processo híbrido que contempla as imposições sociais e ambientais do ambiente receptor e a criatividade de um grupo social na

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

formulação do seu próprio destino[49]. O processo de europeização do território é uma universidade de aprendizados múltiplos e da formação e atualização de vínculos sociais que vão desembocar na formação da picada teuto-brasileira.

Amstad (1999, p. 301) comenta sobre os aspectos comunitários das comunidades alemãs: “nos primeiros anos, como é óbvio, só foi possível cultivar muito discretamente os interesses do espírito”. Os interesses do espírito dizem respeito ao fato de vida em comunidade e fruição de alguma atividade artístico-cultural. Novamente, os primeiros anos aparecem como sombras negras que pairavam sobre a cabeça dos teuto-brasileiros em frenética labuta.

Para ilustrar a ideia de perda da vida comunitária a que estavam acostumados na Europa, Avé-Lallemant (1980, p. 182) menciona que

> [...] veio bom número de imigrantes, muitos deles perfeitamente aptos para a luta contra a floresta virgem e hoje felizes; por outro lado, muitos eram incapazes e não estavam preparados para o trabalho pesado que benévolos subagentes lhes pintaram como cor-de-rosa. Eu próprio falei com alguns desses iludidos. Sofreram muita nostalgia, sentiram amargo arrependimento e amaldiçoaram os seus agentes de emigração

Klug (2010, p. 307) afirma que a biodiversidade da floresta “era algo que se impunha e muitas vezes imprimia no imigrante um sentimento de derrota”. A impenetrabilidade das matas atuava no sentido de impedir a visualização de uma humanidade viável nas regiões ocupadas pelos teuto-brasileiros. O mesmo autor cita também que o componente “medo” era um forte fator de desestabilização psicológica do colono que habitava e trabalhava nas matas, pois normalmente se encontrava “num raio de algumas milhas” sem perceber um vizinho (KLUG, 2010, p. 309).

Viver sem comunidade era algo impensável para indivíduos que provinham historicamente de um sistema de gestão comum de terras, regulado, em grande parte, por acordos e regulações comunitárias.

[49] Ressalta-se que este destino é marcado pelas relações com a sociedade brasileira (WITT, 2008; TRAMONTINI, 2003).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A fase inicial de abertura de uma picada tinha uma acepção de rompimento com aparelhos sociais tradicionais do grupo em deslocamento. De acordo com Dreher (2008, p. 23), por exemplo, “entre esses imigrantes havia já três séculos a convicção de que a escola é instância importantíssima para o processo educacional”. Igreja e escolas, organizações da sociabilidade, corriam riscos de não existir no ambiente dos arroteamentos. Tais instituições precisaram ser (re)construídas no sul do Brasil e representavam uma forte tensão na vida daquelas pessoas.

A precariedade da formação escolar e do atendimento religioso, que eram por si só conectados, ameaçava a perda de habilidades intelectuais e espirituais fundamentais, tais como a leitura e a identidade cristã. Esta última era considerada de maneira mais aguda em razão do pavor de se viver contra a vontade de Deus. Dreher (2008, p. 38) aponta que “ainda em 1832, o imigrante Franzen escrevia a seu cunhado Rockenbach: ‘tudo estaria bem aqui, não carecêssemos de duas coisas: sacerdotes e escolas alemãs’”.

Segundo Weimer (2004, p. 112) os imigrantes alemães e italianos

> [...] não conseguiram, ou só o conseguiram com grandes dificuldades, reconstruir suas aldeias ancestrais. E isso, por um só e mesmo fator: deixaram na Europa as terras comunais (o que vale especialmente para os alemães) e as trocaram pela propriedade privada do solo. Com isso, cada colono preferiu morar em seu próprio pedaço de chão, e as antigas formas aldeãs foram esquecidas, ou precariamente reconstruídas, na forma de solidariedade entre vizinhos. Porém, a imagem da aldeia ancestral não foi esquecida e de formas diversas tentaram preservá-la. A forma mais eficiente de fazê-lo foi na constituição de uma vizinhança, de uma comunidade religiosa, de um clube esportivo, ou associações de canto

Entendida por Weimer numa dimensão espacial que facilita o trânsito e a interação de pessoas, a formação da vida comunitária no Brasil foi dificultada pelo sistema privado de ocupação territorial.

Logo, os riscos comunitários diziam respeito às incertezas de se recriar uma vida comunitária aceitável nas novas picadas abertas (em todas as suas dimensões, sejam elas educacionais, espaciais, religiosas, etc.). Além disso, a reconstrução da comunidade precisava fazer algum sentido para as tradições culturais dos teuto-

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

brasileiros. Ainda que, freqüentemente, o movimento de migrações internas ou de imigração viesse ancorado em bases familiares ou da própria comunidade aldeã de origem (DA SILVA, 2006, p. 62), a picada poderia ser sempre um local de pessoas estranhas, meramente unidas sob uma experiência comum.

Foi preciso adaptar e criar os elementos que perfaziam uma comunidade viável. E tal como outros riscos a que estavam submetidos as populações germânicas no ambiente das novas picadas, ela teve de ser moldada em bases que conjugavam as novas vivências com as antigas tradições.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

5 CONSTRUINDO A PICADA FELIPE ESSIG: CAPITAL SOCIAL, OBRIGAÇÕES COMUNITÁRIAS E RESPOSTAS AOS RISCOS

Na tentativa de compreensão dos efeitos da imigração alemã ao Brasil, optou-se por destacar os recursos culturais dos teuto-brasileiros ligados às formas de organização social anteriores ao processo de americanização e sua operacionalização no novo contexto. Embebidos numa tradição de vida comunitária e amparados por sólidos laços de capital social, os povos germânicos constituíram uma sociedade nova e original no contexto nacional, a picada teuto-brasileira.

Marcada por aspectos de autonomia, cooperação e desenvolvimento social, esta interpretação da picada teuto-brasileira não tem por objetivo a recriação ou defesa da mitologia do colono produtor de civilização[50]. Tampouco levantar a bandeira do isolamento geográfico e das comunidades idílicas que, em tese, estariam salvas das nefastas relações de poder que corroem as sociedades humanas (OLIVEIRA, 2008; WITT, 2008; TRAMONTINI, 2003).

No entanto, ao mesmo tempo, o estudo se propõe a discutir a inventividade, as adaptações, as obrigações, as relações pessoais e a autonomia das comunidades para resolverem seus problemas internos e externos. O enfoque direcionado à picada teuto-brasileira ressalta os movimentos autônomos dessa comunidade humana, ou seja, aquilo que ela fez ou tentou fazer por conta própria.

[50] Vide, por exemplo, as novas abordagens da história ambiental sobre a imigração alemã (CORREA; BUBLITZ, 2006; GERHARDT, 2009; NODARI, 2012; ZARTH, 2010).

Neste sentido, argumenta-se que o capital social foi o combustível de todas essas iniciativas.

5.1 A picada teuto-brasileira

Mesmo a despeito da presença das instituições estatais (sempre duvidosas e instáveis) e do auxílio e vantagens oferecidas pela colonização privada[51] - tanto nas formas de pessoa jurídica quanto pessoa física - para a atração de novos ocupantes, o colonizador teuto-brasileiro esteve, em maior ou menor grau, a mercê de suas próprias capacidades (VOGT, 2006, p. 128). Tramontini (2003, p. 140-141), inclusive, com sua perspicaz problematização da organização social dos imigrantes e dos relatos do isolamento, enquistamento e fraternidade étnica, entende que não é possível "recusar a influência do isolamento geográfico e demográfico na organização do mundo colonial, muito menos o 'isolamento' como caracterização da solidão do imigrante". Tramontini não negou as dificuldades iniciais e a autonomia dos imigrantes, contudo propôs a relativização deste relato que embasa tradicionalmente a história da imigração alemã no Brasil.

Antes de tudo, Tramontini propõe graduar estes dificuldades e não absolutiza-las. Sob o ângulo da corrente pesquisa e por uma questão de clareza inicial, entende-se que não há contradição em compreender a picada teuto-brasileira como uma comunidade provida de significativos estoques de capital social e munida de espírito societário com as perspectivas de Tramontini (2003) e Witt (2007), autores que ressaltam de modo competente o aspecto conflituoso da imigração alemã nas suas dimensões internas e externas. Falar de capacidade organizativa, de confiança e cooperação não significa atribuir à Picada Felipe Essig um caráter idílico ou de irrealidade. As relações de poder existiram no interior da comunidade, as rivalidades

[51] Diferentemente das colônias oficiais, as colonizações privadas não dispunham diretamente de algum outro objetivo geopolítico ou estratégico. Elas eram normalmente mais distantes – espacial e socialmente -, ainda que não inacessíveis, do poder público em tudo aquilo que ele poderia oferecer de vantagens (acesso à justiça, reivindicações diretas, acesso aos bens mínimos de sobrevivência, etc.). O lucro era a mola propulsora da colonização privada. Portanto, não é provável que após um rápido período de assistência inicial, os empresários estivessem de fato "preocupados" com o bem estar dos colonos (RAMBO, 2002, p. 102).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

ocorreram, porém foram mediadas pelas estruturas comunitárias, pelo capital social (PUTNAM, 2006, p. 174) e em último caso, pela justiça estatal.

Para entender a picada teuto-brasileira é preciso notar que os indivíduos que as formaram vinham, com exceção, talvez, dos imigrantes de origem urbana e de outras regiões específicas, de contextos não plenamente capitalistas. Estavam geralmente na metade do caminho entre as estruturas feudais e o capitalismo.

Cercados de riscos vários, os primeiros moradores de Picada Felipe Essig puderam fazer uso de recursos sociais tanto materiais quanto imateriais para a construção de sua comunidade. Na formação da picada teuto-brasileira, sob o ponto de vista da materialidade, existiam as estruturas e benfeitorias anteriores ao processo de imigração, representadas pela presença da sociedade ervateira que muito contribuiu para a amenização do ambiente de dificuldades enfrentado pelos colonos. Neste sentido, o colono, por vezes, poderia encontrar alguns pontilhões, clareiras na mata, estradas, enfim, alguma infra-estrutura que o ajudasse no início quase sempre difícil (ECKERT, 2011, p. 69).

De outro lado, da perspectiva imaterial, irradia-se a importância do conhecimento técnico e de gestão ambiental dos povos nacionais[52] (KLUG, 2010, p. 310). A cognição destes saberes anteriores, estranhos à cultura européia, foi fundamental para a territorialização do grupo nas terras do Brasil meridional. Logo, o saber fazer dos nacionais foi incorporado aos recursos que os teuto-brasileiros dispunham em sua tradição para o estabelecimento dos núcleos coloniais. Seu êxito também dependeu disso, apesar do enorme passivo ambiental causado por estas técnicas em relação à estrutura jurídica da propriedade privada e o mercado (ZARTH, 2006, p. 208).

Entretanto, o processo imigratório de populações germânicas apresentava duas dimensões que ora conflitavam, ora concursavam. Forçoso notar que as características da picada teuto-brasileira giravam inevitavelmente em torno de um processo de negociação entre o mundo social de origem e o ambiente receptor sul-brasileiro (RADÜNZ, 2007, p. 125). Sob o ponto de vista desta análise, percebe-se

[52] Em Felipe Essig, existiram propriedades e pequenos lotes de terra que pertenciam a indivíduos nacionais, marcando a possibilidade do intercâmbio de conhecimentos entre estas populações e os teuto-brasileiros. Freqüentemente, estas pessoas trabalhavam como “agregadas” de algumas famílias de etnia alemã.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

que as interpretações da história e das demais ciências sociais sobre o sucesso do empreendimento imigratório alemão orbitam ao redor de causalidades econômicas, políticas e culturais que são quase que totalmente explicadas a partir das realidades americanas. Isto significa dizer que o conhecimento sócio-histórico da picada não pode prescindir das condições sociais existentes na Europa de origem, pois a realidade brasileira faz parte somente de uma dimensão – ainda que talvez a mais relevante - do problema de pesquisa. Neste sentido, de acordo com Gans (2004, p. 19),

> [...] ao se buscar a identidade teuto-brasileira, tem de se levar em conta sua originalidade, suas criações e adaptações no novo contexto vivido na província, mas também deve-se reconhecer o passado inescapável, ou seja, o universo cultural de referência do qual tomou significados de empréstimo, mesmo que para transformá-los.

O caminho escolhido para uma aproximação compreensiva ao universo da sociedade teuto-brasileira é a análise do significado social da *picada teuto-brasileira*. A picada foi o modelo de desenvolvimento predominante das comunidades germânicas no sul do Brasil. É possível de ser verificado na Argentina, Uruguai, Paraguai e também no Chile (ainda que em menor escala). Ela podia também ser chamada regionalmente de Linha, Travessão ou Lajeado; também é possível encontrar a designação alemã *Schneisse* ou a forma alemanizada *Pikade* (DREHER, 2008, p. 33).

Neste sentido, o termo *picada* adquiriu no Rio Grande do Sul do século XIX acepções diversas, que se definem na medida e no lugar onde se encontravam os agentes sociais. Para o colonizador proprietário de terras, a picada é um mero acesso aos prazos coloniais de sua propriedade e que serão brevemente vendidos para os imigrantes ou seus descendentes. Para as populações espoliadas das matas de ervais, as picadas da colonização são uma forma e um símbolo de opressão e destruição do seu modo de vida – fato a ser lembrado na Revolução de 1893 com funestos desdobramentos sobre a área da contemporânea Travesseiro/RS (SCHIERHOLT, 1995, p. 93). Para o imigrante/migrante a picada é a sua casa, seu destino nas matas do Brasil meridional.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Martin Dreher (2005, p. 15-16) entende que o modelo social da picada fora espalhado a partir da experiência da colônia de São Leopoldo e rumou para o restante das regiões ocupadas por alemães ou seus descendentes. Este processo de exportação de um tipo específico de organização social pôde ser verificado durante todo o processo de imigração. De tal modo, para Dreher a picada que nada mais era do que uma

> [...] trilha de acesso a uma propriedade, passou a ser, em pouco tempo, orientadora e organizadora de vida comunal, geograficamente identificável. Era unidade humana na qual se encontrava templo [...], a escola (tradição trazida pelos imigrantes e que teria importância fundamental para o desenvolvimento do Brasil meridional), o cemitério (espaço de reverência a mortos e de preservação de memória comunal), a residência do professor ou do padre/pastor, o salão de festas comunitárias (também designado de sociedade ou clube). Cada picada abrigava uma casa comercial, entreposto para o qual eram vendidos os excedentes de produção e através do qual se adquiriam bens não produzidos na comunidade.

Do ponto de vista da dinâmica interna da picada, passa-se à visão relacional das comunidades alemãs no Brasil. Logo, Marcos Witt (2008, p. 23) e Marcos Tramontini (2003, p. 142) embasam essa perspectiva. Embora não tenham buscado uma definição da picada teuto-brasileira, os autores entendem as comunidades alemãs menos por meio de sua autonomia e auto-suficiência do que através de contatos e relações estabelecidas com as autoridades e a sociedade brasileira. Estes autores estão preocupados em entender as formas de inserção política[53] dos teuto-brasileiros como condição de sua americanização, cidadania e estabelecimento de sua organização social[54].

Por conseguinte, Picada Felipe Essig não era uma colônia oficial onde houvesse o papel centralizador de um “grande” administrador ou diretor capaz, num primeiro momento, de fazer intermediações políticas de mesma natureza como

[53] Política entendida num sentido amplo, para além do significado partidário (WITT, 2008, p. 16).
[54] Por razões metodológicas e pelo fato do curto tempo que envolve uma dissertação de mestrado, as relações da comunidade de Picada Felipe Essig com a sociedade nacional não foram privilegiadas. Buscou-se uma perspectiva que viesse a explicar a lógica interna da picada teuto-brasileira. Pesquisas posteriores poderão alargar as perspectivas de utilização das estratégias movidas pelos colonizadores da área nas tentativas de inserção à sociedade brasileira, além da mobilização do capital social para esse intento.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

aquelas feitas nas velhas e oficiais colônias da província. Também não era uma colônia de propriedade de empresas; pessoas físicas eram donas das terras.

É possível inferir que essa área era parcialmente desassistida pelo poder público, pelo menos num primeiro momento. O que pode corroborar essa assertiva é o fato de que do outro lado do rio Forqueta, ou seja, na Terra dos Bastos, nas atuais localidades de Picada Mai e Tamanduá em Marques de Souza/RS, estabeleceram-se alguns integrantes remanescentes do movimento *Mucker* com a finalidade de se afastar das autoridades (DREHER, 2006, p. 335; MÜLLER, 1998, p. 35). Pode-se imaginar, por conseguinte, que nas colônias privadas e mais distantes, os colonos e suas instituições tinham um maior grau de resolução e liberdade no que concerne à solução dos seus problemas, facilitando iniciativas autônomas[55] dos moradores. Em Picada Felipe Essig, esse parece ser o padrão dadas as condições de ocupação inicial.

Optou-se por enfatizar as dinâmicas internas da picada teuto-brasileira - até onde isso foi possível. Desta forma, o significado sociológico da picada teuto-brasileira por conseqüência abrangia uma noção de autogerenciamento de recursos, trabalho e investimentos. Desta forma, Dreher (2008, p. 34) completa que a estrutura institucional da picada

> [...] seguindo a forma de sua instalação, buscou autonomia, auto-suficiência, auto-administração e autogerenciamento, pois o quotidiano girava em torno de quatro eixos fundamentais: religião, escola, agricultura, arte e diversões. a) Em todas as picadas foram reservadas áreas de terras para a construção da capela, de cemitério, moradia do pastor ou vigário. Cada capela tinha sua diretoria, que envolvia todos os moradores em torno da capela. Construções e manutenção das mesmas eram atribuição das diretorias que envolviam os moradores das picadas. Não se contratavam serviços externos. b) Fato semelhante aconteceu com a escola, que também tinha sua área de terras e sua diretoria escolar, a quem competia contratar professor, acompanhar seus trabalhos, garantir sua remuneração. Assim como a igreja a escola fazia parte da atividade comunal. c) Característica particular da picada é a atividade econômica de produção e consumo. Toda família era proprietária de uma 'colônia', na qual se ensaiava auto-suficiência

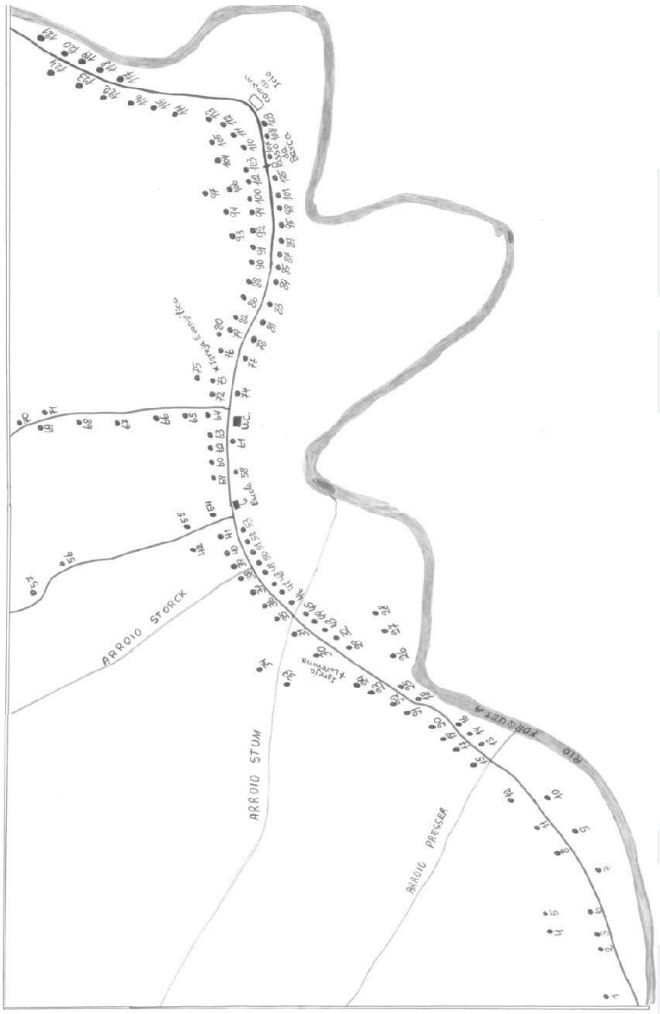
[55] Assim se refere Weimer (2004, p. 113) a respeito da subordinação urbanística das colônias oficiais e próximas dos centros urbanos efetivadas pelo Estado brasileiro sobre a cultura de assentamento dos imigrantes e seus descendentes: "É claro que por mais vigilante que seja o governo, ele não é onipresente. Por isso, especialmente quando as vilas iam se formando afastadas dos centros do poder, os imigrantes conseguiam burlar as normas fazendo com que surgissem conurbações fora dos esquemas oficiais".

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O formato de colonização alemã baseado na pequena propriedade e na cultura de gestão autônoma e auto-suficiente, cujas origens sociais remontavam à presença de instituições comunais na Europa, fez com que toda propriedade rural ou núcleo familiar pertencesse a algum tipo de núcleo comunitário. Este por sua vez era geralmente formado por escola, igreja, cemitério, associações recreativo-desportivas e estruturas comerciais (FERLA, 2009, p. 42). Ser teuto-brasileiro indicava, portanto, a possibilidade da fruição de uma espécie de rede de proteção e desenvolvimento, materializada nos aparelhos sociais acima descritos e nas relações de vizinhança (figura 19).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Figura 19 - Mapa da comunidade de Picada Felipe Essig realizado através das metodologias do Diagnóstico Rural Participativo do trabalho de Paulo Conrad. Observa-se nitidamente, em pleno século XXI, que as habitações se encontram nas bordas da estrada, caracterizando a ordenação espacial do sistema de vizinhança.



Fonte: Conrad (2002).

Na impossibilidade de reviver o padrão de assentamento europeu no Brasil, logo nos primeiros anos do desmatamento se desenvolveu a vizinhança como um sistema de mútua ajuda, trocas de experiências e reforço de capital social. Tal característica espacial das picadas teuto-brasileiras, Jean Roche (1969, p. 209-211) chamou de “habitat em fileiras”.

Apesar das restrições impostas pelo regime de propriedade privada na formação de núcleos reconhecidamente comunitários para os padrões europeus de

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

referência (em termos espaciais), nota-se que as residências das picadas permaneceram na parte dianteira da propriedade, próxima à passagem da estrada. Esta configuração tinha uma função que ia para além do simples aspecto econômico, pois criava espaços de aproximação e socialização. Mas, aproximação e sociabilidade também geravam efeitos econômicos através do capital social. Em Picada Felipe Essig, este padrão de assentamento se verifica até hoje (2013).

A picada teuto-brasileira parece ser uma forma de resistência à violência cultural dos agrimensores e engenheiros que desenharam as colônias sob a batuta da propriedade privada. Aproveitando-se de estruturas anteriores ou criando novas, os imigrantes alemães e seus descendentes buscaram com freqüência subverter a lógica privada dos padrões de assentamento. A vizinhança e a constituição de uma vila agrupada à Igreja (com todos os seus anexos) são possivelmente as reminiscências da expressão comunitária da vida aldeã européia.

Conseqüentemente, a disposição autônoma do sistema de picadas torna inevitável a digressão sobre o caráter da descentralização administrativa que animava o mundo colonial. Dessa forma, nas regiões ocupadas pelos imigrantes alemães era possível verificar uma grande profusão de comunidades organizadas existentes no interior dos municípios.

Félix (1994, p. 79) observou que nas regiões coloniais os pólos tradicionais de poder da Primeira República (intendência, conselho municipal e comissões executivas municipais), estavam pulverizados pelas instituições presentes nas picadas teuto-brasileiras. As mesmas foram capazes de criar um espaço relativamente importante de governança.

Muitas comunidades estruturadas em sólidas instituições – freqüentemente religiosas como as organizações eclesiásticas católicas e luteranas - evoluíram em termos demográficos e socioeconômicos e originaram novos e variados municípios no século XX. A estrutura comunitária de igreja[56] parece ter contribuído para a

[56] “Nessas condições, igreja significou um conjunto formado por capela, cemitério, escola, salão de festa, campo esportivo e casa canônica ou pastoral (DREHER, 2006, p. 328-329).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

ordenação territorial (DREHER, 2005, p. 15), caracterizando uma moldagem paisagística[57] com base nos preceitos culturais do grupo.

A estruturação da picada enquanto organização social exigia uma série de compromissos e obrigações por parte dos seus usuários. Com maior ou menor grau de comprometimento, em geral, a manutenção das estruturas comunitárias era um tema que tocava à grande maioria dos moradores. As obrigações de vizinhança atuavam nesse sentido, pois "ser vizinho" gerava direitos e deveres entre os moradores da picada. Este "direito informal" criava também conflitos no interior da comunidade, pois sempre haveria de existir alguém que se julgasse não atendido pelas expectativas de troca comunitária. A coação ao exercício dos direitos e deveres de vizinhança se dava na base do "o que os vizinhos vão pensar?". O direito da picada, a lei da terra, forma de territorialização dos teuto-brasileiros nas matas do Brasil meridional, era um poderoso agente de controle social.

Comunitária, mas também individualista; solidária, mas também egoísta; pacífica, mas também conflituosa. Não há dúvida de que as picadas teuto-brasileiras ofereceram toda a sorte de dramas humanos para aqueles que as construíram e a habitaram. Capital social, o combustível das relações sociais da picada teuto-brasileira, não garante e não é a entrada para o jardim edênico. O pastor evangélico-luterano de Marques de Souza Rudolf Saenger escreveu em 1934 que para a construção do primeiro templo de Marques de Souza havia iniciado "para a comunidade, uma dura, mas exitosa, luta contra o modo materialista de pensar dos colonos" (MÜLLER, 1998, p. 37). Apesar de comunitária, a picada é uma comunidade em que interesses individuais se sobressaíam por vezes sobre os de ordem comunitária. Mas isso não invalida a tese.

À parte das discussões sobre a interferência dos pastores ordenados sobre os pseudopastores, e da experiência religiosa autônoma dos colonos desassistidos e a sua conflituosa relação com a Igreja institucionalizada (DREHER, 2006, p. 332), o fundamental é entender que sem um fundo cultural adequado, pedir cooperação aos colonos seria impossível – e por vezes o era. Mesmo que as Igrejas possam ter,

[57] Do ponto de visa do contraste com a sociedade nacional e numa perspectiva mais ligada às realidades socioeconômicas, a pequena propriedade também foi um fator de peso nesse sentido (DREHER, 2008, p. 33).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

por exemplo, conduzido a vida comunitária no decorrer da evolução histórica das comunidades alemãs, elas tiveram de se adaptar aos colonos, porque elas dependiam deles. Não se tratava de um processo de uma só direção.

Atribuir os progressos das edificações dos aparelhos sociais básicos *somente* às Igrejas Católicas e Luteranas ou aos *Brummer* significa desconsiderar o fundo cultural do qual estas instituições se alimentaram. Como criar comunidade sem que houvesse nas pessoas a consciência de que isso era importante? Estudando as escolas e a sua relação com a comunidade, Kreutz (2000, p. 164) afirmou que "os imigrantes que empreenderam iniciativas comunitárias para o processo escolar entendiam, logicamente, que a escola era importante para eles". Gertz (2007, p. 81), por sua vez, citando a tese de Roberto Radünz, argumenta que o controle clerical sobre as comunidades parece ter sido sobrevalorizado pela historiografia. Sob esse ponto de vista, as comunidades dispunham de um amplo controle sobre o andamento de sua vida social-religiosa, indicando espaços universalistas com feições contemporâneas. Desta forma,

> [...] a contratação de pastores por concurso, por votação secreta de toda a comunidade, o desprezo por grandes instituições eclesiásticas, a demissão de pastores que não os agradassem – tudo isso mostra que a religião era tudo, menos uma prática antimoderna.

Entretanto, a picada teuto-brasileira tende a ter dividida a sua história em duas partes, numa divisão provocada pela historiografia e pelas instituições que nela se imiscuíram. Contrariamente às percepções de Gertz (2007), a primeira parte é definida pela total ou relativa ausência de complexidade social e de desenvolvimento cultural vigentes no início da colonização, tempo em que não havia nenhuma subvenção de Igrejas ou outras instituições que pudessem "elevar" o desenvolvimento cultural dos colonos. A segunda parte é detentora e desencadeadora do desenvolvimento cultural destas comunidades, supostamente ocorrido após a chegada dos elementos capacitados das Igrejas Católica e Luterana, ou mesmo a partir da presença dos *Brummer*.

Reduzidos a um aspecto quase animalesco, confundidos com o caos da floresta subtropical, os teuto-brasileiros desassistidos pelas instituições que, mais

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

tarde, lhes trouxeram “cultura” - conforme descrição anterior de Roche - estariam impossibilitados de construir civilização no sentido moderno do termo. A essa perspectiva, insurge-se novamente Gertz (2007, p. 80), pois entende que

> [...] fatores culturais podem ajudar a identificar a presença de elementos universalistas, iluministas nas regiões de colonização alemã. Por elementos universalistas entendo, por exemplo, *democracia*, *cidadania*, mas também abertura para o *pluralismo* e a *tolerância*, para o *respeito à diversidade*. Esses são elementos que costumam ser considerados ausentes ou, no mínimo, escassos nas abordagens tradicionais sobre a história da imigração alemã na perspectiva político-cultural

Fatores culturais gestados na realidade dos *commons* e presentes nas lembranças e mentalidades dos teuto-brasileiros. Putnam (2006, p. 171) concluindo a respeito das comunidades cívicas italianas diz que “os dados apresentados [...] não deixam dúvida quanto ao poder das continuidades históricas para influenciar o desempenho institucional”. Ele se refere ao peso das repúblicas renascentistas na história setentrional da Itália ainda em pleno século XX.

Ainda com Putnam (2006, p. 140), vale lembrar que ele associava as guildas da Itália setentrional ao nascimento da moderna sociedade civil. Guildas e *commons* foram os protagonistas da Revolução Silenciosa descrita em capítulo anterior. A civilização construída pelos teuto-brasileiros em meio às árvores do sul do Brasil não iniciou quando padres e pastores ordenados apareceram. Ela já era moderna porque nela se afigurava uma sociedade civil de ordem contemporânea.

O caráter revolucionário da picada se escondia por trás, por exemplo, das primeiras escolas que impediram o analfabetismo (DREHER, 2008, p. 38). E podemos citar mais exemplos: o colono que se prontificava a presidir os cultos da tradição religiosa; na ocasião de doença algum membro da comunidade assumia o trabalho até a convalescença do doente; quando algumas pessoas decidiam cortar árvores descomunais em conjunto esforço para diminuir os custos de transação e otimizar a energia humana; a chegada de alguma família de colonos em situação desfavorecida e eles era oferecido um abrigo e alimentação provisória por outrem, etc.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A Revolução Silenciosa também esteve aqui por meio de seu principal componente, o capital social. E nesse sentido, ela pode ser encarada como fator de progresso social.

5.2 O capital social em Picada Felipe Essig

5.2.1 Fragilidade do poder público: algumas notas

O capital social presente na vida comunitária de Picada Felipe Essig foi de vital importância para a superação dos riscos que toda nova colonização apresentava. Ao mesmo tempo em que era usado e recriado, fortaleciam-se os princípios da picada teuto-brasileira na concretude da vida social da comunidade.

O capital social foi capaz de suprir demandas que o poder público não foi capaz de fornecer em alguns momentos. Chama a atenção que a presença do poder público em todo o processo de imigração é marcada pela ambigüidade. Se por um lado sua presença diminuiu os impactos do processo de americanização dos colonos (doação de terras, transporte, alimentos, hospedaria, ferramentas, sementes, etc.), de outro produziu dificuldades que quase arruinaram o fluxo de imigrantes para o Brasil e, especialmente, para a província. Descumprimento contratual, negligência com os núcleos diretamente administrados, e, principalmente, os desastrosos procedimentos de medição dos lotes – o que infernizou e quase inviabilizou a vida comunitária de muitas colônias – foram elementos que demonstram a falta de qualidade dos gestores e instituições públicas naquele momento. O *Reskript von der Heydt* de 1859, emitido pelo ministro do comércio prussiano, talvez possa ser considerado o corolário das fragilidades do poder público brasileiro, já que expôs negativamente o país na comunidade internacional (CUNHA, 2006, p. 293).

Giolo (2006, p. 452) ressalta, por conseguinte, o despreparo e a ineficácia das instituições provinciais no século XIX:

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> A fragilidade do poder público ficava ainda mais exposta porque tudo estava por ser feito. A falta de embarcaçõoes e a precariedade dos portos tornavam as águas navegáveis muito pouco aproveitadas [...] o serviço de correios funcionava mal, onde funcionava. As distâncias permaneciam como o grande desafio e o grande empecilho para uma administração eficiente [...] as cidades que estavam tomando forma faziam-no sem o mínimo planejamento e em precárias condições [...] faltavam hospitais, médicos, enfermeiros, etc

As próprias fronteiras do Império Brasileiro não estavam asseguradas até o advento e consolidação da imigração européia. Sob outro aspecto, as crises de abastecimento de víveres que flagelavam o Brasil também denunciavam a precariedade do poder público em resolver importantes demandas da sociedade e do próprio Estado (CHRISTILINNO, 2010, p. 145).

Como projeção local da fraqueza do poder público em suas mais diversas instâncias administrativas, em Lajeado (município a que pertencia Picada Felipe Essig nesta época), no ano de 1912, o intendente João Batista de Melo no relatório[58] orçamentário destinado ao Conselho Municipal escreveu que o ”governo do Estado, attendendo solicitações desta intendência, autorisou-a a contractar cinco professores [...], visto não poder, de prompto, crear mais aulas públicas”. Era visível que o controle da instrução não se encontrava nas mãos do poder público, haja vista que em Lajeado, neste mesmo ano, havia trinta e seis escolas particulares, treze auxiliadas pelo município, dez subvencionadas pelo Estado e vinte e duas Aulas públicas. O fato de estas escolas estarem sendo auxiliadas ou subvencionadas pelo Estado não significava que ele tinha o controle sobre a sua gestão. As escolas particulares perfaziam a maioria das instituições de ensino, e em 1916[59], este número chegou a sessenta, com uma esmagadora maioria de alunos matriculados.

[58] Relatório apresentado pelo intendente João Batista de Melo ao Conselho Municipal na sessão de 15 de outubro de 1912. Arquivo Histórico Municipal de Lajeado.
[59] Relatório apresentado pelo intendente João Batista de Melo ao Conselho Municipal na sessão de 15 de outubro de 1917. Arquivo Histórico Municipal de Lajeado.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

5.2.2 O capital social na vida dos moradores de Picada Felipe Essig

Assim, tendo em mente as demandas da população não atendidas pelo poder público, se analisarão momentos, estratégias, instituições que foram construídas em torno do capital social comunitário. Em maior ou menor grau, estas localidades – a exemplo de Picada Felipe Essig – eram atendidas por serviços públicos, o que afasta como dito antes, qualquer hipótese de se reviver a mitologia em torno do heroísmo do colono germânico. Mas a qualidade, a freqüência e a eficácia destes serviços deixavam por vezes muito a desejar.

Assim posto, Conrad (2002, p. 34) considera que no início da colonização de Picada Felipe Essig (Figura 20),

> A maioria das estruturas comunitárias foram viabilizadas [...] graças ao empreendedorismo dos seus moradores, que sem nenhum apoio oficial construíram suas igrejas, suas escolas, pagavam seus professores, mantinham as estradas, construíam pontilhões, auxiliavam e apoiavam os moradores em dificuldades. Outra prática fundamental eram os mutirões entre moradores, tanto para trabalho em estruturas comunitárias, como para desenvolver atividades nas propriedades de cada um.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Figura 20 - Mutirão de moradores construindo um pontilhão na estrada geral. Fotografia não datada.

Fonte: Conrad (2002).

Assim ocorre que em 1887, os colonos de Marques de Souza e de Picada Felipe Essig (incluindo o próprio Felipe Essig) passaram a discutir a substituição do prédio da escola que atendia a comunidade, pois esta já se encontrava velha e pequena para as necessidades locais. As crônicas do pastor Saenger, embasadas nos registros do primeiro professor da comunidade, Louis B. Buss, afirmam que mesmo antes da interferência do pastor Christian Kleikamp de Conventos, esta escola existia sem que houvesse participação direta de nenhuma Igreja institucional (MÜLLER, 1998, p. 37). O próprio professor, Louis B. Buss, não era pastor ou membro de alguma instituição; era colono.

O interessante é que neste mesmo relato, a comunidade aparece *antes* da sua fundamentação jurídica efetivada e auxiliada pelo Pastor Kleikamp no ano de 1887 (MÜLLER, 1998, p. 37). Ou seja, alguma comunidade existia sem que houvesse uma formalização da mesma. Está-se diante de uma organização comunitária baseada em capital social, pois na ausência de oferta dos serviços

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

almejados pela população, os próprios moradores resolveram se organizar enquanto comunidade e buscar soluções para o problema da instrução dos seus jovens.

De acordo com Conrad (2002, p. 14), “segundo relato dos moradores, as primeiras crianças a irem à escola [em Picada Felipe Essig], o faziam atravessando o Rio Forqueta, onde freqüentavam a escola existente em Marques de Souza”. Portanto, a escola a que se fez referência em Marques de Souza atendia a população da outra margem do rio, fato também evidenciado pela presença do colono Felipe Essig na diretoria da comunidade.

Em 1917[60], novamente o Intendente Municipal João Batista de Melo ao se referir sobre a instrução do município nas áreas coloniais diz impressionado que “é justo acrescentar que logo que se forma qualquer núcleo de moradores, por pequeno que seja, os colonos promovem a creação de uma aula, embora com sacrifícios pecuniários para manterem os professores”. Neste sentido, observa-se o peso das obrigações comunitárias a que estavam submetidos os colonos.

Embora muitas vezes arregimentados pelos pastores que os ameaçavam com maldições espirituais, os colonos doavam seus recursos (terrenos, comida, dinheiro, trabalho, etc.) - ou seja, criavam efeitos públicos a partir de comportamentos privados -, para a satisfação de demandas sociais da comunidade em que viviam. Mesmo freqüentemente coagidos e contrariados, o que se observa é que existia um substrato cultural que os impelia a participar da construção da sua comunidade. O pastor Saenger (MÜLLER, 1998, p. 38) dizia do comportamento do fundador de Picada Felipe Essig quando da construção do templo evangélico-luterano de Marques de Souza inaugurado em 1889:

> As pedras para a obra foram fornecidas a um preço bem acessível por Philipp Essig. Este vivia murmurando, insatisfeito, mas era muito fiel e com visão de progresso. Ele ainda doou, no dia 12 de fevereiro de 1890, dois cálices e a pia batismal

[60] Relatório apresentado pelo intendente João Batista de Melo ao Conselho Municipal na sessão de 15 de outubro de 1917. Arquivo Histórico Municipal de Lajeado.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Em 1915, Picada Felipe Essig recebeu 1:272$250 em conta de "Melhoramentos Materiaes"[61] investidos pelo poder público. Neste mesmo ano, o colono Alfredo Fuchs deduziu a importância de 1:554$750 de seu imposto agrícola por ter realizado serviços na comunidade. A arrecadação está inscrita no "Emprego das importâncias arrecadadas pela emissão de apólices destinadas a melhoramentos materiaes" da Intendência Municipal. O poder público não esteve ausente do processo de construção da picada teuto-brasileira, havendo, como nesse caso, até uma simbiose. No entanto, é revelador que a Intendência Municipal procedesse dessa maneira no sentido de prover melhoramentos públicos a partir do trabalho dos moradores, o que sugere a tibieza de suas possibilidades operacionais.

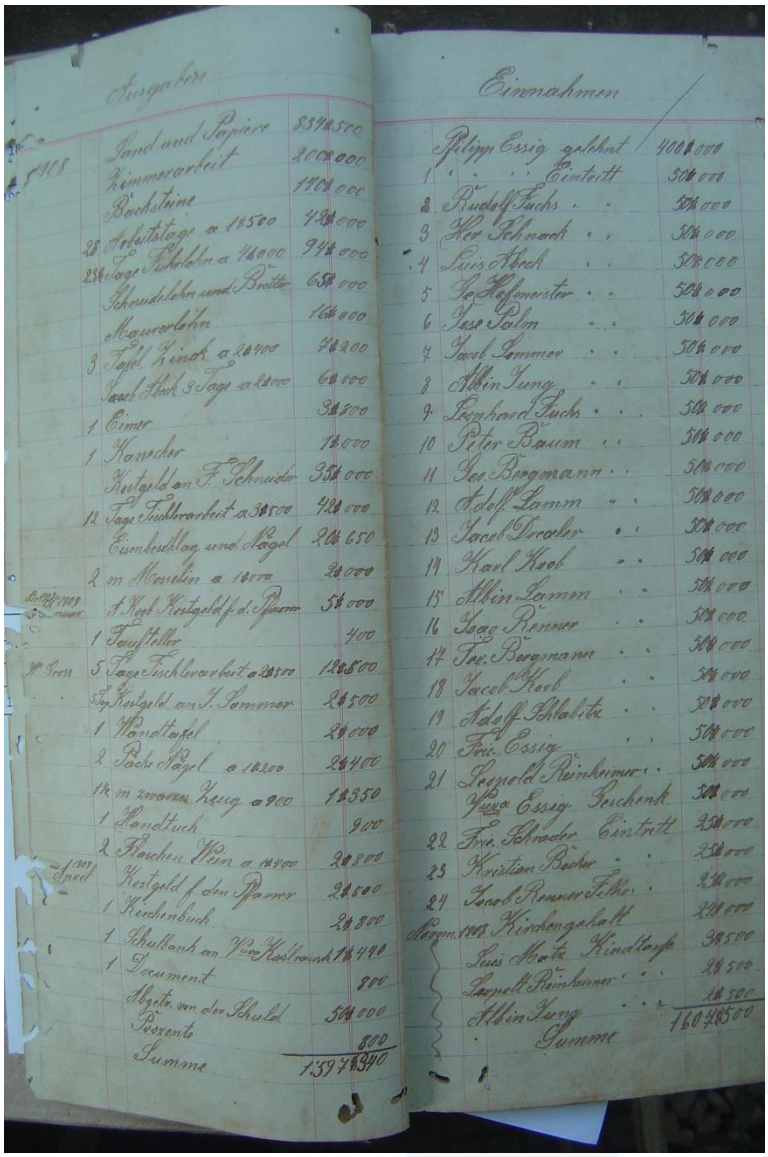
Em termos da autonomia da comunidade religiosa de Picada Felipe Essig, que, até 1908 estava ligada à comunidade de Marques de Souza/RS, foi fundada a *Evangelische Immanuelgemeinde*, ou seja, a comunidade religiosa em si, que embasou a comunidade humana como um todo. A comunidade era e ainda é majoritariamente evangélica-luterana (CONRAD, 2002, p. 12).

No acervo da paróquia luterana de Marques de Souza/RS, existem os livros de contabilidade da *Evangelische Immanuelgemeinde* e ali estão descritos e relacionados os modos de admissão e contribuição para o seu surgimento enquanto instituição (Figura 21).

[61] Relatório apresentado pelo intendente João Batista de Melo ao Conselho Municipal na sessão de 15 de outubro de 1916. Arquivo Histórico Municipal de Lajeado.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Figura 21 - Livro de contabilidade e registro de admissões da *Evangelische Immanuelgemeinde* de Picada Felipe Essig.



Fonte: Acervo da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Marques de Souza/RS

Nesse sentido, observa-se que o colono Philipp Essig (não mais o primeiro colonizador, pois este faleceu em 1895, mas seu filho) foi o principal contribuinte da comunidade, doando-lhe 400$000 mais a taxa obrigatória de admissão de 50$000. Vinte e quatro famílias fundaram inicialmente a comunidade doando a mesma quantia de admissão. Alguns moradores doaram metade do valor, a exemplo Jacob Renner Filho. Talvez, pois não foi possível averiguar, ele tenha recebido um crédito para quitar sua obrigação comunitária num futuro próximo. Outros contribuíam

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

espontaneamente como se pode depreender do registro em nome de [sic] Essig relacionado como G*eschenk*[62].

O capital social em Picada Felipe Essig veio acompanhado das clássicas instituições que perfazem a teoria do capital social: associações esportivas, clubes de canto, comunidade religiosa de base comunitária, escolas, etc (PUTNAM, 2006, p. 183).

Podemos citar entre as iniciativas[63] dos moradores de Felipe Essig a fundação em 1911 da Sociedade de Cantores Concórdia, fundada por sete membros iniciais "que [...] imprimiu vida cultural a comunidade, através da realização dos bailes de corais, sua participação em cultos, festas e enterros de membros da comunidade" (CONRAD, 2002, p. 12). A ênfase na formação musical dos indivíduos contribuiu positivamente para a formação de conjuntos musicais que animavam festas e bailes, promovendo o encontro e interação das pessoas. Nesse sentido, a comunidade tinha uma tradição de formação de competentes regentes de corais, que orientavam os grupos formados em Picada Felipe Essig e outras localidades.

A formação oficializada da comunidade era freqüentemente uma formalização de uma vida social e comunitária anterior. Mas ela podia ser também uma forma de demarcação de espaços de privilégio, influência e poder sobre os outros membros. É flagrante, por exemplo, que as condições financeiras da família Essig (figura 21) pareçam muito superiores em relação aos demais membros da comunidade. Contribuir para a comunidade gerava prestígio com o pastor e dava visibilidade social, *status*. Porém, essas assertivas a respeito da conquista de capital simbólico precisam ser mais estudadas.

5.2.3 Relações de poder e disputas em Picada Felipe Essig

Junto com as formas de distinção social que existiam no interior das comunidades, houve, contudo, no decorrer da história de Picada Felipe Essig

[62] *Presente* em alemão. Tradução do autor.
[63] Cabe lembrar o papel do *Deutschum* na formalização e condução das mais diversas formas de associativismo ligadas às populações germânicas no Brasil (RADÜNZ, 2007, p. 121).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

eventos que geraram instabilidade social. Como a picada teuto-brasileira era e é habitada por pessoas de carne e osso e não por santos abnegados, conforme a feliz expressão de Putnam (PUTNAM, 2006, p. 102), rivalidades e preconceitos muitas vezes não tiveram chance de serem contornados por vias institucionais formais (justiça estatal, comunidade religiosa, diretorias, etc.) e informais (relações de amizade, confiança, arbitramento de questões entre vizinhos, etc.).

Em 1895, no calor da Revolução Federalista, momento difícil para todas as comunidades que viviam às margens do rio Forqueta, uma briga de vizinhos ceifou a vida de Felipe Essig, o conhecido fundador da comunidade homônima. O pastor Saenger embasado nas informações de atas, lembretes e memória social afirmava que “um tal de Johannes de Potter, residente, com sua família, na outra margem do Forqueta, distante de templo, escola e cemitério, assassinou a tiros, o ativo membro da comunidade Philpp Essig, com quem estava inimizado” (MÜLLER, 1998, p. 36).

A rivalidade de Felipe Essig e Johannes de Potter pode ser imaginada pelo fato de que os dois dispunham de barcas para fazer o transbordo de carroças, pessoas e mercadorias para Marques de Souza/RS, na época Nova Berlim da Forqueta. Concorrentes, pois desde 1883 Johannes de Potter oferecia esse serviço aos moradores e, a partir de 1890, Felipe Essig entrou no negócio oferecendo o serviço de outra barca (CONRAD, 2002, p. 17).

O episódio é elucidativo, pois indica que não havia consenso entre os moradores sobre questões de diversas naturezas, inclusive econômicas. Conrad (2002, p. 10) narra o episódio:

> Em 1895, mais precisamente no dia 28 de janeiro, já no final da Revolução dos Maragatos e por desentendimento com um vizinho [Johannes de Potter], que queria fugir dos revolucionários que estavam próximos e, sendo este contrário a este grupo, necessitando para tal a canoa emprestada do Sr. Phillip Essig para se dirigir ao outro lado do rio, este foi morto pelo vizinho e encontra-se enterrado em cemitério particular da família em sua propriedade, na comunidade de Picada Felipe Essig.

O que chama a atenção do observador é o destino do corpo de Felipe Essig. Este foi enterrado num cemitério particular, encravado nas suas próprias terras

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

(figura 22); não foi sepultado – como de costume - no cemitério ao lado do templo da comunidade religiosa a qual ele pertencia, qual seja, Nova Berlim da Forqueta.

Em título de comparação, outro fundador membro da mesma comunidade, Georg Relly, faleceu em 1893 através de um disparo de arma de fogo causado por seu próprio descuido. Seu corpo foi sepultado no cemitério comunitário.

Os fatos sugerem uma indagação: por que Felipe Essig não foi enterrado na comunidade religiosa que ele mesmo ajudou a fundar? Pode-se elencar uma série de motivos que exigem uma pesquisa mais acurada. Mas depreende-se, até por razões lógicas, que algum tipo de desentendimento possa ter ocorrido entre o “ativo membro da comunidade” (MÜLLER, 1998, p. 36) e a instituição que ele ajudou a nascer.

Figura 22 - Cemitério particular da família Essig em terras do proprietário atual Arnildo Deicke.

Fonte: O autor.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Outro episódio trágico nas imediações foi a morte por linchamento dos remanescentes *Mucker* de Terra dos Bastos (atual localidade de Tamanduá, Marques de Souza/RS) e Picada May (Marques de Souza/RS), acusados do assassinato de uma mulher (DICKIE, 2006, p. 342). Este acontecimento marcou boa parte do médio e baixo Forqueta, representando um ato de intolerância com a diversidade de experiência religiosa protagonizada pelo movimento iniciado no morro do Ferrabraz.

O pastor Saenger em suas crônicas lembra que a comunidade de Tamanduá era fortemente influenciada pelos *Mucker* e que eles "ainda estavam convictos da messianidade de Jakobine Maurer". O mesmo pastor comenta que "em 1897, formaram-se grupos de execução, com aproximadamente trezentos homens, em todo o município" (MÜLLER, 1998, p. 46). Saenger comenta que não houve participação dos membros da comunidade de Nova Berlim da Forqueta, mas "muitos homens e jovens da comunidade subiram até Picada May e participaram do linchamento dos *Mucker*" (MÜLLER, 1998, p. 39). É provável que indivíduos de Picada Felipe Essig também tenham tomado parte no crime.

Estes dois eventos são associados a momentos de crises pontuais que acompanharam a história do Rio Grande do Sul. Eles não têm profundidade histórica para caracterizar o desenvolvimento de Picada Felipe Essig como um todo, a despeito dos padrões religiosos tidos como "aceitos" pela comunidade no episódio do extermínio *Mucker*.

Os acontecimentos trágicos servem como evidências de que a picada teuto-brasileira, apesar de seu capital social e sentido societário, não era um lugar de pensamento monolítico e privado de conflitos sociais. Como mais um exemplo disso, em 1926 houve a divisão da comunidade em dois Sínodos Evangélicos, o IECLB e o IELB, conhecido como Missouri (CONRAD, 2002, p. 12). Dreher (2006, p. 334), a respeito da religiosidade dos imigrantes alemães, é definitivo: "não houve identidade coletiva religiosa. Ela é obra de intelectualidade que buscou enquadrar as comunidades de imigrantes dentro de um ideal a ser alcançado".

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

5. 3 Redução dos riscos da colonização: a picada teuto-brasileira

A picada teuto-brasileira pode, portanto, ser considerada uma importante ferramenta de administração de riscos públicos nos primeiros cinqüenta anos de colonização de Picada Essig. Através do capital social, das obrigações societárias e do comportamento previsível dos agentes sociais que perfaziam a comunidade, muitos dos riscos e demandas públicas puderam ser satisfeitas com maior ou menor sucesso.

Em primeiro lugar, a sobrevivência física. Experientes ou não, toda início de colonização apresentava seus desafios. Apesar do privilégio de ser alvo de uma política governamental de ocupação das terras ditas devolutas e de ter assegurada sua condição de proprietário – algo que foi negado aos nacionais – é possível entrever dificuldades no contato inicial com as matas (DACANAL, 1980, p. 274). As crônicas do pastor Saenger comentam que "a Terra dos Bastos foi, na região, a única colônia onde se construiu uma casa para os imigrantes, onde podiam ser obtidos todos os utensílios agrícolas" (MÜLLER, 1998, p. 45). De resto, é possível supor que em outras colônias auxílios não foram prestados de uma maneira mais incisiva. Na outra margem do Forqueta, as colonizações, como já caracterizadas, foram realizadas por meio da venda de lotes por pessoas físicas, normalmente pequenos e médios empreendedores.

Entre 1916 e 1920, nos registros de batismo[64] da *Evangelische Immanuel Gemeinde* oitenta e quatro batismos foram registrados, uma média de aproximadamente 17 batizados ao ano. Na década de 1910, pelo menos em Picada Felipe Essig o crescimento demográfico era considerável, ainda que haja a necessidade de se considerar a mortalidade infantil, risco que não foi possível de ser sanado a partir das estruturas comunitárias, mas que também não prejudicou o crescimento demográfico. Mesmo com essa ressalva, Dacanal (1980, p. 274), que entende o imigrante como um privilegiado, observa uma continuidade histórica do

[64] Livro de contabilidade e registro de admissões da Evangelische Immanuelgemeinde de Picada Felipe Essig. Acervo da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Marques de Souza/RS.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

regime alimentar pré-natal e pós-natal das áreas de minifúndio no sentido de se observar a qualidade e satisfação do mesmo.

Associado à sobrevivência física, as taxas de natalidade e a produção econômica de Picada Felipe Essig revelam a satisfação dos componentes da nutrição humana já nos primeiros anos de colonização da área. A colônia visava sua auto-suficiência, porém não podia descuidar de atender futuramente o mercado, seja para pagar dívidas relativas à terra, seja para o crescimento pessoal. De toda forma, a agricultura com fins de subsistência foi o principal motor da produção econômica nos primeiros anos de ocupação do território. Associado a isso, havia o consórcio de criação e as habilidades artesanais desenvolvidas ou tradicionalmente praticadas pelas famílias que lhes serviam de complementação e diversificação produtiva (CONRAD, 2002, p. 16). Os pastores também não comentam sobre a fome, ainda que ressaltem dificuldades (roubos de animais, dinheiro, etc.) no período da Revolução Federalista (MÜLLER, 1998, p. 35).

Levando em consideração o problema da moradia, haja vista que somente nas Terras dos Bastos havia alguma estrutura de atendimento às demandas iniciais dos colonizadores, é de se notar que essa necessidade foi atendida satisfatoriamente num período mais avançado. Em 1912, o intendente municipal João Batista de Melo [65]se considerava satisfeito pelo o que acontecia “nas diversas linhas coloniaes em que quase todos os moradores têm construído casas de moradia, confortáveis, de bons materiaes”.

Se a manutenção da vida física da família, sua nutrição, saúde e moradia se constituíam em demandas que tinham efeitos diretos sentidos com mais intensidade na escala do indivíduo – ainda que se fossem problemas de ordem pública, o que inclusive se defende nesse estudo – a formação das instituições que configuravam a comunidade atingia o plano da coletividade.

A argumentação que se faz nessa pesquisa gira, em grande parte, em torno dessa questão: o que vem primeiro em Picada Felipe Essig? A comunidade ou o indivíduo? Ou ambas ao mesmo tempo? Pensa-se que essa indagação possa ser

[65] Relatório apresentado pelo intendente João Batista de Melo ao Conselho Municipal na sessão de 15 de outubro de 1912. Arquivo Histórico Municipal de Lajeado.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

estendida a todo o processo de imigração alemã, através da discussão do capital social. E a sua resposta, ainda que não conclusiva ou mesmo inútil, pode passar pelo capital social.

Por conseqüência, Vogt (2006, p. 165) em sua tese de doutorado sobre a imigração alemã e o capital social argumenta que

> [...] os obstáculos iniciais enfrentados pelos colonos e a persecução de objetivos idênticos geraram laços societários que uniram as famílias de uma comunidade ou região. A cooperação começava a partir da chegada. O trabalho de derrubada da mata e a abertura de clareiras e a construção da primeira choupana davam-se, muitas vezes, a partir da formação de frentes de trabalho de várias famílias. Luís Panke, por exemplo, deixou registrado nas memórias de sua família que seu avô, Johann Michel Panke, chegado com seus filhos Johann, de 18 anos, e Albert, de 10, em 1853 no lote n. 68 da Picada Rio Pardinho, Colônia de Santa Cruz, recebera o imprescindível auxílio de dois vizinhos, imigrados anteriormente, para construir sua primeira choupana. Esses dois homens lhe informaram que no mesmo dia, desde cedo, um grupo havia se formado para ajudar, com braços e sugestões práticas, os outros imigrantes recém-chegados na mesma leva. Os próprios Panke, após terem feito seu primeiro rancho, passaram a auxiliar na mesma tarefa um de seus vizinhos. O auxílio no empréstimo de ferramentas também era freqüente. “As ferramentas dos colonos eram emprestadas e trocadas entre si; um tinha uma ferramenta para rachar madeira e outro um serrote para fazer tábuas... assim as ferramentas iam de uma mão para outra e brilhavam de tanto uso.

A americanização dos povos de origem alemã no Brasil gerou um movimento de duplo sentido no campo da organização social. Eles sofrem as imposições do ambiente brasileiro (social e ecológico), porém usam do repertório cultural de suas origens. No campo, em decorrência disso, nasceu uma nova sociedade, a picada teuto-brasileira.

Os colonos agiam de modo comunitário impelidos por suas tradições e pelos riscos que os rondavam. Era preciso alguma organização e a picada teuto-brasileira foi seu resultado, pois “diante de novos problemas que requerem solução coletiva, homens e mulheres de toda a parte vão buscar soluções no seu próprio passado” (PUTNAM, 2006, p. 184). O capital social não é uma propriedade da sociedade ou um atributo social que pressupõe comunidades idílicas guiadas pelos princípios absolutos da justiça, bondade e solidariedade. As pessoas buscam a satisfação dos seus interesses, porém acreditam que podem buscar algum auxílio, por exemplo,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

com seus vizinhos, mas, ao mesmo tempo, sabem que essa ajuda terá de ser retribuída em algum outro momento. Aquele que desrespeitar o fundamento da previsibilidade pode ser excluído desse sistema de cooperação, com conseqüências funestas para o seu próprio crescimento. O agir coletivo, portanto, se faz sob o interesse do indivíduo, mas seus efeitos escapam a ele e inundam a comunidade produzindo efeitos públicos.

Seyferth (1974, p. 93) ao comentar sobre a integração entre a vila e o lote colonial – ela se reporta à colonização oficial (provincial) do vale do Itajaí-Mirim em Santa Catarina, sendo esta uma fundamental diferença no caso aqui estudado, pois esta "vila" a que ela se refere centralizava serviços públicos (saúde, administrativos, etc) profissionalizados e oficiais, que eram administrados pela província, estruturas inexistentes em Picada Felipe Essig – diz que

> [...] a divisão das terras, as necessidades religiosas, problemas de ordem legal, o comércio, são levados a efeito ao nível da vila e não da pequena propriedade rural. Até mesmo os interesses comuns, a cooperação entre os vizinhos e os trabalhos comunais são resolvidos na vila. A colônia e a vila formam uma unidade impossível de separar

A autora sugere que não é possível separar o indivíduo da sua comunidade. Os colonos parecem ter percebido que dadas as condições em que se encontravam o seu sucesso também dependia do sucesso dos outros. Afinal de contas, para escoar a madeira ou a produção era preciso passar pela frente do trecho de picada dos vizinhos. Para aprender sobre as madeiras, os cultivos, as enchentes, etc. era necessário um local de reunião. E quanto mais gente, melhor: mais troca de experiências, mais cooperação, mais possibilidades de acordos em atividades que, por alguma razão, não podiam ser feitas adequadamente de modo individual ou unicamente familiar.

Duas vilas atenderam a comunidade de Felipe Essig com mais intensidade: Marques de Souza/RS (Nova Berlim da Forqueta até 1916) e a vila da comunidade de Três Saltos Baixo, no atual município de Travesseiro/RS (figura 23). Dependendo da distância do lote a estas respectivas vilas o colono se dirigia para aquela que lhe fosse mais próxima. Alguns usavam Três Saltos Baixo e outros usavam Marques de

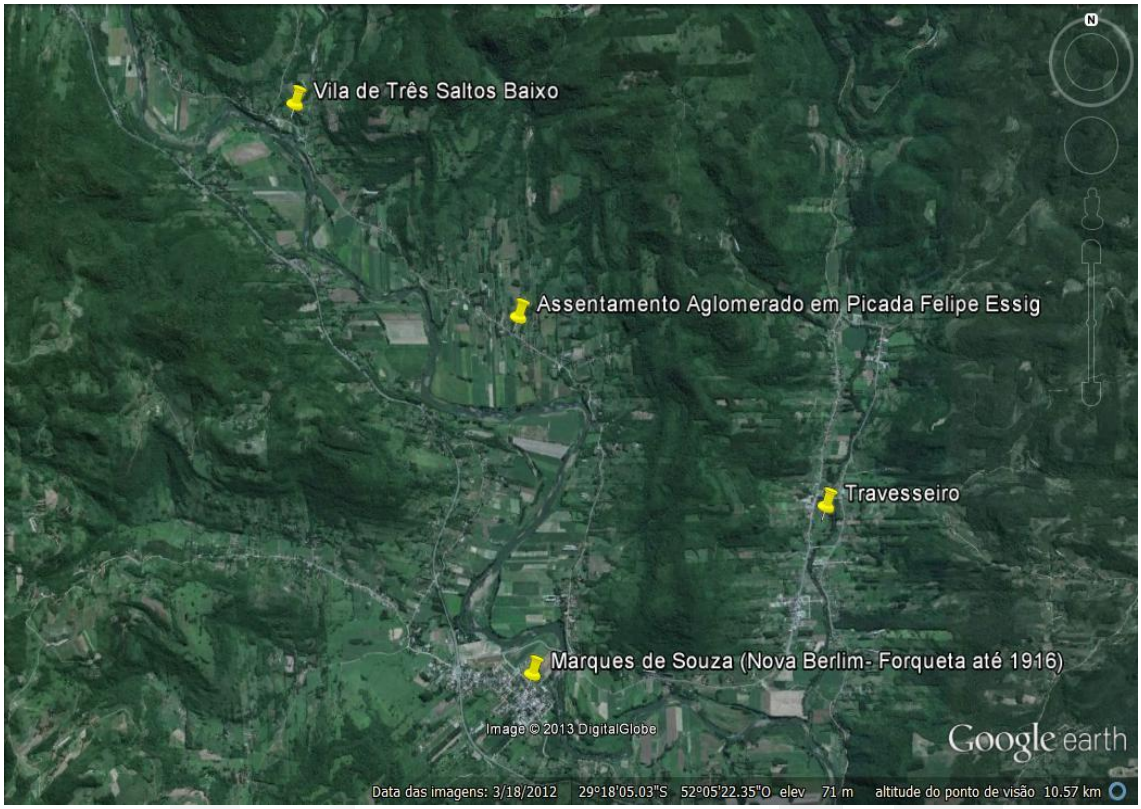
BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Souza - vila mais estabelecida, haja vista que já havia virado distrito de Lajeado em 1916 - como referência. Ambas as localidades são e foram majoritariamente evangélica-luteranas.

Na Picada Felipe Essig existe um trecho de aglutinação de residências e instalações (figura 22), porém em termos de importância ela não competia com estas duas outras localidades. Mas mesmo assim, havia casas comerciais e serviços especializados que atendiam a comunidade. O que pode ter atrapalhado a formação de uma vila no sentido clássico foi a ausência de interconexões com outras picadas, fato motivado em grande parte pela geografia do local. Três Saltos Baixo fazia esse papel, pois conectava a estrada geral que marca a paisagem de Picada Essig com a Picada São João, Barra do Fão e as localidades altas de Três Saltos Médio e Três Saltos Alto, além da zona italiana de Nova Bréscia, um pouco mais além.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Figura 23 - Vilas que atendiam Picada Felipe Essig e aglomeração de instalações e ofícios na mesma comunidade. Travesseiro nunca foi referência nesse sentido em razão da distância e acidentes geográficos.



Fonte: Adaptado de Google Earth. Acesso em: 03 abr. 2013.

Num espaço em que os serviços públicos eram débeis, onde não existiam estradas satisfatórias, onde as competências intelectuais não podiam ser atendidas minimamente (alfabetização e cálculo), onde a prática da agricultura não havia sido inteiramente dominada, não era lógico agir individualmente. A comunidade se impõe dentro da lógica da infra-estrutura e da sociedade de acolhimento. Seyferth (1974, p. 93) adiciona que

> O trabalho comunal envolvia principalmente tarefas ligadas à construção de capelas ou escolas e à limpeza das estradas. A cooperação, no primeiro caso, envolvia tanto a doação de madeira por parte dos colonos, como mão-de-obra gratuita. No segundo caso, cada proprietário se encarregava de limpar o trecho de picada ou estrada correspondente à frente de seu lote

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

E assim, em Picada Felipe Essig, as estruturas comunitárias surgem concomitante às necessidades primeiras dos colonos. Eles sabiam que havia um grande trabalho a ser feito pela frente e que necessitavam da cooperação de todos para o seu próprio crescimento. Para aprender técnicas e cultivos nos *Kalender* que circulavam pela área colonial era necessário saber ler; para fazer bons negócios e não ser enganado pelo vendedor das terras ou pelo comerciante da venda – sempre houve oportunismo – era preciso saber calcular. Só a comunidade podia prestar essa estrutura. Mesmo no período do arroteamento inicial, quando a infra-estrutura era muito precária, era comum que um colono se dispusesse a ensinar as crianças em sua choupana ou no de outrem. E assim também ocorria com o culto religioso, presidido pelo pastor-colono ou padre-colono, que, pelo menos, na ausência de estruturas ainda construídas e de sacerdotes, confortava as almas que receavam de sua distância com Deus (DREHER, 2006, p. 327).

Por isso, não é de todo surpreendente que em 1887 a escola em Marques de Souza já fosse considerada velha, precária e pequena demais (MÜLLER, 1998, p. 37). E tudo isso sem o concurso de pastores ordenados ou ligados ao Sínodo. Também não espanta o fato de que antes da escola evangélica-luterana existir em Picada Felipe Essig, aulas eram dadas para as crianças nas dependências do salão de baile da casa comercial Khol (CONRAD, 2002, p. 14).

Tudo na imigração alemã parece acontecer muito rápido. Desmatar, plantar, estradas, escola, igreja e cemitério. São as estruturas da comunidade que dão impulso aos colonos. E mesmo na mais recôndita mata, a possibilidade da organização de uma comunidade estruturada, por mais “primitiva” que fosse, sempre foi uma grande vantagem, com ou sem a presença da Igreja institucional (católica ou evangélica-luterana) ou qualquer outra agremiação típica da germanidade. Aqueles locais onde a população não conseguiu se articular em termos comunitários, aparentemente e geralmente - pois disso dependiam também outros fatores como distância aos mercados, auxílio estatal, qualidade do solo, entre outros -, tiveram seus desenvolvimentos retardados. Mas disso também dependem mais pesquisas.

As casas comerciais, as populares “vendas”, também faziam parte da dinâmica comunal. Elas demonstram como o privado pode se imiscuir no público e gerar efeitos positivos nas comunidades. Normalmente se localizavam na vila ou

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

num ambiente mais aglomerado. Conrad (2012, p. 15) enumera quatro casas comerciais que atenderam Picada Felipe Essig em sua fase inicial: a casa do senhor Khol, com salão de baile - que também funcionava como escola antes da construção da escola evangélica-luterana da comunidade -, e as vendas de Albano Gehwer, Henrique Geiss e Alfredo Aydar, que seria um imigrante ou descendente com origens sírio-libanesas[66].

Para Dreher (2005, p. 16) a venda foi "muitas vezes apresentada como centro de exploração do pequeno produtor [porém] a casa comercial, era de importância fundamental para seu desenvolvimento". Ponto de encontro e de troca de experiências, o comerciante era muitas vezes o financiador de muitos colonos, através da concessão de créditos que podiam ser financeiros ou pautados no adiantamento de mercadorias necessárias à vida doméstica e econômica. Seyferth (1974, p. 93) reforça a ideia de que a venda tinha uma importância comunal, não somente econômica no sentido do interesse único e exclusivo do comerciante. Numa sociedade sem crédito, as vendas parecem ter desempenhado um grande papel para suprir essa carência. E a velha modalidade do "fiado" ainda coordena a vida econômica das pequenas e médias comunidades formadas na esteira da imigração alemã, o que atesta o sucesso da prática e os níveis de confiança interpessoal.

Associada às estruturas comunitárias, as festas eram elementos imprescindíveis para a viabilização da localidade. Em Picada Felipe Essig, Conrad (2002, p. 13) argumenta que

> [...] inicialmente as festas eram realizadas em bosques que ofereciam sombra e ali se montavam a infra-estrutura para a realização das mesmas, sempre precedidos de cultos e animados por bandinhas. Posteriormente as igrejas construíram seus galpões para festas, acoplados a mesma e que eram providos de infra-estrutura, especialmente churrasqueiras, cozinha e bar (bodega).

Com esse relato, desde o início se evidenciou o apelo de comunidade em Picada Felipe Essig. Festas como o *Kerb* (comemorado no terceiro final de semana

[66] Não foi possível verificar com mais profundidade essa informação, porém é pacífico entre os moradores esse entendimento. Essa informação leva às discussões formuladas por Gertz (2007).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

do mês de janeiro) e demais festas como Natal, Pentecostes e a celebração da Páscoa eram momentos de encontros e interação entre as pessoas – além das novenas e rezas no campo religioso. Festas familiares como batizados, casamentos, etc. também agitavam a pequena comunidade. Havia também a Sociedade de Cantores Concórda que promovia bailes, além dos conjuntos musicais que existiram tradicionalmente na história de Felipe Essig (CONRAD, 2002, p. 13). Aparentemente "inofensivas", estes momentos solidificaram a tradição comunitária da picada e prepararam os ingredientes da cooperação.

A diversidade de habilidades profissionais também atuou no sentido do provimento técnico às atividades desenvolvidas em Picada Felipe Essig tanto na dimensão da vida doméstica como econômica. Conrad (2002, p. 38) enumera que a comunidade produzia

> [...] açúcar, melado, schmier, cerveja, cachaça, manteiga, fumo em corda, nata, queijo, móveis, vassouras, cordas de couro, chapéus, cestas, vinagre, salame, banha, vinho, polvilho, conservas, erva-mate, cuias, colchões, cobertores, travesseiros, roupas, utensílios domésticos e ferramentas, calçados, compotas, etc.

Estas habilidades eram freqüentemente e desde sempre alvo de procura pelos vizinhos que dela necessitavam. Obviamente que os artesãos eram os maiores beneficiados. Com seus conhecimentos técnicos de transformação geravam sempre uma renda secundária. Mas seus serviços também podiam ser adequados às possibilidades e modos de pagamento possíveis aos vizinhos. Ele tinha de se adaptar às condições do mercado comunitário. E não raro estes serviços eram pagos por meio de produtos agrícolas ou prestações laborais.

E assim a comunidade parece ter surgido como o motor do desenvolvimento e viabilidade econômica de muitas comunidades. Não se está repetindo o discurso apologético do colono idealizado, sua estrutura social igualitária e a sua abnegação diante do seu próximo. Os indivíduos cooperavam porque a ausência de infra-estrutura e de efetividade do poder público (em maior ou menor grau) criou uma situação que teve de ser resolvida através do repertório cultural destes indivíduos. Cooperavam porque era lógico cooperar. Era a melhor saída, o *optimum* social. A

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

picada teuto-brasileira é o nome recebido por essa comunidade humana cercada por vários riscos. E o fato dela ser cooperativa não afasta o conflito e as relações de poder existentes em seu âmago, pois mesmo nas situações de dissenso, os cidadãos da picada teuto-brasileira consideravam “o domínio público algo mais do que um campo de batalha para a afirmação do interesse pessoal” (Putnam, 2006, p. 102). Assim, a ideia de comunidade cívica de Putnam pode ser estendida de acordo com os argumentos aqui apresentados, à picada teuto-brasileira.

Viver em comunidade através da cooperação atendia primeiramente os interesses individuais, e por isso se pode explicar a agilidade e o frenesi em que as estruturas comunitárias foram criadas. Interessava aos colonos contar com uma estrutura de apoio e coordenação às suas atividades e projetos pessoais. Para que isso pudesse ocorrer, sempre haveria de existir na mente dos colonos uma possibilidade de prever o comportamento de seu vizinho ou de outro morador. E é nesse sentido que o capital social, por meio do atributo de confiança, pôde criar uma experiência social nova no Brasil.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi demonstrado no desenvolvimento dessa dissertação, conclui-se que o estudo da picada teuto-brasileira exige a consideração de duas dimensões, a história européia do período pré-imigração e o próprio desenvolvimento de adaptação e instalação do teuto-brasileiro nas terras do sul do Brasil.

De acordo com os elementos argumentativos fundamentados em suporte teórico, bibliográfico e em pesquisa histórica, este estudo procurou os elementos que embasavam as relações sociais que historicamente ocorreram no ambiente da picada teuto-brasileira.

De tal forma, o capital social surgiu como o melhor instrumento analítico para entender o modelo de desenvolvimento originado pela picada teuto-brasileira. Ele foi capaz de criar vínculos de confiança social que resultaram numa rede de obrigações comunitárias formais e informais. Estas permitiram aos habitantes das picadas um considerável controle sobre as demandas públicas locais.

Verificou-se por meio de um caso concreto - a Picada Felipe Essig localizada no município de Travesseiro/RS – que a picada teuto-brasileira pode ser encarada inicialmente como um espaço dotado de riscos sociais variados, em que se destacavam a manutenção da vida física, a segurança alimentar, a moradia, a saúde e a reconstrução comunitária no ambiente receptor do Brasil meridional. A floresta subtropical pode ser considerada como uma força aglutinadora e causadora desses riscos, pois somente a partir do seu “domínio” e destruição – sendo esta a expressão

ambiental das picadas teuto-brasileiras - é que se pôde observar a minoração da exposição dos riscos sociais mais urgentes para aquelas pequenas coletividades.

Por conseguinte, no capítulo 1 a origem do capital social que fundamentava as relações sociais das picadas teuto-brasileiras foi colocada sob o ângulo de uma pesquisa histórica dimensionada pela história da Europa. Por meio de pesquisas efetuadas em museus e arquivos do sudoeste da Alemanha e por meio da literatura especializada no tema, foi possível identificar que na região de origem da maior parte dos imigrantes que vieram ao Brasil – a região do Hunsrück no atual estado da Renânia-Palatinado – houve um precedente histórico de importância central para o desenvolvimento das picadas teuto-brasileiras: as terras comunais, ou conforme a nomenclatura internacional, os *commons*.

Os *commons* foram organizações criadas na Idade Média com fins de proteção e exploração de recursos naturais e econômicos passíveis de serem geridos pela população camponesa. Originados através da ação política, resistência e negociação dos camponeses com a nobreza local, os *commons* fizeram parte de um movimento conhecido por Revolução Silenciosa (DE MOOR, 2008), que se embasava na ação e gestão coletiva da vida econômica, política e social. A institucionalização dos *commons* através de regulamentos, ordenações, entre outros, lhe conferiu um caráter de autonomia administrativa frente ao mundo feudal do qual também fazia parte. E ainda de forma mais fundamental, o processo de institucionalização dos *commons* também criou as ferramentas de estabelecimento da confiança interpessoal, pois para viver e usufruir da segurança dos *commons*, os indivíduos precisavam respeitar as ordenações construídas pela sua comunidade, onde todo membro era convidado a contribuir e decidir, de modo coletivo, sobre as questões públicas. Como resultado desses arranjos e dadas as condições sociais de sua existência, os *commons* se tornaram uma comunidade de relações sociais horizontalizadas onde o capital social pôde vicejar.

No capítulo 2, a pesquisa se centrou na caracterização do contexto ambiental encontrado pelos fundadores de Picada Felipe Essig, e, desta forma, houve a preocupação de se sugerir prováveis e urgentes demandas públicas que cercaram os primeiros habitantes. Levando em conta os aspectos da paisagem e através de pesquisa histórica, foi possível elencar riscos atinentes à fase de instalação e

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

adaptação dos teuto-brasileiros em Picada Felipe Essig. Como eixo ramificador dos riscos, encontrava-se a exuberante floresta subtropical com todos os seus perigos e oportunidades. No processo de sua alteração, os colonizadores se depararam com os perigos de um ambiente por eles desconhecidos, a segurança alimentar, a moradia e a ausência de estruturas comunitárias que lhes pudessem ser úteis. A estas situações reunidas, os teuto-brasileiros procuraram formas de solucioná-las.

Através do capital social foi possível formar, então, a picada teuto-brasileira, um arranjo social que foi montado com o propósito de responder às demandas públicas fundamentais e de viabilizar a comunidade em seus mais diferentes aspectos. No capítulo 3, buscou-se uma definição de picada teuto-brasileira aliada ao seu maior combustível: o capital social. A picada teuto-brasileira, através de pesquisas históricas e bibliografia, foi definida como um espaço de desenvolvimento guiado por uma visão comunitária calcada em vínculos de confiança social que resultaram num eficiente mecanismo de solução dos problemas dos indivíduos. Neste capítulo também houve a preocupação de demonstrar concretamente de que forma o capital social operou para que a Picada Felipe Essig se afirmasse como uma comunidade autônoma e resolutiva, dentro dos moldes da picada teuto-brasileira.

As contribuições mais significativas dessa dissertação para o estudo da imigração germânica ao Rio Grande do Sul dizem respeito, primeiramente, a uma ênfase na história do contexto pré-imigração, muitas vezes dificultada por imposições logísticas ou financeiras. Em segundo lugar, buscou-se trabalhar a imigração alemã através do conceito de capital social, ferramenta teórica pouco conhecida pelos historiadores, mas muito utilizada pela Economia, Ciência Política, Sociologia e estudos de Desenvolvimento Regional. Também se acredita ter contribuído para uma visão historiográfica relativamente “nova” a respeito das colônias ou picadas teuto-brasileiras, que variam da tese do isolamento e da harmonia social (ótica mais tradicional) às novas interpretações mais conflituosas e relacionais dos centros de assentamento teuto-brasileiro no Rio Grande do Sul (incluída nessa perspectiva a história agrária e sua ênfase na sociedade dos ervais). Por último, espera-se ter contribuído para o esclarecimento de mais alguns capítulos sobre a história regional (Vale do Taquari/RS), tão difícil de ser feita em razão da natureza particular da colonização.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Esta dissertação almejou demonstrar que a picada teuto-brasileira é herdeira de uma tradição anterior ao processo de imigração: as terras comunais da Alemanha, ou conforme a nomenclatura criada pela literatura, os *commons* alemães. Como resultado dessa herança, o capital social foi o elemento que produziu confiança interpessoal e um rol de obrigações entre a vizinhança, que rapidamente levou os indivíduos de Picada Felipe Essig a se organizarem enquanto comunidade (espírito público e infra-estrutura). A comunidade organizada em torno dos princípios da picada teuto-brasileira atacou os principais riscos e demandas públicas a que estavam sujeitos os primeiros colonizadores. Ela foi capaz, além disso, de viabilizar a localidade, podendo atender, com maior ou menor sucesso, e, mesmo a despeito das relações de poder e dos conflitos inerentes às sociedades humanas, os interesses individuais de seus moradores. Cooperar era a melhor opção. E assim, diante de uma situação desafiadora, os homens e as mulheres de Picada Felipe Essig olharam para o seu passado e encontraram lá o tesouro do capital social.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

REFERÊNCIAS

ACERVO DA COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE MARQUES DE SOUZA (Marques de Souza/RS). Livro Picada Felipe Essig.

AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei Teresinha. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul – 1822 a 1930. **Estudo & Debate**, ano 8, n. 1, 2001, p. 49-91.

ALBUQUERQUE, Rosana Lemos de Souza. **Associativismo, capital social e mobilidade**: contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal. 581, fls. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Aberta, Lisboa, 2008.

ALENCASTRO, Luis Felipe; RENAUX, Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: NOVAIS, Fernando (Org.). **História da vida privada no Brasil**: Império. São Paulo: Cia das Letras, v. 2, 1997.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando (Org.). **História da vida privada no Brasil**: República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Cia das Letras, v. 3, 1997.

AMADO, Janaína**. A revolta dos muckers**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2 ed, 2002.

AMARAL, Nemézio C. Filho. As perigosas fronteiras da “comunidade”: um desafio à comunicação comuitária. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano H. ribeiro. **Comunidade e contra-hegemonia**: rotas de comunicação alternativa. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2008, p. 75-88.

ANTAS JR, Ricardo M. **Território e regulação**: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Associação Editorial Humanas/FAPESP, 2005.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (Porto Alegre/RS). Auto de medição (da Lei de Terras de 1850) número 2017.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE LAJEADO (Lajeado/RS). Relatório do Intendente João Batista de Melo ao Conselho Municipal na sessão de 15 de outubro de 1912.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE LAJEADO (Lajeado/RS). Relatório do Intendente João Batista de Melo ao Conselho Municipal na sessão de 15 de outubro de 1916.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE LAJEADO (Lajeado/RS). Relatório do Intendente João Batista de Melo ao Conselho Municipal na sessão de 15 de outubro de 1917.

BARDEN, Julia et al. A economia do RS no período entre 1920 e 1940: uma análise da região do Vale do Taquari. **Estudo & Debate**, ano 8, n. 2, 2002, p. 7-55.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro : J. Zahar, 2003.

BECKER, Dinizar. Capital social: uma nova derivação da economia de mercado? In: CORREA, Silvio Marcus de Souza. **Capital social e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

BENDER, Simone Manfredini. **Capital social e desenvolvimento em São Leopoldo**. 2007, 152 fls, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Unisc, Santa Cruz do Sul, 2007.

BERSCH, Roque Danilo et al. **Ondas de migrantes**: crônicas de 138 anos de Brod no Brasil: vida, obra, escritos. Lajeado, RS: Univates, 2006.

BLICKLE, Peter. **From the Communal Reformation to the Revolution of the Common Man**. Leiden; Boston; Cologne: Brill, 1998. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=qSG0QD3bXKQC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 04 abr. 2013

BORBA, Julian; Silva, Lilian Lenite da Silva. Sociedade civil ou capital social? Um balanço teórico. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. **Capital social**: teoria e prática. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2006, p. 103-126.

BOURDIEU, Pierre**.** The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (Org.) **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood, 1986, 241-258. Disponível em: <http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/fr/bourdieu-forms-capital.htm >. Acesso em: 15 mar. 2012.

BRAKENSIEK, Stefan. Reformas agrarias y transformacion de la sociedad rural en el siglo XIX. In: VARELA, Jesus M. G; LAFUENTE, Gloria S (Orgs.). **Sociedades agrárias y formas de vida: la historia agraria en la historiografia alemana, siglos XVIII-XX**. Zaragoza: Prensas universitárias de Zaragoza, 2006, p. 27-46. Disponível em: < http://www.uni-due.de/~hg0090/pdfe/Brakensiek_Reformas%20agrarias.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2013.

_____. The management of common land in northwestern Germany. In: DE MOOR, Martina; TAYLOR, Leigh Shaw; WARDE, Paul (Orgs.). **The management of common land in north-west Europe, c. 1500-1850.** Turnhout, Bélgica: Brepols, 2002, p. 225-245. Disponível em: < www.uni-

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

due.de/~hg0090/pdfe/Brakensiek_The%20management%20of%20common%20land%20in%20northwestern%20Germany.pdf >. Acesso em: 20 fev. 2013.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo (século XV-XVIII)**: os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, v. 2., 2005b.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BUBLITZ, Juliana; CORREA, Silvio Marcus de Souza**. Terra de Promissão**: Uma Introdução à Eco-História da Colonização do Rio Grande do Sul. Santa Cruz: Edunisc; Passo Fundo: UPF editora, 2006.

BUBLITZ, Juliana. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. XI, n. 2, 2008, p. 323-340.

CARVALHO, Ely Bergo.**Sombras do passado, projetos de futuro**: as florestas nas memórias dos agricultores de Engenheiro Beltrão – Paraná, 1947-2003. 174 fls. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

CÉSAR, Caio Júlio. **Comentários: De Bello Gallico**. São Paulo: Ebooks Brasil, 2006. E-book. Disponível em:< http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/cesarP.html >. Acesso em: 07 fev. 2013.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão**: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o vale do Taquari no período de 1840-1889). 2004, Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2004.

_____. A tensão nos ervais: a resistência dos homens livres e pobres frente ao avanço da imigração no Rio Grande do Sul. **Saeculum Revista de História**, João Pessoa, jan/jun 2008.

_____. **Litígios ao sul do Império**: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880). 350 f. il. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Filosofia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

CLAVAL, Paul. “A volta do Cultural” na Geografia. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 01, n.1, 2002.

COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, 1988, p. 95-120. Disponível em: < http://onemvweb.com/sources/sources/social_capital.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

CONRAD, Paulo Francisco. **História da colonização da comunidade de Picada Felipe Essig e características da agricultura familiar ali desenvolvida**. 2002, 38 fls. Monografia (Especialização). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Seropédica, RJ.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, jan./dez, 2005 p.227-269.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

_____. Multiculturalismo e fronteiras étnicas. In: BOEIRA, Nelson et al (orgs.) **Império**. Passo Fundo: Ed. Méritos, 2006, v. 2, p. 257-278.

CREMONESE, Dejalma. Insolidarismo e cordialidade: uma análise das mazelas políticas do Brasil. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Orgs.). **Capital social**: teoria e prática. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2006, p. 48-70.

CUNHA, Jorge Luís**. Os colonos alemães e a fumicultura**: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.

_____. Imigração e colonização alemã. In: BOEIRA, Nelson et al (orgs.) **Império**. Passo Fundo: Ed. Méritos, 2006, v. 2, p. 279-300.

DACANAL, A imigração e a história do Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS**: Imigração e colonização. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. História das Paisagens. In: Cardoso, Ciro Flamarion. Vainfas, Ronaldo**. Domínios da História**. 15 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

DALLABRIDA, Valdir José. A dimensão intangível do desenvolvimento: algumas reflexões do preliminares. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. **Capital social**: teoria e prática. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2006, p. 88-109.

DE CARVALHO, Irineu Filho, MONASTÉRIO, Leonardo. Immigration and the Origins of Regional Inequality: Government-Sponsored European Migration to Southern Brazil Before World War I. **Regional Science and Urban Economics**, Elsevier, v. 42(5), 2012, p. 794-807.

DE MOOR, Tine. The silent revolution: a new perspective on the emergence of commons, guilds, and others forms of corporate collective action in western Europe. **International review of social history**, n. 53, 2008, p. 179-212.

_____. The travesty of a common: the management and use of a common in a changing Flanders (18^{th}-19^{th} century). In: WOW, 3, 2004, Bloomington, **Anais eletrônicos**… Bloomington, 2004, 30 p. Disponível em: < http://www.indiana.edu/~wow3/papers/wow3_de_moor.pdf> Acesso em: 12 fev. 2013.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DERIENZO, Harold. **The concept of community**: lessons from the Bronx. Milan, Italy: Ipoc, 2008. E-book.

DICKIE, Maria A. Schmidt. O movimento mucker, o demônio, a irracionalidade e o espírito. In: BOEIRA, Nelson et al (orgs.) **Império**. Passo Fundo: Ed. Méritos, 2006, v. 2, 337-350.

DREHER, Martin N. Os 180 anos da imigração alemã. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. **História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã: Teutônia e Westfália/RS**. São Leopoldo: Oikos, 2005, p. 11-31.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

_____. As religiões. In: BOEIRA, Nelson et al (orgs.) **Império**. Passo Fundo: Ed. Méritos, 2006, v. 2, p. 321-326.

_____. Imigração e religião no Rio Grande do Sul do século XIX. In: RADÜNZ, Roberto; SLOMP, Loraine (Orgs.). **Imigração e cultura**. Caxias do Sul: Educs, 2007, p. 191-204.

_____. **Breve história do ensino privado gaúcho**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

DRUMMOND, José Augusto. A História ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol.4, n.8,1991, p.177-197.

DUBY, Georges. **O ano mil**. Lisboa: Ed. 70, 2002.

ECKERT, José Paulo. **O povo dos hervaes**: entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz, 1850-1900). 187 fls. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

ECKHARDT, Rafael Rodrigo. **Zoneamento ambiental do Vale do Taquari**. 66 fls. 2005.Monografia (Curso de Biologia) Lajeado, Centro Universitário Univates,

ECKHARDT et al. **Zoneamento econômico-ambiental do Vale do Taquari**. Lajeado: Ed. Univates, 2007.

ENGELS, Friedrich. A marca. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 17, p. 147-163, 2003. Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica17-D-engels.pdf> Acesso em: 11 mai. 2012.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental. In: KLUG, João; NODARI, Eunice Soeli. **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 167-197.

FELIX, Loiva Otero. Religião e política: os teuto-brasileiros e o PRR. In: MAUCH, C. e Vasconcelos, N. (Orgs.). **Os alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. Ulbra, 1994, p. 77-85.

FERLA, Josélia Jantsch. **Helma Bersch e o ensino de música no contexto da imigração alemã católica do Vale do Taquari**. 2009, 139 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

FIEGENBAUM, Jones. **Um Assentamento Tupiguarani no Vale do Taquari/RS**. 221 fls. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2009.

FREY, Klaus. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. In: **Ver. Sociol. Polít.**, Curitiba, 21, 2003, p. 165-185.

FUCHS, Willy. João Fuchs: perfil de um pioneiro teuto-riograndense (1831-1908). In: **Anais do IV e V Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras.** Lajeado: Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, 2002, p. 97-103.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

FUKUYAMA, Francis. **Construção de Estados**: governo e organização no século XXI. Trad. Nivaldo Montigelli Júnior. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto alegre no século XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS/ANPUH/RS, 2004.

GERHARDT, Marcos. **História Ambiental da Colônia Ijuhy**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2009.

GERTZ, René E. Imigração e história. In: RADÜNZ, Roberto; SLOMP, Loraine (Orgs.). **Imigração e cultura**. Caxias do Sul: Educs, 2007, p. 73-86.

_____. Dilemas para escrever uma história da imigração e colonização alemãs. In: MUGGE, Miquéias H.; MUGGE, Erny; HAUENSTEIN, Iria (Orgs.). **Construindo diálogos: história, educação e ecumenismo.** São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 247-264.

GHENO, Diego; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. *Causa mortis* e taxas de mortalidade em Marques de Souza/RS: aspectos históricos a partir do livro de óbitos C-1, 1916-1929. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, 2012. No prelo.

GIOLO, Jaime. In: BOEIRA, Nelson et al (orgs.) **Império**. Passo Fundo: Ed. Méritos, 2006, v. 2, p. 449-490.

GUARINELLO, Norberto Luís. História científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, nº 48, 2004, p. 13-38.

GOOGLE EARTH. **Image**. Disponível em: <http://earth.google.com>. Acesso em: 12 fev. 2013 e 03 abr. 2013.

HOFFMANN, Alessandra Corsatto; PELEGRINI, Sandro de Cássia Araújo. A técnica de se construir em madeira: um legado do patrimônio cultural para a cidade de Maringá. In: IV Congresso Internacional de História, 2009, Maringá. **Anais eletrônicos**... Maringá: UEM, 2009. Disponível em: < http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/732.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2013.

HUNSRÜCK MUSEUM (Simmern, Alemanha). Stadt Simmern. Doppelseite aus der “Cosmographie” von Sebastian Münster. Kolorierter Holzschnitt, Ca. 1555. Inv.-Nr: 2000.15

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Travesseiro-RS. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=432162#>. Acesso em: 23 fev. 2013.

KANDLER, OTTO. Historical declines and diebacks of central European forests and present conditions. **Environmental Toxicology and chemistry**, v. 11, 1992, p. 1077-1093. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/etc.5620110805/abstract>. Acesso em: 25 fev. 2013.

KLUG, João. Imigração alemã, agricultura e meio ambiente no sul do Brasil no início do século XX. In: MUGGE, Miquéias H.; MUGGE, Erny; HAUENSTEIN, Iria (Orgs.).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Construindo diálogos: história, educação e ecumenismo. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 301-312.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil:instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, n. 15, 2000, p. 159-176.

KREUTZ, Marcos Rogério. **O Contexto Ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari – Rio Grande do Sul.** 2008, 150 fls, Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008.

KREUTZ et al. **Arroio do Meio:** entre rios e povos. Lajeado: Ed. da Univates, 2011.

LALLEMANT, Robert Avé. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia,; São Paulo Ed. da USP, 1980.

LANDESHAUPTARCHIV KOBLENZ (Koblenz, Alemanha). "Gde. Irsch Section C. IIIte Theilungs-Karte Parzellenkarte" Parzellenkarte mit Großenangaben, 1857. Bestand 702, karte 14869. 1857 tk 6305, 6405/8.2-320, Saarburg und Freudenburg.

LANDESHAUPTARCHIV KOBLENZ (Koblenz, Alemanha). Der Bretzeheimer Wald "Plan de la Foret de Bretzenheim". Spezialkarte mit Baumsignaturen, Waldwegen, Gewaessern, ungefaehre Lage von Schoeneberg, Stromberg und Eckenroth, ausfuhrliche Erklaerung zu den Besitz und Nutzungsrechten, 1813. Bestand 702, karte 14551. Tk 25: 6012. Stromberg/BadKreutznach.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Trad. De Lucia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001.

LE GOFF, J. **As raízes medievais da Europa**. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 2007.

RELLY, Eduardo; MACHADO, Neli T. Galarce; SCHNEIDER, Patricia. **Do Taiaçuapé a Colinas**. Lajeado: Ed. Univates, 2008.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental no Brasil**: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **História ambiental paulista: temas, fontes, métodos.** São Paulo: Editora Senac, 2007.

MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS**: Imigração e colonização. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

MUELLER, Airton Adelar. **Criação de novos municípios, capital social e desenvolvimento**. 2007, 162 fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Unisc, Santa Cruz do Sul, 2007.

MÜLLER, Armindo Laudário. **Crônica da paróquia evangélica de Marques de Souza**. Lajeado [s.n], 1998.

MUTH, Hans. Mit Beil und Axt geht zur Holzteilung. **Saarbrücken Zeitung**, Saarbrücken, 31 dez. 2011. Disponível em: < http://www.saarbruecker-zeitung.de/sz-

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

berichte/merzig-wadern/Gehoeferschaft-schillingen-brennholzeinschlag-holzteilung;art2800,4113938 >. Acesso em: 13 fev. 2013.

NODARI, Eunice Sueli. “Mata branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem no Estado de Santa Catarina. In: KLUG, João; NODARI, Eunice Soeli. **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 35-53.

OGILVIE, Sheilah. How does social capital affect women? Guilds and communities in early modern Germany. In: **The American Historical Review**, v. 109, n. 2, 2004, p. 325-359. Disponível em: <www.jstor.org/stable/10.1086/530335> . Acesso em: 14 fev. 2013.

OLIVEIRA, Ryan de Souza. **Colonização alemã e poder**: a cidadania basileira em construção e discussão (Rio Grande do Sul, 1863-1889). 192 fls. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – UNB. Brasília, 2008.

ORSTGEMEINDE SCHODEN. **Gehöferschaft Schoden**: Geschichtliches. Disponível em < http://www.vgv-saarburg.de/schoden/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=104 >. Acesso em: 13 fev. 2013

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados,** São Paulo, USP, v. 24, n.68, 2010, p.81-101.

PAIVA, Carlos Águedo. Capital social, comunidade, democracia e o planejamento do desenvolvimento no RS: uma avaliação de suas possibilidades à luz de sua história. In: RAMOS, Marília Patta; Wittmann, Milton Luiz (Orgs.). **Desenvolvimento regional**: capital social, redes e planejamento. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004, p. 37-79

PEDON, Nelson Rodrigo; SOUZA, Edevaldo Aparecido. Território e identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas,** Três Lagoas - MS, v. 1, n.º6, ano 4, Novembro de 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, J.H., GONZAGA, S. (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 8º ed, 1997.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RADÜNZ, Roberto. Deutschum e italianità: uma introdução à historiografia comparada no Sul do Brasil. In: RADÜNZ, Roberto; SLOMP, Loraine (Orgs.). **Imigração e cultura**. Caxias do Sul: Educs, 2007, p. 117-132.

RAMBO, Arthur Blasio. Modelos de colonização. In: **Anais do IV e V Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras.** Lajeado: Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, 2002, p. 97-103.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

RAMBO, Balduíno. **A fisionomia do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Selbach, 1956.

REPÚBLICA FEDERAL DE ALEMANIA. Ministerio Federal de Relaciones Exteriores. **La actualidad de Alemania**. Berlín, 2003. 479 p.

RHEINLAND-PFALZ LANDESREGIERUNG. **State facts of Rhineland-Palatinate**. Disponível em: <http://www.rlp.de/english/>. Acesso em: 25 fev. 2013.

RIEDL, Mário; VOGT, Olgario Paulo. Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p. 149-212

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um “objeto”em via de extinção (Parte II). **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, out. 1997, p. 103-150.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Manoel P. R. Teixeira. **Vida e trabalho na floresta**: Uma análise da interação entre imigrantes e a floresta nas colônias do vale do Itajaí e norte de Santa Catarina durante a segunda metade do século XIX. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SAQUET, Marco Aurélio. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. **Campo-território**: Revista de Geografia Agrária. Uberlândia, v. 1, n. 1, fev. 2006, p. 60-81.

SCHAUREN, Décio Aloísio. **A busca das origens: história e genealogia da família Schauren**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

SCHIERHOLT, José Alfredo. Ações militares da Revolução Federalista no Vale do Taquari. In: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero. **Revolução federalista e os teuto-brasileiros.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1995, p. 83-96.

SCHMIDT, João Pedro. Capital social e participação política em Santa Cruz do Sul. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p. 213-264.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim**: um estudo de desenvolvimento econômico. Brusque, SC: Movimento, 1974.

SILVA, Haike Roselane Kleber. **Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão**. São Leopoldo: Ed. Oikos, 2006.

SILVA, Lígia Osório. Notas introdutórias ao texto de F. Engels sobre a marca. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 17, p. 141-146, 2003. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica17-D-silva.pdf. Acesso em: 11 mai. 2012.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

SOUZA, José Dalmo Silva. Do capital social ao espaço econômico: o salto necessário. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. **Capital social**: teoria e prática. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2006.

TÁCITO, Públio Cornélio. **Germania**. São Paulo: Ebooks Brasil, 2006. E-book. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/germania.html>. Acesso em: 07 fev. 2013.

THEIß, Wilfried. **Hozbach**: die geschichte eines Hunsrückdorfes. Holzbach, Alemanha: Ed. Böhmer Druckrei GmbH, 2002.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes:** a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Lepoldo: Ed. Unisinos, 2003.

_____. Os primórdios da imigração alemã para o sul do Brasil: conflitos e organização. IN: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antonio (Orgs.). **Anais do Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidadades Teuto-brasileiras.** São Leopoldo: Oikos, 2004, p. 72-99.

TOCQUEVILLE, Alexis de**. A democracia na América**: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos por seu estado social democrático. Traduzido por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VERBAND DEUTSCHER VEREINE. **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924**. Traduzido por Artur Blásio Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.

VERBANDSGEMEINDE SIMMERN/HUNSRÜCK (Município). **Geschichte der Stadt**. Disponível em: <http://www.simmern.de/de/stadtgeschichte_geschichtederstadt_q_a-2221.html> Acesso em: 20 fev. 2013.

UMANN, Josef. **Memórias de um imigrante boêmio**. 3. Ed. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão,1997.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo**: um guia prático. Porto Alegre: Ed. Ascar-EMATER-RS, 2006.

VOGT, Olgario Paulo**. A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social**. 435 fls, Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Unisc, Santa Cruz do Sul, 2006.

_____. O alemanismo e o “perigo alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XX. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, 2007, p. 225-258.

WARDE, Paul. Fear of wood shortage and the reality of the woodland in Europe, c. 1450-1850. In: **History Workshop Journal**, v. 62, 2006, p. 29-57.

_____. Common rights and commons lands in south west Germany, 1500-1800. In: DE MOOR, Martina; TAYLOR, Leigh Shaw; WARDE, Paul (Orgs.). **The management of common land in north-west Europe, c. 1500-1850.** Turnhout, Bélgica: Brepols, 2002, p. 195-224. Disponível em: <https://ueaeprints.uea.ac.uk/id/eprint/9484 >. Acesso em: 03 fev. 2013.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

WEBER, Max. **General Economic History**. New York: Greenberg, 1927. E-book.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1985.

WEIMER, Günter. **A arquitetura da imigração alemã**: um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; São Paulo: Nobel, 1983.

_____. Arquitetura popular dos imigrantes: um estudo comparativo. In: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza; POZENATO, Jose Clemente (Orgs). **Cultura, imigração e memória**: percursos e horizontes. Caxias do Sul: Educs, 2004, p. 109-123

_____. A arquitetura. In: BOEIRA, Nelson et al (orgs.) **Império**. Passo Fundo: Ed. Méritos, 2006, v. 2, p. 351-400.

WEINGÄRTNER, Pedro. **Tempora Mutantur**, 1889. 1 Original de arte, óleo sobre tela, 63 x 37 cm, Museu de Arte do Rio Grande do Sul.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. **Luto e silêncio: doença e morte nas áreas de colonização polonesa no Rio Grande do Sul (1910-1945)**. 279 fls. 2007. Dissertação (Mestrado em História). IFCH/PUCRS, Porto Alegre, 2007.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**: estratégias políticas (Imigração alemã-Rio Grande do Sul-século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2008.

WOLF, Sidnei. **Paisagens e sistemas de assentamento:** um estudo sobre a ocupação humana pré-colonial na bacia hidrográfica do rio Forqueta/RS. 186 fls. 2012. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2012.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 4, n.8, 1991, p.198-215.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. Comunidade ou rede? Notas para uma possível diferenciação conceitual. **VIII POSCOM Seminário dos Alunos de Pós-graduação em comunicação social da PUC-RIO**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: < http://pucposcom-rj.com.br/wp-content/uploads/2011/11/Comunidade-ou-rede_-Eduardo-Yamamoto-2.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2012.

ZARTH, Paulo Afonso. A estrutura agrária. In: BOEIRA, Nelson et al (orgs.) **Império**. Passo Fundo: Ed. Méritos, v. 2, 2006.

_____. Agricultura e impactos ambientais no planalto do Rio Grande do Sul. In: KLUG, João; NODARI, Eunice Soeli. **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 54-76.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)